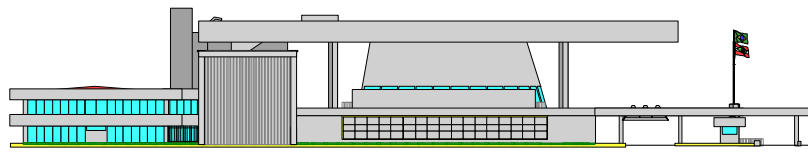


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 16 DE AGOSTO DE 2001

NÚMERO 4.887

14^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa

MESA

Onofre Santo Agostini
PRESIDENTE

GILMAR KNAESEL
1º VICE-PRESIDENTE

Sandro Tarzan
2º VICE-PRESIDENTE

Manoel Mota
1º SECRETÁRIO

Odete de Jesus
2º SECRETÁRIO

Francisco de Assis
3º SECRETÁRIO

Ivo Konell
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Joares Ponticelli

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

BRASILEIRO

Líder: Milton Sander

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Julio Garcia

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ideli Salvatti

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Jaime Mantelli

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: João Rosa

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Jaime Duarte

Partido Liberal

Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES E DE MÉRITO

COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reno Caramori - Presidente
Herneus de Nadal - Vice Presidente
Jaime Duarte
Antônio Aguiar
Joares Ponticelli
Paulo Bornhausen
Ideli Salvatti
Ivan Ranzolin
João Henrique Blasi

Reuniões Ordinárias:

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO TÉCNICA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Afrânio Boppré - Presidente
Jaime Mantelli - Vice Presidente
Heitor Sché
Julio Garcia
Ronaldo Benedet
Rogério Mendonça
Gilmar Knaesel
Gelson Sorgato
Milton Sander

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras, às 8:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA

Clésio Salvaro - Presidente
Gelson Sorgato - Vice Presidente
Valmir Comin
Milton Sander
Moacir Sopelsa
José Paulo Serafim
Sandro Tarzan

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras, às 8:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Jaime Duarte - Presidente
Antônio Aguiar - Vice Presidente
Afonso Spaniol
Herneus de Nadal
Narcizo Parisotto
José Paulo Serafim
Nelson Goetten

Reuniões Ordinárias

Quintas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TURISMO E ECONOMIA

Joares Ponticelli - Presidente
Cesar Souza
Adeloir Vieira
Narciso Parisotto
Nilson Gonçalves
Afonso Spaniol
João Rosa

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Moacir Sopelsa - Presidente
Valmir Comin - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Afrânio Boppré
Jaime Mantelli
Reno Caramori
Romildo Titon

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Nelson Goetten - Presidente
Ideli Salvatti - Vice Presidente
Paulo Bornhausen
Lício Mauro da Silveira
Ivo Konell
Rogério Mendonça
Odete de Jesus

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras às 9:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Ronaldo Benedet - Presidente
Volnei Morastoni - Vice-Presidente
Antônio Aguiar
Romildo Titon
Jaime Mantelli
Nelson Goetten de Lima
Altair Guidi

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras, às 9:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Bornhausen - Presidente
Volnei Morastoni
Adeloir Vieira
Gelson Sorgato
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
João Rosa

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, EFICÁCIA LEGISLATIVA E REDAÇÃO DE LEIS

Jaime Mantelli - Presidente
Manoel Mota
João Henrique Blasi
Francisco de Assis
Julio Garcia
Lício Mauro da Silveira
Ivan Ranzolin

Reuniões Ordinárias

Quintas-feiras às 11:00

COMISSÃO ESPECIAL DO MERCOSUL

Ivan Ranzolin - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice Presidente

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Divisão de Anais: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Diretor: Eder de Quadra Salgado</p> <p>Divisão de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Maria Salette de Bem Urban</p> <p>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron</p>	 <p>Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO IX - NÚMERO 1228 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS</p>	<p>Plenário Ata da 054ª Sessão Ordinária realizada em 14/08/20012 Ata da 055ª Sessão Ordinária realizada em 15/08/200115</p> <p>Atos da Mesa Resolução DP30</p> <p>Publicações Diversas Atas da Procuradoria.....30 Decretos Legislativos30 Ofício.....31 Projetos de Lei.....31 Redações Finais.....32</p>

PLENÁRIO

ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 14 DE AGOSTO DE 2001

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afrânio Boppré - Altair Guidi - Antônio Aguiar - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Duarte - João Henrique Blasi - João Rosa - Júlio Garcia - Lício Silveira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sandro Tarzan - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Ivo Konell, que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovada as atas.)

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Ivo Konell, que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Ivo Konell) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

- PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Milton Sander, que declara de utilidade pública o "centro de Tradições Gaúchas Modelo da Tradição, com sede e foro no Município de Modelo/SC.

- de autoria do Sr. Jaime Duarte, que "dispõe sobre a criação do Conselho Estadual da Juventude, e dá outras providências".

- de autoria do Sr. Deputado Afonso Spaniol, que "declara de utilidade pública a Associação Amigos da Natureza do Extremo Oeste Catarinense - ANATURE".

- de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, que "declara de utilidade Pública o Asilo Lar dos Idosos Sant'Ana, com sede e foro na cidade de Irineópolis/SC.

- de autoria da Sra. Deputada Odete de Jesus, que "declara de utilidade pública a Sociedade Educacional, social e Cultural Betânia, com sede e foro na cidade de São José do Cedro/SC.

INDICAÇÕES:

- de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, solicitando providências visando a estadualização e pavimentação asfáltica da SC-493, no trecho Tunápolis - São João do Oeste.

- de autoria do Sr. Deputado Jaime Mantelli, solicitando seja concedida a Medalha "Anita Garibaldi" ao Sr. Orestes Golanovski.

- de autoria do Sr. Deputado Moacir Sopelsa, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Irani, na localidade de Além da Boa Esperança, Município de Faxinal dos Guedes.

OFÍCIOS N.ºS:

- 6.920/01, do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, dando ciência da decisão exarada no Processo n.º PDA-00/06857396,

que tem por objeto Auditoria Especial na Universidade do Estado de Santa Catarina.

- 135/01, da senhora Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, de Blumenau, encaminhando moções deliberadas no Fórum Preparatório para a III Conferência Regional de Assistência Social da AMMVI.

- 440/01, do Sr. Prefeito Municipal de Navegantes, manifestando apoio à Proposta de Emenda Constitucional 006/2001, que tramita neste Poder.

CORRESPONDÊNCIAS:

- do Sr. Vice-Presidente Executivo das Organizações Globo, dando conhecimento do prêmio chamado "merchandising social" - inserção sistemática de assuntos de relevância social na trama das novelas e minisséries da Globo - venceu o Awards for Excellence 2001, na categoria "Global Leadership".

- do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando volume do "Programa Telecomunidade".

- do Departamento de Marketing da Celesc, encaminhando material que relata as realizações daquela empresa na região do Vale do Rio do Peixe e Contestado.

- do Sr. Procurador-Geral de Justiça, apresentado manifestação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Relatório Final da CPI da Sonegação Fiscal.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o Sr. Deputado Jaime Duarte, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

Antes, porém, gostaria de solicitar ao Sr. Deputado Francisco de Assis que assumira a Presidência, porque este Deputado está sendo chamado no gabinete.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de inicialmente fazer um registro sobre um evento que ocorrerá no hall da Assembléia, às 19h30min, eis que dentro do Projeto Retratos de Santa Catarina hoje estará em evidência o Município de Joinville.

Temos a honra de representar este Município nesta Casa. E Joinville, pelo seu aspecto cultural, artístico, pelo poder econômico e pelas características sociais, tem muita coisa para mostrar a Santa Catarina.

Como um dos Parlamentares representante de Joinville nesta Casa, queremos estender o convite aos demais Pares, para que possamos fazer deste evento algo de reforço aos Municípios de Santa Catarina, especialmente ao maior deles, que é a minha cidade de Joinville.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, queria fazer uma referência ao volume de vetos e sanções que o Chefe do Poder Executivo após aos projetos que foram enviados no final do semestre passado. Só deste Deputado foram sete projetos aprovados por este Plenário, dois dos quais foram sancionados.

Um é o projeto de lei que institui o diploma benemérito de serviço relevante às pessoas que prestam serviços voluntários em Santa Catarina e um outro projeto que cria normas para a expedição de receitas médicas e odontológicas, para que essas sejam prescritas de forma legível, que não contenham letras de difícil entendimento, o que leva muitas vezes o vendedor a vender ao paciente outro remédio que não aquele prescrito pelo médico.

Mesmo entendendo que o papel do Deputado não é só tomar a iniciativa de legislar, mas também a de analisar os projetos executivos, propor, criticar e fiscalizar, que na essência do mandato Parlamentar está exatamente a iniciativa de legislar, quero registrar aqui a surpresa do veto sobre alguns projetos. Por exemplo, sobre projeto de lei que apresentamos, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Executivo Estadual, abrangendo a administração direta e indireta, a anunciar os seus custos de publicidade.

Eu não tinha muita ilusão que o Governador sancionaria este projeto, porque todos sabemos que nesta área há pouca transparência, tanto quanto os gastos com propaganda, quanto à forma da contratação, que muitas vezes não têm licitações muito claras.

Pretendia com este projeto de lei instituir uma transparência e evitar que o gestor público gaste menos com propaganda e gaste mais com obras e serviços.

Não é desconhecido de boa parte dos Deputados que muitas vezes se gasta mais com a propaganda de uma determinada obra do que propriamente dito com a execução das obras.

Então, entendemos que a propaganda, a publicidade, no serviço público, são fundamentais, mas é preciso que o que esteja sendo divulgado não seja a figura do gestor, mas o serviço ou a obra executada, sempre na linha de informação.

Causou-me espécie as razões do veto, ou seja, de que isso implicaria em aumento de despesas ao erário público.

Não entendo como é que isso vai implicar em aumento de despesas para o erário público de Santa Catarina, quando na verdade o projeto pressupõe a divulgação dos gastos com a propaganda. É apenas uma prática de transparência. Queria saber onde é que está o aumento de gastos aqui.

Fazer constar num anúncio quanto é que está custando para o contribuinte, para o cidadão de Santa Catarina, imagino que não vá custar nada para o erário público. Esperava, sinceramente, outro ato que não o veto. Aliás, eu sei quais são as reais intenções quando se vota um projeto desta natureza, é porque no fundo não se quer a transparência nesta área mesmo.

Mas sem dúvida entendo que esse projeto não tem nada de inconstitucional, porque não aumenta despesa, não amplia atribuições, porque é de responsabilidade, é de incumbência do gestor público ser transparente.

Então, sinceramente, quero deixar o meu protesto registrado e espero quando for feita a análise do veto tenhamos um entendimento pela sua derrubada.

O outro projeto que fiquei surpreso também de ser vetado, sob alegação de que nós estamos aprontando o dispositivo do art. 150 e 123 da Constituição Estadual, é o que dispõe sobre a contratação de empresas catarinenses pelas empresas beneficiadas com o programa de incentivo pelo Governo de Santa Catarina.

Na verdade é simples este projeto. O Paraná já adotou isto. Já é lei lá. Uma empresa que implante aqui, como, por exemplo, a Usinor, em São Francisco do Sul, uma série de benefícios, sejam benefícios fiscais ou mesmo financiamento público, ela deve contratar empresas catarinenses para a execução das obras. Desde que, está no projeto, que o preço praticado pela empresa catarinense seja igual ou menor do que a empresa de fora de Santa Catarina.

Isto evita, inclusive, Srs. Deputados, que empresas que se implantam aqui com o dinheiro público de Santa Catarina, contratam inclusive mão-de-obra de fora, e essa mão-de-obra fica aqui no término das obras, trazendo problemas muitas vezes como de inchaço das periferias da cidade.

Sem dúvida não se trata de querer criar uma reserva de mercado ou afrontar a Constituição em termos de tratamento igualitário entre os Estados.

O que se quer, na verdade, já que é o dinheiro público que está sendo usado na execução daquelas obras - diga-se de passagem, para citar o exemplo da Usinor, é um volume enorme para a geração de pouco emprego, mas é importante para Santa Catarina -, que ao menos essa empresa beneficiada com os recursos públicos, com as isenções fiscais, contrate então empresa de Santa Catarina para a execução dessas obras e também faça a contratação da própria mão-de-obra na execução da obra civil. Infelizmente também o Governador vetou por entender que estava-se contrariando o princípio da igualdade.

Também quero registrar o veto, e causou-me surpresa, ao projeto que institui um programa contra a violência em Santa Catarina junto às escolas da rede estadual, criando na escola um núcleo para discutir a violência em nosso Estado.

Isto gera despesas, afronta a Legislação Orçamentária, são as justificativas do veto. Não sei até onde, porque no fundo é um serviço voluntário para discutir as questões relacionadas à violência pela própria comunidade. Infelizmente, por excesso de zelo ou por dificuldade de entendimento, este projeto foi vetado.

Não quero fazer aqui, Srs. Deputados, a choradeira tradicional em torno dos nossos projetos, já que o Governador tem o direito de agir da melhor maneira que entender, até porque não chegou ao Poder de graça, foi eleito pela maioria da população catarinense.

Penso que está havendo falta de sensibilidade, especialmente por parte do Procurador-Geral do Estado, no sentido de que as iniciativas dos Parlamentares da Oposição não são vistas como as dos Deputados da Situação. Esta é uma discriminação descabida, e espero que esta prática se modifique e que os projetos sejam melhor analisados, especialmente os que têm alcance social, como têm os nossos projetos.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Inscrito para falar o Deputado Afrânio Boppré, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna no dia de hoje para tratar de um assunto que desde o período anterior ao recesso foi objeto de polêmica tanto pelos veículos de comunicação como do Plenário desta Casa. Refiro-me ao Orçamento Estadual Regionalizado.

Iniciamos em julho e terminamos no dia 10 de agosto as nove audiências que constam do programa anual deste Poder para a realização do Orçamento Estadual.

Estas atividades desenvolvidas foram questionadas por representantes, por Parlamentares do Executivo e indiretamente pelo próprio Poder Executivo, dizendo que as audiências de nada valeriam, que estariam sendo realizadas fora do prazo e que não levariam a nada.

Ocorre que temos hoje uma realidade e precisamos fazer ponderações. A primeira questão é que hoje o Orçamento Estadual Regionalizado é uma conquista da sociedade catarinense.

Esta conquista trouxe descontentamentos, insatisfações, a um conjunto de forças políticas do nosso Estado, em particular ao Chefe do Poder Executivo.

Sinto-me no dever, enquanto Parlamentar e Presidente da Comissão de Finanças, de vir à tribuna e fazer um relatório do que aconteceu nas audiências.

Sr. Presidente, solicito que a assessoria técnica se apresente, a fim de que eu possa mostrar algumas informações

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Já vamos providenciar, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Enquanto isso, digo que nós tivemos um conjunto de atividades. E quero aqui agradecer a presença de vários Parlamentares do PMDB, Deputados Moacir Sopelsa, Gelson Sorgato, Rogério Mendonça, João Henrique Blasi; do PPB, Deputados Milton Sander, Gilmar Knaesel; do PFL, Deputado Júlio Garcia, que participou conosco; do PT, Deputados Volnei Morastoni, José Paulo Serafim, Ideli Salvatti, Francisco de Assis, que participaram ativamente das nossas audiências.

Gostaria de agradecer ao Vice-Presidente da Comissão de Finanças, Deputado Jaime Mantelli, que se incorporou à nossa caravana do Orçamento Regionalizado e dizer que na nossa atividade nós constatamos que o boicote estabelecido pelo Governo Estadual, pelo Palácio, não conseguiu tirar o prestígio que a Assembléia Legislativa já alcançou com o Orçamento Estadual Regionalizado.

Essa mesma atividade denunciada aqui antes pelo Deputado Jaime Duarte, em que o critério para se vetar os projetos de lei de iniciativa parlamentar não tem sido efetivamente um critério do ponto de vista da legalidade, mas um critério político e ideológico, eis porque todo o tipo de iniciativa dentro desta Casa Legislativa está sendo obstruída e isso nós precisamos denunciar, ou seja, que estão cassando, a partir da caneta do Governador, o direito de nós, Parlamentares, termos iniciativas do ponto de vista aqui dentro da Assembléia Legislativa...

Também o Governador se sentiu no direito de vir a público e fazer uma disputa e dizer que de nada adiantaria a sociedade catarinense se reunir em torno do Orçamento Estadual Regionalizado.

Ora, usar o critério de que estava sendo feito fora do prazo nada mais é do que uma desculpa esfarrapada, porque mesmo que reconheçêssemos que o prazo não estava de acordo, a Assembléia Legislativa tomou independentemente, porque ela é um Poder independente, a iniciativa de fazer as audiências do Orçamento Estadual Regionalizado a partir do bom senso, porque antes de deixar de fazer as audiências e fazer com 20 ou 30 dias de atraso, o que seria melhor fazer? Evidentemente fazer essas audiências.

Na verdade o que o Governador Esperidião Amin expressou aqui pelo Líder do Governo e também pelo seu Secretário da Fazenda criou um biombo. Essa discussão sobre o prazo nada mais é do que um biombo para esconder, escamotear, a divergência ideológica que o Governador Esperidião Amin tem com a proposta do Orçamento Estadual Regionalizado.

Eu, por exemplo, admiro-me muito de Parlamentares que vieram aqui à tribuna, que foram para a imprensa criticar o Orçamento, porque ele estava fora do prazo se ao observarmos, Deputado Volnei Morastoni, o relatório do Orçamento Estadual Regionalizado do ano passado, aqueles que estão dizendo que não deveriam ter sido feitas as audiências porque estava fora do prazo, estiveram no ano passado participando das audiências que também foram realizadas fora do prazo.

No ano passado o Orçamento Estadual Regionalizado foi feito nos meses de outubro e novembro. Agora, não. Agora, neste ano, nós estamos entregando o relatório esta semana para o Presidente da Casa, Deputado Francisco de Assis, para que se dirija até o Executivo. E definitivamente o Executivo vai ter, com antecedência, um relatório das nove audiências, com 45 dias de antecedência, antes de remeter a proposta orçamentária para esta Casa.

Então, vivemos hoje uma situação privilegiada, a Assembléia Legislativa, não só porque recuperou o tempo hábil para o Executivo discutir as propostas, incorporar as propostas das audiências públicas, mas também porque, conforme a tabela exposta, conseguimos perceber que, por exemplo, na região Sul, em 1997, tivemos 31 Municípios participando, em 98 houve uma queda para 21, mas em 99 estabilizou. No ano 2000, 31 Municípios, e no ano 2001, este ano, com todo o boicote, inclusive do Líder do Governo, que é da região Sul, conseguimos incorporar 23 Municípios nas audiências do Orçamento Regionalizado.

No planalto serrano tivemos 20 Municípios neste ano, comparativamente ao ano passado, que tivemos 15. Na Grande Florianópolis tivemos 15 Municípios, comparativamente ao ano passado, quando tivemos onze. Na região Nordeste tivemos 12 Municípios, comparativamente ao ano

passado, em que tivemos 15. No Norte tivemos 13 Municípios. No Vale do Itajaí tivemos 21 Municípios. No Alto Vale do Itajaí estamos com 28 Municípios.

Três anos consecutivos o Alto Vale do Itajaí - 1999, 2000 e 2001 - teve 100% de participação. O Vale do Rio do Peixe tem 32 Municípios participando, no ano passado com 29 e em 1999 com 27. O Oeste com 57 Municípios participando este ano, no ano passado com 54 e em 1999 com 48.

Significa dizer que em termos de participação este ano tivemos 221 Municípios participando das audiências do Orçamento Estadual Regionalizado, que representa um índice de mais 75% de participação dos Municípios. É uma demonstração de que o Orçamento Estadual Regionalizado está consolidado em Santa Catarina, que veio para ficar.

Peço para passar o próximo gráfico, que mostra as curvas das participações.

Então, no ano 2001, a participação dos Municípios reverteu o quadro de tendência de queda que estava havendo no ano de 99 e 2000. No ano de 2001 conseguimos elevar o grau de participação.

Não obstante, Deputado Moacir Sopelsa, essa curva de tendência que conseguimos, que conquistamos nas audiências do Orçamento Estadual Regionalizado, foram todas elas precedidas de audiências municipais feitas pelos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários, Vereadores, a comunidade e a sociedade civil.

Portanto, foi uma verdadeira corrente de mobilização que tivemos no período em que a Assembléia estava em recesso. A Comissão de Finanças estava mobilizando a sociedade civil para discutir as prioridades do Orçamento de 2002. E felizmente o boicote estabelecido pelo Governador e pela Liderança do Governo aqui na Assembléia Legislativa não foi bem sucedido. Ao contrário, a Assembléia Legislativa foi prestigiada, a Assembléia Legislativa, em todas as audiências, foi elogiada, e Prefeitos de todos os Partidos - PPB, PFL, PTB, PT - todos eles, disseram-nos: Deputado Afrânio, este é o caminho. É democratizar as decisões do Estado, da Assembléia Legislativa.

Então, é confiante nessa proposta que faço aqui hoje esse breve resumo, Deputado Francisco de Assis, das audiências e do trabalho que a Assembléia Legislativa, no período do recesso, executou.

Fico muito orgulho de ter tido a oportunidade de dirigir esse trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Moacir Sopelsa, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, Deputado Afrânio Boppré, fui indagado hoje por uma emissora de rádio de Videira sobre o orçamento participativo. Não estava aqui na Assembléia quando se estabeleceu que a Casa participaria do Orçamento Regionalizado.

Quero dizer que foi, Deputado Rogério Mendonça e Deputado Gelson Sorgato, que estava aqui naquela ocasião, uma das atitudes mais acertadas da Casa, porque vamos ao encontro dos anseios dos nossos Municípios, aquilo que é o desejo dos nossos Prefeitos e da nossa gente que vive nos Municípios.

Por isso quero aproveitar para cumprimentar o Deputado Afrânio Boppré e em seu nome toda a Comissão de Finanças, além dos Srs. Deputados que nos antecederam em dar essa oportunidade aos Municípios.

O que me traz à tribuna hoje é um pronunciamento sobre as dificuldades que passa o interior do nosso Estado, no que diz respeito à proteção do meio ambiente, especialmente na região Oeste de Santa Catarina, onde os detritos suínos se tornam um problema para o nosso produtor.

Quero deixar registrado aqui que nós precisamos encontrar em conjunto uma solução para este problema, independentemente Partido Político ou de quem governa hoje o Estado de Santa Catarina.

Quando vemos que os Governos podem se pronunciar na exportação de carnes que o Estado faz hoje, pronunciamo-nos com alegria quando vi o Frigorífico da Ceval criar oportunidade para mais 200 empregos. Mas não posso ao mesmo tempo ficar calado e deixar de defender a importância desse setor, o reconhecimento que precisamos ter, Deputado Gelson Sorgato, com o nosso produtor de suínos do Oeste de Santa Catarina.

Se nós não tivermos uma política firme, de investimento, com a participação dos Governos Estaduais, Federais e Municipais, das agroindústrias e da sociedade como um todo, não vamos conseguir com que esses produtores possam permanecer na sua atividade e encontrar uma solução para este problema.

No sábado passado nós estávamos junto com o Deputado Gelson Sorgato e com o ex-Deputado Valdir Colatto lá no pequeno Município de Arvoredo, reunidos com alguns Prefeitos da microrregião da Amauc, e tomamos conhecimento da Medida Provisória nº 2.166, de 24 de julho de 2001, que tramita no Congresso Nacional, a qual regulamenta o parcelamento do solo e das matas do nosso País.

Essa mesma medida provisória que traz essa regulamentação para todo o País, que traz também essa regulamentação para o Estado de Santa Catarina, na nossa modesta maneira de ver e pelo conhecimento que temos da nossa agricultura, especialmente do Oeste de Santa Catarina, se vier a se tornar lei sem que seja discutida, sem que seja melhor formalizada, não tenho dúvida de que muitas famílias do Oeste, pela topografia que temos nas propriedades, com certeza vão ter que abandonar as propriedades porque não vão poder cultivar mais nada.

Eu quero dizer que precisamos preservar o meio ambiente. Precisamos preservar as nossas matas, mas temos que ter consciência de que precisamos fazer isso de uma forma possível de atender todos os setores.

Quero deixar registrado que devemos fazer, e acredito com o apoio de todos os Deputados desta Casa, nos primeiros dias uma moção que vá às nossas Bancadas Federais, de qualquer Partido, aos nossos Senadores, para que tomem conhecimento desta medida provisória e possam melhorar este projeto, para atender as necessidades dos nossos agricultores das propriedades agrícolas do Oeste de Santa Catarina.

Quando vemos projetos sendo aprovados, os quais impedem o nosso agricultor de derrubar uma bracinga, Deputado Jaime Duarte, uma árvore que tem uma vida de 8 a 12 anos e que é cultivada com facilidade pelos nossos produtores, há de se deixar registrado que nós que conhecemos esses setores e que vivemos num Estado de pequenas propriedades, precisamos levar a informação possível aos nossos representantes no Congresso Nacional para que esses possam interferir para que projetos em prejuízo da nossa gente catarinense não possam ser aprovados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros dez minutos pertencem ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, já falei aqui uma vez e vou falar mais uma vez sobre este assunto extremamente complexo, que vai prejudicar a economia de Santa Catarina, tremendamente.

Também quero fazer uma colocação daquilo que já havia falado há algum tempo. Depois vou mostrar o que diz a Folha de S. Paulo sobre a privatização da Copel.

Vou iniciar esse depoimento sobre a pretendida privatização da Copel por um tópico da nota emitida pela Assembléia dos Bispos Católicos do Paraná e do Arcebispo Dom Murilo Krüeger, Presidente da CNBB, realizada em Francisco Beltrão, em março próximo passado.

(Passa a ler)

"Fazemos nossas as inquietações que se vão avolumando no mundo diante dos rumos perversos do atual processo de globalização, que quer reduzir a humanidade aos interesses egoístas de alguns, em prejuízo da vida da maioria."

Uma outra inserção que gostaria de enfatizar e comentar é o que diz a Constituição Federal de 1988: "a criação de empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica só seria possível se atendidos dois imperativos: a comprovação de relevante interesse e a segurança nacional."

Veja, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como as interpretações são feitas a bel-prazer de quem deseja introduzir ou extirpar independentemente da lei ou da Constituição Maior.

Se para criar empresa de economia mista se faz necessário atender aos dois requisitos indissociáveis, para a extinção de uma sociedade constituída há de se exigir no mínimo que se demonstre que os dois imperativos deixem de existir.

Não precisamos dizer mais nada para mostrar que nunca esteve tão em evidência os dois quesitos apregoados pela Constituição Federal de 1988. Portanto, sob estes aspectos, a privatização está totalmente descartada.

Vamos levantar alguns parâmetros, baseados no pronunciamento realizado pelo Senador Álvaro Dias, no Senado Federal, que evidencia a contrariedade de vendas das ações da Copel. Constituída em 1953, apresenta reconhecida competência técnica, administrativa e financeira.

É gerida segundo os mais modernos padrões de administração e dotada de um aparato tecnológico que rivaliza com os mais avançados instrumentos de gestão do nosso tempo.

Não obstante o tratamento tarifário restritivo imposto pelo Governo Federal às concessionárias públicas de energia, é uma empresa rentável, com suas ações negociadas em bolsa e contida apenas na expansão de seus serviços pelas restrições impostas pelos órgãos financiadores públicos aos projetos de iniciativa de empresas sob o controle estatal.

Dispõe de um sistema capilar e computadorizado de articulação com os seus consumidores, apoiado num dos mais modernos sistemas de tecnologia de informação do País, através de uma rede de fibra ótica que cobre o território do Estado do Paraná e que se constitui em extraordinária ferramenta, inclusive, para a modernização do Estado, no campo do

"E Government", com ênfase especial nos aplicativos possíveis na área educacional, como queremos fazer aqui em Santa Catarina.

A Copel participa ainda do capital da Companhia Telefônica de Londrina, administra um vasto sistema de telecomunicações a distância e reúne todas as condições para desenvolver um projeto de enorme alcance econômico e social, explorando o potencial turístico oferecido ao longo da rota do Rio Iguaçu, no sentido da costa para o interior, a partir dos reservatórios das suas geradoras que se formaram nas suas diversas usinas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, vejam que ironia é esta dedicada ao tratamento das distribuidoras do setor elétrico. Segundo um levantamento da Folha de S. Paulo, 48% dos projetos para o setor elétrico, que já estão sendo financiados pelo BNDS, não vão gerar nenhum megawatt, pois são da área de distribuição.

E a nossa empresa Celesc, como algumas ainda que existem que não são privatizadas, estão proibidas de receberem.

Agora, pasmem ainda mais: das 27 iniciativas com recursos já garantidos, 13 são para a ampliação e modernização de redes de concessionárias. Esses 27 projetos estão em carteira da instituição, ou seja, ainda estão recebendo recursos ou em fase de pagamento dos empréstimos. Será que não são para a compra dessas mesmas estatais?

Os investimentos totais são de R\$9.063.000.000,00, onde o BNDS desembolsará R\$3.065.000.000,00. E entre as beneficiadas com o dinheiro do BNDS estão: CERJ do Rio de Janeiro; COELBA, da Bahia; REG, do Rio Grande do Sul; CPFL de São Paulo; e a LIGHT, do Rio de Janeiro. Para estas estão dando dinheiro para a distribuição, se fosse para a geração, não estaria aqui discutindo, sem gerar, repito nenhum megawatt/hora.

Quais foram as justificativas utilizadas para privatizar as nossas concessionárias? Onde está o dinheiro? Porque na distribuição, no filé mignon, onde se tem uma densidade elétrica bastante grande, têm recursos mais do que suficientes para investir em distribuição.

Aqui mal e mal fazemos isso, imaginem cidades como Rio de Janeiro, Campinas!? Certamente, bancos tipo BNDS continuarão a financiar quase que integralmente os grupos que depenaram os nossos patrimônios, conseguidos com o suor e sacrifício do povo! Foram anos pagando juros e capitais, utilizados para criação e desenvolvimento dessas concessionárias de energia elétrica.

O que acho engraçado, Deputado Ivan Ranzolin, é que quando as concessionárias eram nossas, todos os empecilhos foram colocados para que seus serviços não fossem expandidos, pois os financiamentos nos eram tolhidos. Principalmente no Estado de Santa Catarina, eram tolhidos para a geração. Por isso a Celesc não tem geração. A Celesc não tem geração alguma. Só algo em torno de 5% e olhe lá. Criados para a desestabilização e facilitar, vamos dizer assim, o entreguismo.

Que preço estamos pagando pela incompetência, inoperância e engessamento dos nossos sistemas! Por que, então, devemos entregar mais um patrimônio, tão valioso para o Estado do Paraná e, principalmente, para o Sul do Brasil. E vos afirmo: na hora em que o Paraná privatizar nossa economia vai ficar dependente do Estado do Paraná.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Deputado Lício Silveira, V.Exa., que conhece bem este assunto, está trazendo para discussão um dos temas mais importantes do momento. Isso se refere a forma de ação do BNDS no financiamento para empresas, a maioria de multinacionais, primeiro para a compra das empresas nacionais na denominada privatização e, agora, esta denúncia que V.Exa. faz, consubstanciada numa matéria no Estado de S. Paulo, se constitui numa vergonha...

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - No depoimento dos Senadores Álvaro Dias e Roberto Requião também.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pois bem! Então, veja V.Exa. que isso é uma verdadeira vergonha! Não conseguimos financiamento para geração, temos dificuldade de financiar as empresas nacionais e o BNDS não está a serviço da economia nacional, do progresso do País.

Isto realmente nos deixa envergonhados. Proponho que se dê consequência à sua fala. Que estudemos o assunto para encaminhar ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Fazenda e ao Tribunal de Contas da União, um documento para que isso seja fiscalizado.

Não sei porque a Câmara Federal, Deputado Lício Silveira, não abriu uma CPI do BNDS para constatar a aplicação dos recursos públicos do Brasil! Não sei porque! Mas temos que tomar iniciativas para dar força ao depoimento que V.Exa. está fazendo. Meus cumprimentos! O BNDS nos envergonha pela forma com que aplica o dinheiro público deste País!

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Concordo com V.Exa.! Temos outros exemplos de sobra, pois isso tem acontecido com as nossas empresas privatizadas. Em Santa Catarina tínhamos uma das melhores empresas de telecomunicações do Brasil e hoje estamos entregues ao desencontro de faturas dos serviços dos quais nem sequer conseguimos reclamar, pois a sede da empresa, simplesmente passou para o Estado do Paraná. E temos que contentar-nos com o malfadado 0800 e haja paciência e para conseguir uma ligação. E quando privatizaram a Telesc, ela tinha em caixa, Deputado Francisco de Assis, mais de R\$150 milhões!

Sem contar ainda que, podemos dizer, ela não tem interesse social! O que ouvimos é: não temos linha, não temos disponibilidade para o local. Estamos colocando nossos técnicos para elaborar projeto, para verificar parâmetro técnicos...

Os telefones já estão pagos. É Herval Velho, é São João Batista, é Angelina, são cidades pequenas, essencialmente agrícolas, que não têm acesso à telefonia. E ainda mais! Agora o absurdo, Deputado Ivan Ranzolin: quando estava em São João Batista, na semana passada, houve denúncia de que a Telesc está cobrando faturas sem ter a rede de linha, porque os agricultores tinham comprado o telefone, mas a linha não tinha sido instalada!

Esse assunto é de extremo interesse. Vamos fazer uma manifestação a todos os Deputados do Paraná, para que possamos num breve....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados PL.

(Pausa)

Não havendo representantes do PL interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados PFL.

(Pausa)

Com a desistência do PFL, os próximos minutos estão destinados ao PMDB, por até 14 minutos.

Com a palavra o Sr. Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, caberia, até no embalo da manifestação do Deputado Lício Silveira, indagar se S.Exa. transferiu seu título eleitoral para o Paraná, porquanto está defendendo a não-privatização da Copel. Mas nossa briga, antes da Copel, muito mais importante, é impedir a privatização da Celesc.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Deputado, se V.Exa. me permite, além de defender os interesses do Brasil, defendendo os interesses do Sul do Brasil e das Centrais Elétricas de Santa Catarina. Só quis me reportar que a privatização da Copel vai trazer reflexos econômicos seríssimos para o nosso Estado.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Mas V.Exa. continua sendo contra a privatização da Celesc?

O Sr. Deputado Lício Silveira - Sendo... Convicto... Se V.Exa. assistiu o programa do PPB, acredito que não, fiz um pronunciamento manifestando-me contra a privatização. Porém o modelo tem que ser mudado. Não podemos mais ficar neste modelo.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - O problema, Deputado Lício Silveira, é que a mudança de modelo implique num primeiro passo para a privatização.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Mas a Assembléia tem que discutir isso abertamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Com todo cuidado e com toda a dedicação que a matéria exige.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Concordo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o eminente Deputado Jaime Duarte fez manifestação há pouco nesta tribuna, abordando a questão dos vetos opostos pelo Chefe do Poder Executivo a um sem número de projetos que tramitaram por esta Casa, que foram aprovados por deliberação em Plenário, cujos autógrafos foram endereçados ao Palácio Santa Catarina, e lá não passaram pelo crivo do Governador, acabando por serem vetados.

A esse respeito é importante que tenhamos presente que a Constituição do Estado, no art. 50, parágrafo II, elenca os projetos que são de iniciativa reservada ao Governador, ou seja, as matérias sobre as quais a cláusula de iniciativa é reservada ao Governador. O que significa dizer que se, em alguma dessas questões o projeto tiver iniciativa de Deputado, viola a cláusula de iniciativa sendo, portanto, inconstitucional.

Mas o que chama mais a atenção é que esses vetos, principalmente os últimos opostos pelo Chefe do Poder Executivo, estão lastreados numa consideração absolutamente subjetiva, que é a constante do inciso VI do § 2º do art. 50, que diz que só o Governador pode remeter projetos de lei à Assembléia que tratem de atribuições das Secretarias do Estado.

Vários dos vetos que foram opostos recentemente afirmam que o projeto foi vetado porque versa, trata, cuida de uma matéria que é da atribuição de uma das tantas Secretarias do Estado.

Ora, se o Estado está administrativamente estruturado para atuar em todas as áreas, é pouco crível que exista alguma área que não esteja consignada na atribuição de uma das Secretarias do Estado.

Com base neste elastério, na subjetividade desse entendimento, o Governador ou o Poder Executivo tem vetado diversos projetos. E a imprensa tem dedicado espaços generosos a essa manifestação, publicando, até, a relação de projetos vetados, os Deputados que incidiram na apresentação do maior número de projetos vetados, recebendo e assimilando a manifestação do Poder Executivo, como se fosse um dogma, uma verdade absoluta, como se o Poder Executivo fosse o único dono, o sabedor absoluto da verdade jurídica.

O que chama mais atenção, Deputado Jaime Duarte, é que alguns desses pareceres que subsidiaram o veto do Governador, sequer foram lançados por alguém com formação jurídica! Há um caso de um projeto de minha autoria, em que o veto do Governador, baseou-se em parecer da lavra do Dr. Antônio Carlos Vieira, Secretário da Fazenda. Exercendo ilegalmente a condição de advogado, vislumbrou num projeto de lei, aprovado pela Assembléia Legislativa, a eiva de inconstitucionalidade. E o que chama atenção e causa espécie, é que a imprensa passa a entender que, se houve manifestação do Governo, se o veto foi oposto, o projeto é inconstitucional.

E não é assim? Sabemos que vivemos num sistema de freios e contrapesos, em que há possibilidade de os Poderes terem meios de controle sobre os outros. Mas nunca, em tempo algum, poder-se-á entender um veto como um puxão de orelha na Assembléia Legislativa, porque aprovou, porque um Deputado apresentou um projeto com infringência à Constituição. É claro que há excessos. É claro que muitos Deputados, quando apresentam um projeto, em alguns casos, têm consciência de que há uma inconstitucionalidade. Não desculpo e nem justifico isso, mas há uma consciência quanto a este aspecto. Há uma questão política que algumas vezes no entendimento daquele Deputado, sobrepuja o aspecto constitucional.

Mas, também, é certo, que esta Casa, neste ano legislativo, tem agido com muito mais rigor. A Comissão de Constituição e Justiça por exemplo, tem exercido com muito rigorismo o controle da legalidade, da juridicidade, da regimentalidade e principalmente, da constitucionalidade de todas as proposições que tramitam. Posso mencionar por exemplo, que, só eu, como membro daquela Comissão, de 10 votos que foram acolhidos pela Comissão, esses 10 projetos foram arquivados sumariamente porque, como é sabido, a Comissão de Constituição e Justiça detém poder terminativo sobre os projetos.

Por outro lado, também não é aceitável a execração pública a que foram submetidos, de maneira absolutamente injusta, alguns servidores técnicos desta Casa, servidores da área jurídica, porque se passou à opinião pública o entendimento, totalmente equivocado, de que não há um corpo jurídico na Assembléia Legislativa com competência para detectar, diagnosticar, dizer se, nesse ou naquele projeto, há um problema de inconstitucionalidade.

Aliás, andou se dizendo por aí que a Assembléia iria contratar servidores de fora, não sei de onde, para virem ensinar o processo legislativo na Assembléia Legislativa. Não há necessidade. O corpo técnico da Casa tem competência suficiente para fazê-lo! Os Deputados tem consciência e assumem os riscos dos projetos que apresentam. Mas, o que não dá para aceitar, é a verdade absoluta estampada em letras garrafais, de que o Governador, ao vetar este ou aquele projeto, está chamando aquele Deputado de incompetente porque não vislumbrou nele a ocorrência de uma inconstitucionalidade.

Darei um exemplo emblemático: apresentei nesta Casa, a exemplo do que fez o Deputado César Buzzatto, da Bancada do PMDB, na Assembléia gaúcha, projeto criando a Lei de Responsabilidade Social em Santa Catarina. A Lei de Responsabilidade Fiscal, nobre Deputado Afrânio Boppré, é uma lei importante, pois vem eliminar ou mitigar a farras do dinheiro público, mas é uma lei-meio, é uma lei instrumental, e a preocupação do Estado tem que estar voltada para a mitigação da exclusão social.

E este projeto prevê o quê? Prevê que, anualmente, quando o Governador vier à esta Casa, no mês de março, para trazer a sua mensagem, apresente as metas para reduzir a exclusão social em Santa Catarina. E essas metas haverão de ser obtidas em 10 itens que foram elencados naquela lei. É desemprego, é segurança pública, é educação, é saúde, etc.

Mas é o próprio Executivo que vai estabelecer as metas. Não haverá ingerência da Assembléia sobre elas. E no ano seguinte, quando ele vier prestar contas, terá que dizer se aquela meta foi ou não alcançada. E aí a Assembléia Legislativa, com o concurso do Tribunal de Contas, vai exercer o seu poder de controle e dizer se aquelas metas traçadas pelo Poder Executivo foram ou não alcançadas e indicar mecanismos para a sua correção.

Pois bem, essa lei, que foi apresentada por um Deputado Estadual do PMDB, aprovada na Assembléia gaúcha e sancionada pelo Governador Olívio Dutra, em Santa Catarina foi vetada pelo Governador com parecer do jurista Veirão, ao argumento que entrava na seara de determinada Secretaria de Estado.

Ora, temos que nos socorrer daquele velho adágio latino que diz: não vá o sapateiro além do sapato. E o Secretário da Fazenda está querendo ir além do seu sapato para, além de controlar as finanças públicas, verificar, identificar, acusar a ocorrência de inconstitucionalidade.

Mas tenho, Srs. Deputados, um entendimento, talvez mais do que um entendimento, a convicção, na esteira do que foi dito pelo Deputado Jaime Duarte, de que, por uma questão de coerência, por uma questão de reafirmação da autonomia do Poder Legislativo, primeiro na Comissão e depois em Plenário, haveremos de analisar, com o critério exigido, cada qual dos tantos vetos opostos pelo Chefe do Poder Executivo e, muitos deles, como este, por exemplo, que acabei de mencionar, haverão de ser rejeitados por esta Casa em homenagem ao trabalho aqui realizado, em consideração ao que aqui se produz. Principalmente porque neste caso, como em tantos outros, há um excesso de zelo, há um rigorismo inaceitável de parte do Poder Executivo e, sobretudo da Procuradoria-Geral do Estado que parece se comprazer por alguns de seus membros em dizer, em acusar, em recriminar, em censurar a atuação desta Casa em vários aspectos e, principalmente, no processo legislativo.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, concluindo minhas palavras, fica a convicção de que, nos próximos dias em que viermos a analisar estes vetos, haveremos de deixar, em primeiro lugar, assentada a autonomia da manifestação de vontade, claro que com base na Constituição, na legalidade e na juridicidade dos projetos aqui aprovados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Volnei Morastoni, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de falar no assunto que me traz à tribuna no dia de hoje, quero fazer rápida referência a este assunto abordado pelo Deputado João Henrique Blasi, dizendo que fiquei estupefacto, perdido, revoltado, quando recebi neste Plenário o pacote de vetos que o Sr. Governador opôs aos projetos de lei ultimamente aprovados por esta Casa.

Na diversidade destes projetos, dos assuntos que foram abordados, este veto generalizado é, simplesmente, uma demonstração de menosprezo, de desdém deste Governo do Estado com o Parlamento catarinense, porque não há razão, não há justificativa, pelos aspectos abordados pelo Deputado João Henrique Blasi.

A que se reduz nosso papel nesta Casa, já que a razão maior, que é o papel de legislar, fiscalizar, além até de assessorar administrativamente, quando apresentamos diversas propostas, requerimentos ou pedidos de informação? Mas nosso papel vai se reduzir a que? A dar nome para ruas, logradouros públicos, a fazer projetos de declaração de utilidade pública?

Na verdade, da forma como o Governo está se comportando, qualquer proposta apresentada no seu mérito, vai considerar que é uma atribuição pertinente ao Governo do Estado.

Voltaremos a abordar este assunto mas, alguma medida terá que ser tomada por esta Casa na avaliação deste vetos que para cá aportaram porque, não é possível que, passivamente aceitemos este tipo de intromissão prepotente do Executivo, naquilo que também é a independência e autonomia deste Poder, como o Deputado Afrânio Boppré manifestou anteriormente em relação ao Orçamento Regionalizado.

Pessoalmente, não quero acreditar no que ouvi numa rádio de Itajaí. Diziam que o Sr. Governador não reconhecerá absolutamente nada das propostas do Orçamento Regionalizado. Não é possível. Onde está a autonomia deste Poder que decidiu, de forma independente, sobre o encaminhamento das audiências que foram assumidas pela Assembléia Legislativa? Muito pior do que realizá-las em tempo atrasado é não realizá-las. O que importa é o que é importante para o povo catarinense, para seus interesses.

O povo com certeza quer, defende e reivindica aquilo que constou na planilha há pouco apresentada pelo Deputado Afrânio Boppré, como Presidente da Comissão de Finanças desta Casa, que presidiu as audiências públicas do Orçamento Regionalizado, mostrando que há uma participação crescente dos Municípios catarinenses. Em parte ficaram desencantados pela falta de vontade política, tanto do Governo passado quanto deste, em não implementar o orçamento participativo na forma do Orçamento Regionalizado.

Quero destacar a destemida determinação do Deputado Afrânio Boppré, que levou avante, apesar de todas as dificuldades, as audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Mais de 2/3 dos Municípios catarinenses realizaram as audiências públicas municipais e participaram das audiências regionalizadas, mostrando que este Governo itinerante é uma hipocrisia.

Do que vale, então, se essas são as reivindicações verdadeiras, quando nega o Orçamento Regionalizado que, com todas as dificuldades é precedido de audiências públicas municipais e regionais, como as que assistimos no médio e baixo Vale do Itajaí, na Região de Blumenau, com uma ampla participação. É o que pude observar folheando o

relatório, que já está praticamente concluído, dessas audiências, que espelha a participação de Prefeitos, de Vice-Prefeitos, de Vereadores, de Deputados de todas as Bancadas desta Casa.

O Sr. Governador veta mais de 90% dos projetos originários desta Casa com alegações vãs, sempre sob a argumentação da inconstitucionalidade. Não vale para o Sr. Governador cumprir a Constituição, pois o Orçamento Regionalizado está inscrito na Constituição do Estado, é uma prerrogativa constitucional, é uma conquista da sociedade catarinense que precisamos ainda aperfeiçoar na medida em que vamos realizando ano após ano, Legislatura após Legislatura, mas que depende de uma premissa fundamental, *sine qua non*, que na verdade é a questão da vontade política do Governo do Estado em implementar aquilo que foi democraticamente decidido pela comunidade, pelo povo de Santa Catarina nos Municípios.

O objetivo pelo qual vim me manifestar nesta tribuna era um outro, relacionado com a sessão solene do dia de ontem, que homenageou a Dra. Zilda Arns, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, e que lançou um projeto nacional chamado Homeopatia Solidária.

Sr. Presidente, pela exiguidade do tempo que me resta me manifestarei no dia de amanhã.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Na ausência do Deputado do PDT, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência do Deputado do PPS, passaremos à Ordem do Dia.

É visível, neste momento, a falta de *quorum*. Apelamos aos Deputados que estão nos gabinetes ou em outras atividades no prédio para que compareçam de imediato ao Plenário no sentido de que possamos dar início às votações, conforme a pauta da Ordem do Dia da sessão de hoje.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, recorro a V.Exa. que se faça a chamada, porque daí os Deputados vão vindo e dá tempo para que cheguem no Plenário e consigamos o *quorum* suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Convido V.Exa. para a fazer parte da mesa e ocupar a função de Secretário para que possamos verificar o *quorum*.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, na semana passada fizemos solicitação para que fosse incluído na pauta o Projeto de Lei nº 232.

Na ocasião também foi pedido para ser incluído o Projeto de Resolução nº 08 e fiz uma questão de ordem, tendo em vista que o Projeto de Resolução nº 08 estava em meu poder. Enquanto estava fazendo o debate do Projeto de Resolução nº 08, o Deputado Afrânio Boppré informou que o Projeto nº 232 também estava em seu poder.

Então, existiam dois Projetos de Lei nºs 232 e dois Projetos de Resolução nº 08.

Dada a situação, os projetos foram retirados da pauta para que pudéssemos fazer a correção e ver o que estava acontecendo, porque existia a duplicidade dos projetos.

Na pesquisa do 232 tem uma situação que vamos precisar corrigir. O Projeto de Lei nº 232 não foi lido no expediente. Já fizemos toda a pesquisa e, inclusive, na contracapa não tem registro. Quando se pesquisa na Intranet aparece o dia 27 de junho como a primeira data registrada na Divisão do Expediente. Portanto não houve a leitura no expediente. Não está nos Diários da Assembléia e, portanto, com esse tipo de procedimento fica muito complicada a tramitação de projeto.

Quero dizer que sem esse tipo de correção, esse projeto, sob meu ponto de vista, tem um vício de origem que precisa ser corrigido para que possa ter uma tramitação adequada.

Além disso, acho que este projeto mereceria uma outra discussão para que pudéssemos sanar, fazendo a leitura no expediente, outra situação que acho delicada. É um projeto de lei que altera resoluções! Altera as Resoluções nºs 40 e 42.

Portanto, há dúvida se altera-se resolução por projeto de lei ou por resolução.

Como esse projeto cria cargos e altera normas de funcionamento de setores da Casa, talvez o correto fosse: o que é criação de cargo propor-se por projeto de lei e o que é alteração de norma de funcionamento da Casa propor-se por resolução.

Então, como o primeiro erro a ser sanado é o da leitura, talvez, Deputado Onofre Santo Agostini, pudéssemos tentar sanar as duas situações. Não só a da leitura, que tem que ser feita porque senão o projeto não tem, sob meu ponto de vista, validade, porque fica com vício... O engraçado é que não foi lido mas foi publicado.

Então, acho que teríamos que fazer a leitura e ver da possibilidade de corrigir, quem sabe, a separação do projeto. Um projeto de lei para o cargo e resolução...

Ainda queria dizer, Deputado Onofre Santo Agostini, que na pesquisa do 232, acabei descobrindo outra coisa. Aquele projeto do reajuste dos servidores, sobre o qual já houve toda aquela polêmica, também foi votado e aprovado na Casa sem ser lido no expediente. Então, começa a ser uma situação que cria jurisprudência na Casa.

Vejam bem que, é claro, ninguém vai entrar com nenhum tipo de ação para um projeto que abre a possibilidade do Governador conceder reajuste. Imagine V.Exa. se esse projeto tratasse daquelas situações bem polêmicas, como dar autorização para vender ações da Casan ou coisas do gênero.

Acho que essa é uma situação a qual devemos tomar todo o cuidado para que não se repita. Fiz pesquisa sobre um assunto e descobri outro: dois projetos que não foram lidos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputada, vou responder a V.Exa. em partes. Primeiro, o Projeto nº 232. Estou solicitando à assessoria que verifique nas atas ou na ata se a matéria consta como lida ou não.

Se V.Exa. tiver razão, como diz o ditado popular: "vamos começar pelo começo". Vamos ler e vamos encaminhar, então, à Comissão de Constituição e Justiça para sanar.

Quanto a segunda parte, sobre a possibilidade de um projeto de lei alterar resolução, isso é possível porque a Emenda Constitucional nº 19 obriga que a criação de cargo somente se dê através de projeto de lei.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Disto tenho convencimento, de que a parte relativa a criação de cargo tem que ser por projeto de lei, mas sobre as normas de funcionamento da Casa não, é por resolução. E veja bem: aí vamos estar submetendo ao veto do Governador uma questão *interna corporis*, pois trata-se de como a Casa se organiza!

Tenho entendimento que, dada esta sangria desatada de vetos do Executivo, acho que não devemos submeter a Casa ao constrangimento de ter as suas regras de funcionamento - de como é que se distribui os departamentos, as atribuições e as competências - ao crivo do Governador pois, do jeito que ele veta tudo, é capaz até de vetar se devemos distribuir as atividades em dois ou três departamentos, situação restrita somente aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Quanto à leitura da matéria do projeto do aumento dos servidores, recorde-me, evidentemente que não está gravado, poderá estar nas fitas, mas não mandei verificar que, quando foi entregue o projeto, o Sr. Deputado Jaime Mantelli disse diretamente a este Deputado que o projeto não havia sido lido no expediente daquela tarde em que a matéria estava em discussão.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Se V.Exa. se lembra, o Governador veio pessoalmente trazer. Estávamos no meio da sessão do dia 26 e, no dia seguinte, já estava na Comissão de Constituição e Justiça. Realmente não foi lido no expediente, tanto que foi para Plenário à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - O Sr. Governador usou da palavra, entregou a matéria e procedeu a leitura do texto...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Mas V.Exa. vai nos desculpar, o Governador não tem prerrogativa Parlamentar. Ele pode fazer a entrega, mas em hipótese alguma pode substituir o papel do Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Se V.Exa. permitir este Deputado concluir o que ia dizer. V.Exa. está como um cidadão que conheço, gosta muito da verdade pela metade. Até a hora que interessa a verdade é boa, mas na hora que não interessa a verdade não presta mais.

Então, V.Exa. há de me escutar e deixar este Deputado responder a sua indagação. Com todo o respeito que tenho a V.Exa. e com toda a calma que tenho, que aguarde eu responder o que indagou, porque a senhora está respondendo a pergunta.

Quero dizer que naquela oportunidade consultei V.Exas. de que o Governador estaria na Assembléia e fazia questão de entregar o projeto de aumento dos servidores públicos. Certo? Ao meu lado fez a entrega, mas não leu a matéria, dizendo a razão e demos por recebida a matéria.

O Deputado Jaime Mantelli chegou a este Deputado e disse que a matéria não tinha sido lida no expediente, como é costume. V.Exa. sabe que a sessão é aberta com a leitura das atas e depois de aprovadas, é lido o expediente. Não foi feito porque estávamos na metade da sessão. Concorde com este Deputado?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - O Deputado Jaime Mantelli abordou o assunto, este Deputado solicitou à assessoria que procedesse a leitura naquela sessão e não na sessão do dia seguinte.

Portanto, tem razão. A verdade em parte está com V.Exa., concordo, reconheço isso, estou vendo que está sendo muito dili-

gente nas ações dos processos. Quero cumprimentá-la e, que bom seria, se me ajudasse a fazer com que a Comissão de Justiça se reunia para apreciar as matérias que lá estão...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Hoje pela manhã os quatro Parlamentares da Oposição estavam a postos. Esperamos até as 10h e nenhum Deputado da base governista compareceu para dar *quorum*. Sob meu ponto de vista foi deliberadamente, porque havia Deputado que podia ter comparecido para dar *quorum* e não veio.

Só esta Deputada tinha uma pilha de projetos para relatar como outros Parlamentares também tinham. Quero dizer que é lamentável porque, no dia de hoje, temos apenas dois projetos para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Exatamente, Deputada. Por isso, que a sua diligência vai nos ajudar, evidentemente, para que todos os Deputados passem a comparecer à Comissão de Constituição e Justiça.

Há pouco eu estava dizendo que há poucos dias eu indaguei ao Presidente da Comissão e ele me respondeu que não tem nenhuma matéria para deliberar na mesa. Mas para estar em dia Comissão são aquelas matérias que estão...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Estão conosco!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Lógico!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado João Henrique Blasi. Deputado, quando quis fazer essa referência foi objetivando provocar os Deputados da Comissão de Justiça, evidentemente, que sei que estiveram presentes quatro Deputados hoje na Comissão. Mas o fato é que a Assembléia não pode parar porque a Comissão de Constituição e Justiça não está funcionando. O seu Presidente está doente, segundo as informações que me chegaram agora. Outros Deputados estão viajando a Brasília em missão oficial, outros estão acompanhando o Governador do Estado, mas a Assembléia Legislativa não pode parar porque os Deputados estão em compromisso pessoais.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, eu não mencionaria o fato, porque tenho procurado não tornar público fatos que trazem, de fato, uma repercussão negativa para Casa.

Mas já que V.Exa. mencionou, quero fazer coro ao que disse a Deputada Ideli Salvatti. Às 9h da manhã de hoje estavam presentes na Comissão de Constituição e Justiça os Deputados João Henrique Blasi, Ideli Salvatti, Herneus de Nadal e Jaime Duarte. Os 4 Deputados representantes da Oposição. Da base governista, nenhum!

Feitas as consultas, os chamamentos, não compareceram e o Deputado Herneus de Nadal, usando da prerrogativa de Vice-Presidente, foi obrigado a encerrar sem que pudesse deliberar sobre nenhuma matéria. Quando eu, ontem, Sr. Presidente, fiquei até 3h da manhã para trazer oito projetos para serem deliberados no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, entendo que quando ocorre um fato desse nós temos que cumprir a nossa obrigação.

Quero apresentar uma sugestão ao Vice-Presidente da Comissão, Deputado Herneus de Nadal, que faça amanhã uma convocação extraordinária, que nós estaremos presentes para deliberar na Comissão de Constituição e Justiça.

Se não for possível amanhã, que se faça hoje no final do expediente. Na realidade quando ocorre um fato desse não adianta nos queixarmos, temos que recuperar o tempo.

Sugiro que faça isso que, eu, pode ter certeza, estarei presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Farei um apelo ao Deputado Herneus de Nadal, que na qualidade de Vice-Presidente da Comissão, se possível, convoque extraordinariamente hoje a Comissão.

Deputado, se V.Exa. pudesse convocar extraordinariamente hoje, já que a Deputada Ideli Salvatti... com a compreensão e a tolerância de V.Exas., para que decidam as matérias que lá se encontram, principalmente aquelas que não são polêmicas.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Presidente Onofre Santo Agostini, estou vendo a pauta da sessão do dia de hoje e não vejo incluído na relação dos projetos a serem votados duas matérias que já estavam na pauta da última sessão ordinária, antes de entrarmos em recesso Parlamentar, naquele momento, chamado de limpeza de pauta, em que três projetos apenas deixaram de ser votados por falta de *quorum* no final da sessão, quando houve obstrução. Aliás, três matérias. Duas das quais já tinham regime de urgência aprovado em Plenário e, portanto, tem que estar na Ordem do Dia. Um é o Projeto nº 232, que o Deputado João Henrique Blasi apresentou uma emenda que naquele momento nós discutimos com ele no Departamento Parlamentar com Dr. Pedrinho Moresco e que o Deputado concordou em retirar sua emenda, que estava criando um cargo na Assessoria da mesa e que regulamenta o Centro de Informações.

É um projeto da mesa e que, no nosso ponto de vista, importante para o funcionamento daquele setor. Todos os 40 Deputados conhecem o setor de informações, todos já utilizaram os serviços prestados por aquele setor da Casa, que precisa ter a sua regulamentação aprovada em projeto de lei, criando um cargo de chefe e de diretor da área.

Não vejo porque esta matéria não está na pauta, Sr. Presidente. Não há condições de se retirar da pauta, porque esta matéria estava em regime de urgência e já estava incluída na pauta. Portanto, tem que estar na pauta no dia de hoje.

Da mesma forma, Sr. Presidente, o Decreto Legislativo nº 08, que regulamenta a questão interna do setor de serviços do patrimônio da Casa. Também foi um projeto discutido pela mesa, encaminhado para as Comissões e lá se pede vista, não se devolve o projeto de lei e depois dizem que têm dois projetos tramitando. Mas na verdade V.Exa. esclareceu muito bem que os projetos que estavam no final do semestre passado em condições de virem ao Plenário, que tinham regime de urgência, V.Exa. incluiu na pauta.

Portanto, solicito que estas duas matérias voltem à pauta no dia de hoje e que sejam definitivamente deliberadas. Quem quiser votar contra ou a favor que o façam. Mas estas duas matérias têm que ser deliberadas porque já estavam em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não, Sr. Deputado.

Faço um apelo aos Srs. Deputados que não registraram suas presenças que o façam.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, quero fazer um esclarecimento e ao mesmo tempo uma convocação.

Estamos aqui para trabalhar, Deputado Onofre Santo Agostini, e estamos com disposição para isso. Agora, são 16h, praticamente. Pelo que sinto não teremos *quorum* para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Já tem, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Mas é um *quorum* reduzido que para certas matérias, como os projeto de lei complementares e vetos, teremos dificuldades em deliberar.

Então, Sr. Presidente, a proposta é que às 16h30min, nos reuníssemos na sala das comissões para que Comissão de Constituição e Justiça pudesse deliberar.

Pela manhã este Vice-Presidente, investido na condição de Presidente, pela ausência do titular, esteve junto com os demais Deputados. Só não tivemos *quorum* para deliberar, em que pese, Sr. Presidente, a solenidade e o formalismo para convocação de uma reunião extraordinária, acredito que se analisarmos projetos que não sejam polêmicos, poderemos fazê-lo desta forma, ou seja, convocando, através deste microfone de aparte e fazendo apelo aos Srs. integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, para que lá compareçam, no sentido de que possamos dar o preparo necessários às matérias para que depois sejam deliberadas em Plenário. De forma contrária, não teremos matérias que possam ser votadas e analisadas em Plenário.

Então, com toda boa-vontade, mesmo não tendo *quorum* pela manhã - e todos temos os nossos compromissos - precisamos também nos adaptar as nossas reuniões porque, de forma contrária, vamos faltar com compromissos que já estão agendados. Amanhã, na parte da manhã, já terá uma audiência pública e aí não teremos de ter a presença dos Srs. Deputados.

Por isso faço um apelo, Sr. Presidente, todo especial, para que às 16h30min possam os Srs. Parlamentares comparecer à Comissão para deliberar sobre as matérias que constarão da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Agradeço, Deputado Herneus de Nadal e tinha certeza de que V.Exa. iria nos ajudar a contribuir com este Poder para que, realmente, possa atingir seus objetivos.

Já temos 22 Deputados presentes no Plenário.

Quero fazer um esclarecimento à Deputada Ideli Salvatti: na ata de 26.06.01 - e estou com a ata aqui e depois o V.Exa. poderá verificar, é uma ata de sessão extraordinária - diz o seguinte: "O Sr. Presidente deu por recebido o projeto de lei que altera a Resolução nº 40 42 92." Então ele considerou recebido, por via de consequência foi lido o projeto. Este foi o 32.

Aqui não está o número do projeto nº 32.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, só gostaria de saber se esta é uma ata de sessão extraordinária realizada no dia 26.06.01?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - 26 de junho, Deputada! Mas farei chegar às suas mãos!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Mas isso não resolve o problema do 232, não é?

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jaime Duarte.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente, não quero entrar o andamento dos trabalhos. A minha contribuição é no sentido de dizer que imagino que logo, logo nós teremos outros problemas, que são a análise dos vetos que são não diria uma centena, mas chega perto disso.

De maneira que o ato de boa vontade, especialmente de dar *quorum* nas Comissões Técnicas eu creio que seja fundamental. Por isso quero cumprimentar o Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu faço parte, e que nós possamos fazer uma reunião específica para votar esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não. Veja V.Exa. que eu só tenho duas matérias e os requerimentos. Vou colocá-los em votação e em seguida suspenderei.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Só um instante, Deputado. Deixa eu só responder....

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel (intervindo) - Duas matérias não, quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Não. Aqui eu tenho duas. Aquele foi retirado, Deputado, porque há uma solicitação da Deputada Ideli Salvatti para corrigir a leitura da matéria que não foi lida. Mas eu vou dar andamento à sessão e em seguida ouço V.Exa.

Votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 0166/2001.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 0033/2001.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Sobre a mesa requerimento de autoria...

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Sr. Presidente, eu solicitei uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Sr. Deputado, eu ainda não encerrei a ordem do dia.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - O Sr. já está nos requerimentos, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Mas não terminei a Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel (intervindo) - Mas o que é isso, Presidente? O Sr. não pode descumprir o Regimento, Sr. Presidente. Desculpe-me V.Exa.

Essas duas matérias estavam na pauta no final do semestre passado, com regime de urgência aprovado e eu não entendo porque essa matéria está servindo de ping pong, de interesses pessoais de um Deputado, ou de uma Deputada!

Sr. Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputado Gilmar Knaesel, eu não tenho nem a cópia da matéria comigo, Deputado.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Sr. Presidente, semana passada esta matéria estava na pauta. Não sei o que está acontecendo. Algo estranho está acontecendo e eu preciso fazer este registro lamentável! Lamentável....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputado Gilmar Knaesel, a matéria estava na Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - De forma alguma, Presidente! A matéria estava em Plenário na última sessão ordinária antes de começar o recesso parlamentar! O Departamento Parlamentar tem a pauta! Esta matéria deixou de ser votada quando as Oposições obstruíram a votação de três matérias!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Não, Deputado. Realmente V.Exa. tem razão. Nós colocamos na ordem do dia todas as matérias no final do período legislativo. Todavia a matéria não chegou até a Presidência, porque estava na Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Como tantos outros projetos foram votados em Plenário, Sr. Presidente, sem estar o projeto aqui, porque estava engavetado em algum gabinete! Nós precisamos ser realistas! Vários projetos foram votados sem o projeto estar no Plenário! O projeto estava com o Deputado!

Eu acredito, Sr. Presidente... Eu gostaria só que... Não há nenhum interesse fora o poder da Casa que está em jogo nessa questão, porque há interferência pessoal de funcionários querendo retirar projeto, colocando projeto... Acho que V.Exa. como Presidente não pode concordar com isso e não vai concordar com isso.

Essas duas matérias estavam na pauta e eu exijo, como Deputado, que elas voltem à pauta e sejam votadas. O Deputado que quiser votar contra que vote contra. Quem quiser votar a favor que vote a favor. Mas não é possível os projetos, agora, simplesmente, sumirem de uma hora para outra do Departamento Parlamentar, da mesa, uma vez que as matérias já estavam em pauta antes de entrarmos no recesso parlamentar e na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Antes de encerrar a sessão nós vamos decidir... Determinei a assessoria que providencie a vinda dos projetos.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Prefeito Municipal de Arroio do Silva, parabenizando pela 10ª edição da Festa do Peixe.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Prefeito Municipal de Siderópolis, à Fundação Municipal de Cultura, à Comissão Central Organizadora, parabenizando-os pela realização dos Festejos da XIII Festa do Colono de Siderópolis.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Tarcísio Bett, Patrão do CTG Barriga Verde, parabenizando-o pela passagem do evento realizado nos dias 3, 4 e 5 do corrente, em Orleans.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adelar Vieira que solicita o envio de mensagem telegráfica à Sra. Presidente da Associação Joinvilense de Obras Sociais - Ajos, felicitando a associação pelos seus 14 anos de fundação.

A Presidência defere.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Odete de Jesus, que solicita o empenho dos Srs. Parlamentares em fomentar a mais ampla discussão quanto à vulnerabilidade do voto eletrônico.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Clésio Salvaro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Casan, José Carlos Vieira, solicitando que seja atendido o pleito da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, através do qual solicita que a subordinação do escritório da Casan naquele Município seja através do escritório de Criciúma.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Clésio Salvaro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Celesc, Francisco Küster, solicitando que seja atendido o pleito da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, através do qual solicita que a subordinação do escritório da Celesc naquele Município seja através do Escritório de Criciúma.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Governador do Estado, Sr. Esperidião Amin Helou Filho, e ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, Deputado Leodegar Tiscoski, solicitando a celebração de Convênio de Cooperação financeira com o Município de Ituporanga, no montante de R\$ 226.000,00, destinado a recuperação da patrulha mecanizada da municipalidade.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Governador Esperidião Amin Helou Filho e ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, Deputado Leodegar Tiscoski, solicitando a celebração de Convênio de Cooperação Financeira, da ordem de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), visando a recuperação de estradas, pontes, pontilhões e bueiros da malha viária em todo o Município de Ituporanga.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Governador do Estado, Sr. Esperidião Amin Helou Filho e ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, Deputado Leodegar Tiscoski, solicitando a celebração de Convênio de Cooperação financeira, para a reforma do Terminal Rodoviário de Ituporanga.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Líderes dos Partidos, que compõem a Bancada Governista nesta Casa, solicitando a convocação do Exmo. Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Dr. Paulo César Ramos de Oliveira, para, no dia 14 de agosto do corrente ano, junto à Comissão Técnica de Constituição e Justiça, prestar esclarecimentos sobre a transferência dos presidiários do Primeiro Comando da Capital, de São Paulo para a Penitenciária de Florianópolis.

Este prazo já passou Srs. Deputados!

Convocando hoje não há mais prazo para a convocação.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti, no mesmo sentido, dia e hora previamente mandado esclarecer...

Solicito aos Srs. Deputados se há interesse ainda na convocação do Sr. Secretário que era para tratar do assunto dos presos do PCC?

Como a matéria está resolvida consulto aos Srs. Deputados se têm interesse na convocação do Secretário.

Caso positivo, nós vamos marcar uma nova data. Caso negativo, damos por encerrado.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, o requerimento que tem, de minha autoria, não é pedindo a convocação. É pedindo algumas explicações e eu mantenho o requerimento das explicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Sim. Quanto à convocação do Sr. Secretário?

Não havendo mais interesse porque está prejudicado, não há mais preso, esta Presidência retira.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Rosa, que solicita aos Parlamentares integrantes da Bancada Catarinense no Congresso Nacional medidas no sentido de ser implantado, com brevidade, a concessão do Passe Livre Interestadual aos deficientes físicos, mentais, auditivos e visuais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Raimundo Zumblick, Magnífico Reitor da Udesc, e ao Exmo. Sr. Esperidião Amin Helou Filho, DD. Governador do Estado, ao Conselho Universitário da Udesc-Consumi e ao Professor Germano Guttler, congratulando-se com o pro-

fessor Germano Guttler, do Departamento de Fitotecnica do Centro de Ciências Agroveterinárias-CAV-UDESC-Lages, que no Japão, apesar de todos os mesquinhos obstáculos que enfrentou e que ainda enfrenta, participou com brilhantismo do curso "Agrobiotechnology" organizado pela Japan International Cooperation Agency-JICA.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Esperidião Amin Helou Filho, digníssimo Governador do Estado, solicitando que interceda junto ao Exmo. Ministro dos Transportes, Sr. Eliseu Padilha, ao Exmo. chefe do 16º Distrito Rodoviário Federal do DNER, Sr. Eng. Roberto Ribas e ao Secretário dos Transportes e obras, Sr. Leodegar Tiscoski, providências urgentes no sentido do recapeamento asfáltico e melhoria da sinalização da Rodovia-SC-280, que liga o Município de Canoinhas a Porto União.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Ranzolin e outros Srs. Deputados, solicitando seja conferida tramitação em regime de urgência ao Projeto de Lei nº 0019.0/2001 e demais matérias que ao mesmo encontram-se apensadas, a saber: Projetos de Lei nos. 0033/2001; 0034/2001; 0036.0/2001; 0039/2001; 0054.1/2001; 0077.7/2001; 0108.9/2001; 0199.4/2001 acrescidas do Substitutivo Global apresentado aos mesmos, tendo em vista a eminência de perda de unidades produtoras e benfeitoras de madeira, para outras unidades da federação que dispõe de mecanismo legal idêntico ao aqui pretendido.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando a implantação da Casa da Cidadania, no Município de Três Barras.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Senhor Governador do Estado de Santa Catarina e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a inclusão no anexo VIII da Lei Complementar nº 55, de 29 de maio de 1992, dos portadores de diploma de curso superior em Administração, com currículo mínimo de 4 anos e curso de formação na Academia de Polícia Civil com, no mínimo 200 (duzentas) horas/aula de duração.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Heitor Sché, para que seja encaminhada ao Governador do Estado Sr. Esperidião Amin e ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, Deputado Leodegar Tiscoski, solicitando a celebração de Cooperação financeira com o Município de Ituporanga, com o objetivo de construir 10 (dez) novos abrigos de passageiros, às margens das rodovias SC-302 e SC-427-A e B".

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Heitor Sché, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Governador do Estado Esperidião Amin e ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, Deputado Leodegar Tiscoski, solicitando a inclusão da obra de asfaltamento da estrada que liga Atalanta a Ituporanga, BIRD III.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Excelentíssimo Sr. Martus Antônio Rodrigues Tavares, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que reveja posição de incluir no Orçamento do próximo ano qualquer cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos da União.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Deputado Federal Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados, pedindo que recuse qualquer proposta de cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos da União.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, pedindo que reveja posição de incluir no orçamento do próximo ano qualquer cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos da União.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti, a ser enviado ao Sr. Governador do Estado Esperidião Amin, contendo vários quesitos sobre a vinda de dois presidiários para o Estado de Santa Catarina.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação de autoria do Deputado Afrânio Boppré, a ser enviado ao Presidente do Funcitec, através do Governo do Estado, contendo quesitos referentes a vários projetos.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação de autoria do Deputado João Henrique Blasi, a ser enviado a Secretária da Educação, através do Governo do Estado, acerca de denúncia envolvendo o Diretor-Geral da Escola Básica Aderbal Ramos da Silva.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação de autoria do Deputado João Henrique Blasi, a ser enviado a Secretária da Educação, através do Governo do Estado, acerca de denúncia envolvendo a Titular da 1ª Coordenadoria Regional da Educação.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Voltamos à matéria do Deputado Gilmar Knaesel.

O Projeto de Resolução nº 008 que fixa norma sobre destinação dos bens imóveis em desuso ou considerados inservíveis, pertencentes ao patrimônio do Poder Legislativo, e adota outras providências.

Este projeto, Srs. Deputados, é de autoria da Mesa Diretora, foi lido no expediente.

Há uma emenda de autoria dos Deputados Manoel Mota e Ivan Ranzolin, que suprime parágrafo ao art. 2º do referido projeto.

"A Assembléia do Estado de Santa Catarina aprova:

Art. 1º - Acrescente-se ao art. 2º do Projeto de Resolução nº 08/2001 o seguinte parágrafo:

§ 4º - Os membros da Comissão definida no *caput* deste artigo serão assessorados em seus trabalhos por quatro servidores lotados na Divisão de Recursos Materiais - Setor de Patrimônio, os quais terão as seguintes atribuições:

I - levantamento e fornecimento de dados inerentes à área afim;

II - acompanhamento no processo de destinação do material classificado como inserível ou em desuso;

III - procedimento da baixa dos respectivos bens no acervo patrimonial do Poder Legislativo

IV - outras atividades correlatas."

Pedido de Informação de autoria do Deputado Heitor Sché, a ser enviado à excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação de Santa Catarina, Profª Mirian Schlickmann, para que S.Exa. encaminhe a esta Casa relatório indicando as providências adotadas acerca de denúncia envolvendo arbitrariedades perpetradas pelo Diretor-Geral da Escola Básica Aderbal Ramos da Silva.

Em discussão as emendas e a matéria.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que proceda à verificação de *quorum*, pois não sei se há Deputados suficiente para votar essa matéria.

É visível que da Bancada governista tem apenas três ou quatro Deputados no Plenário. Acho que o Deputado Gilmar Knaesel há de concordar conosco que não temos a mínima condição de aprovar matéria por falta de Deputados no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Srs. Deputados, é lícito o Deputado pedir verificação de *quorum*. Eu ia submeter à votação atendendo ao pedido do Deputado Gilmar Knaesel.

Estou sendo solicitado pelo Deputado Ivan Ranzolin que a matéria 032 não seja submetida à votação hoje para conversar com o Deputado Gilmar Knaesel.

Todavia é lícito o Deputado Francisco de Assis pedir a verificação de *quorum*. Tendo em vista a necessidade de colocar em votação as duas matérias, determinarei que se faça a verificação.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Parece-me que está havendo uma pequena confusão. Os Deputados estão imaginando que eu seja o Autor das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Não, é a Mesa Diretora.

O SR. DEPUTADO GILMAR KANESEL - Estas matérias são de autoria da Mesa Diretora, que foram amplamente discutidas. V.Exa. como Presidente é o Autor deste projeto de lei.

Eu só não entendo o que está acontecendo. Gostaria de ter a clareza de qual o interesse do Partido dos Trabalhadores em obstruir estas duas matérias, que são de interesse da Casa, de funcionários da Casa. Eu não estou entendendo o jogo que está acontecendo, mas que fique o registro: V.Exa. está fazendo a verificação de *quorum*, perfeito, é lícito. Agora, só queremos que essas duas matérias permaneçam na Ordem do Dia, porque elas já têm requerimento de regime de urgência, já estavam na pauta e não podem ser retiradas a não ser pelo senhor que é Presidente da Casa.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Eu quero dizer que o Partido dos Trabalhadores está aqui. Quem não está é a maioria dos Deputados do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Srs. Deputados, eu vou fazer a verificação de *quorum*. Solicito aos Srs. Deputados que registrem a sua presença para verificação de *quorum* haja vista que há uma solicitação do Deputado Francisco de Assis.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

Há 16 Srs. Deputados.

Não há *quorum* para deliberação.

Fica a matéria retirada de pauta.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, volto à tribuna na sessão de hoje para dar continuidade às colocações a respeito da audiências públicas sobre o Orçamento Estadual Regionalizado.

Santa Catarina pelos últimos dias passou por um processo positivo de mobilização para discutirmos os problemas, as dificuldades e também pensarmos nas soluções relativas a todos os nossos Municípios.

Nada mais nada menos que 221 Municípios participaram das nove audiências do Orçamento Regionalizado. Este índice ultrapassa 75% de participação.

Numa determinada audiência um Vereador perguntou se as reivindicações terão efetividade e eficácia. Respondi que a Assembléia Legislativa catarinense - aproveito para agradecer o empenho da Presidência desta Casa no sentido de nos auxiliar - está duplamente desafiada porque ao mesmo tempo em que temos de assegurar um processo efetivo de participação, estamos radicalizando o exercício da democracia em Santa Catarina. Para todos nós isto é um mérito.

Ao mesmo tempo que temos de garantir o processo de mobilização para discutir as prioridades que devem constar no Orçamento 2002, também temos que garantir um segundo momento que é o da execução orçamentária, ou seja, o momento em que precisamos tirar do papel as reivindicações, a lista de prioridades discutida pelos Prefeitos, Secretários, Vereadores e pela sociedade civil.

Em muitas oportunidades, Deputado Romildo Titon, tivemos a participação de lideranças comunitárias, de associações de moradores, de entidades sindicais, sejam dos trabalhadores ou empresariais.

Por exemplo, na audiência realizada em Agronômica elegemos como representante do Conselho Estadual Regionalizado um empresário, o Presidente da Associação Comercial e Industrial, para fazer parte no Orçamento Estadual Regionalizado. A mesma coisa aconteceu no Município de Três Barras, que foi sede das audiências.

A Assembléia Legislativa está duplamente desafiada, porque ao mesmo tempo em que temos de criar a possibilidade de que a sociedade civil participe na elaboração da peça orçamentária, temos também que nos comprometer com o processo de execução orçamentária.

Então, parece-me que todos nós estamos comprometidos em repensar o processo da Assembléia Legislativa, porque não basta... Nós poderíamos dizer assim: olha, a Assembléia Legislativa já fez a sua parte, ou seja, fez a audiência, ouviu os Municípios, discutiu os problemas, incorporou as reivindicações no Orçamento, através de emendas, e agora, daqui para a frente, o problema é do Município para tirar as verbas e as rubricas orçamentárias do Executivo.

Eu acho que não é só isso.

A Assembléia Legislativa tem que estar comprometida com o momento de mobilização, mas também tem que estar comprometida com o momento da execução orçamentária.

Infelizmente tivemos ainda hoje pelos jornais - e o Deputado Volnei Morastoni também se referiu pelos rádios - manifestações do Poder Executivo contrários à iniciativa da Assembléia Legislativa. Na verdade, o Poder Executivo afrontou uma iniciativa livre, independente desta Casa, que tomou a decisão de fazer as audiências públicas, como no ano passado também tomou essa mesma decisão: vamos fazer as audiências públicas mesmo que no período fora do prazo, que no ano passado foram feitas nos meses de outubro e de dezembro. Este ano nós estamos fazendo nos meses de julho e de agosto, terminamos com a região de Florianópolis na última sexta-feira, no dia 10.

Então, foi uma decisão livre, soberana, autônoma, independente do Poder Legislativo de Santa Catarina e que não pode ser obstruída por uma iniciativa do Executivo.

Portanto, é isso que nós temos que deixar claro: o Orçamento Estadual Regionalizado é uma conquista da sociedade catarinense, é algo suprapartidário.

Neste ano, Presidente Onofre Santo Agostini, como Deputado do Partido dos Trabalhadores teve a felicidade de presidir as audiências de todo o processo. No ano passado não era o PT. No ano anterior ainda também não era o PT. No ano que vem não será o PT, poderá ser um outro Partido, o PFL, o PPB, o PTB, seja quem for. E o que nós temos que construir é esse espaço de participação popular enquanto uma bandeira suprapartidária é de interesse da sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Deputado Afrânio Boppré, eu queria fazer algumas colocações com relação ao seu pronunciamento sobre a questão do Orçamento Regionalizado.

Quando V.Exa. me procurou sobre a possibilidade de indicar um Município para fazer a reunião regional, eu lhe coloquei o meu pensamento de que não acredito no Orçamento Regionalizado. Já acreditei, como muitos estão acreditando e fui três anos a fio em toda a minha região buscar as prioridades, discutindo, convidando Prefeitos e Vereadores e vergonhosamente a maioria das reivindicações não foram colocadas no Orçamento e as que foram colocadas não foram executadas, sob pena de que por muitas vezes lá fomos cobrados: "Escuta, vocês vieram fazer o levantamento de prioridades. Quais as prioridades que foram executadas no Orçamento do ano passado?" Nós não tínhamos resposta a dar.

Então, para mim, quando se sai daqui com uma questão de buscar prioridades, é preciso que se tenha recursos. Muitas vezes o valor do recurso que tem para o Orçamento Regionalizado não dá para atender uma Prefeitura. E isso causa à sociedade uma expectativa de uma coisa que não acontece e quem sai desmoralizado nessa questão é o próprio Poder Legislativo, que vai lá levantar as questões.

Então, eu sou contra isso, não participo mais de reunião, porque eu não gosto de estar enganando ninguém. A verdade é essa. Se eu chego na minha região - eu falo da minha região, porque eu conheço, e não vou falar da região dos outros - eu não encontro uma obra sequer em todo esse período do Orçamento Regionalizado que foi executada quando elas foram levantadas como prioridade pelas regionais.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Muito obrigado, Deputado!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Pois não!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Deputado Afrânio Boppré, é interessante como o Governo vem rechaçando a política do Orçamento Regionalizado, que foi aprovado nesta Casa por unanimidade, se não me falha a memória, mas senão pela grande maioria dos Parlamentares. E por teimosia nossa, como disse quando participei de uma das nossas reuniões no Município de São Francisco do Sul, nós acreditamos que isso vá acontecer.

Mas eu li hoje o editorial do jornal O Estado, não sei se V.Exa. teve a oportunidade de ler, que diz:

(Passa a ler)

"O Governador Esperidião deve enviar para a Assembléia Legislativa, dentro dos próximos dias, um projeto de lei que cria um plano de trabalho a princípio chamado de planejamento participativo."

Queria ter mais tempo e V.Exa., certamente também, para comentar isso aí. Eles criam um outro jeito. Tudo o que se faz aqui não presta, não vale, não tem valor. Eles dão um jeitinho de criar uma outra forma parecida, meio semelhante, meio igual, porque a pressão da sociedade, das comunidades está levando a isso.

Então, creio que devemos continuar insistindo, até que possamos emendar esse projeto para deixar igual ao que a sociedade quer, que é o Orçamento participativo e regionalizado.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Para concluir, queria dizer que o montante de recurso do Orçamento Regionalizado para este ano representa tão-somente 7% do total da taxa de investimento do Governo do Estado. Portanto, é um valor inexpressivo!

Tomamos, Deputado Gilmar Knaesel, V.Exa. que é um defensor e entusiasta da idéia do Orçamento Regionalizado, uma decisão de este ano tirar de R\$30 milhões o destinado para o ano passado e passar para R\$60 milhões.

Então, temos que entender que esse é um processo que vamos aperfeiçoando gradativamente.

Recordo de uma frase que me marcou muito. No Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, ano passado, um negro da África subiu ao palco e disse: "Se eu quisesse chegar no Brasil 200, 500 anos atrás, não me restava uma outra condição senão chegar acorrentado num navio negreiro. Hoje, estou no Brasil e sou um homem livre". É uma demonstração de que um novo mundo é possível.

Com as mesmas palavras desse cidadão africano, digo a respeito do Orçamento Regionalizado. É perfeitamente possível um novo tipo de governar em Santa Catarina. E eu tenho certeza...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Infelizmente, não há oito Deputados em Plenário para darmos continuidade à sessão, mas em respeito aos Deputados inscritos, coloco-me à disposição para continuar presidindo-a. Só gostaria que um dos Deputados secretariasse a sessão, porque é obrigatório ter um Secretário.

Convido um dos três Deputados presentes no Plenário para que acompanhe os trabalhos.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Adelor Vieira.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Apelo a V.Exa. para que na próxima reunião sugira aos demais Pares da Mesa para que façam uma escala para ter sempre algum membro da Mesa, porque assim fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - A questão não é só da Mesa mas do Plenário. Os Deputados, normalmente...

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Tem sido freqüente a questão da Mesa.

Então, fazemos este apelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Adelor Vieira, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de registrar, nesta oportunidade, um assunto que julgo da maior importância.

Está sendo adotada em Joinville, como uma iniciativa pioneira, pelo Poder Público Municipal e pela iniciativa privada, mais precisamente pelas empresas concessionárias do serviço de transporte coletivo municipal, a substituição do combustível tradicional - diesel, álcool, gasolina - dos ônibus circulares e dos veículos da Prefeitura Municipal de Joinville pelo combustível ecológico, que é uma mistura de álcool, diesel e um outro componente vegetal chamado AEP-102.

Esta prática, segundo os técnicos, é para melhor qualidade de vida e há ganhos ambientais com a redução média de 48% de fumaça negra. É um índice muito importante, porque as grandes cidades não podem mais prescindir da redução de poluentes lançados na atmosfera pela queima de combustíveis automotores, pois todos somos responsáveis diretos pela melhoria da qualidade de vida da população urbana, com graves conseqüências para o meio ambiente do planeta.

Quero registrar que foi uma iniciativa da Vereadora Maria Andreis Cadorin, do PTB, que trabalha intensamente na questão do meio ambiente em Joinville, que oportunizou os contatos iniciais entre a empresa fornecedora desse combustível ecológico nas empresas Gideão e Transtusa e também o Município de Joinville.

Certamente V.Exas. poderiam perguntar, Deputado Rogério Mendonça, quais as vantagens desse combustível ecológico. Em primeiro lugar, reduz as emissões veiculares de fumaça negra e de material particulado, melhora e traz grande economia, reduzindo assim as importações de petróleo; contribui para a melhoria ambiental; favorece e amplia o mercado interno porque consome produto vegetal e atua como mecanismo regulador para as oscilações da produção agroindustrial.

Quero fazer este registro porque o Município de Joinville é hoje um pioneiro em aplicar este combustível ecológico. Um convênio neste sentido foi celebrado e hoje já estamos aplicando em parte nas frotas das empresas Gideão e Transtusa e também na frota do Poder Público Municipal.

Creio que esta iniciativa está ainda em caráter experimental, é bem verdade, mas se aprovado, será aplicado em toda a frota, melhorando assim as condições da poluição e do nosso ambiente. E certamente se estenderá para outros Municípios de Santa Catarina.

Quero fazer o registro cumprimentando a Vereadora pela iniciativa e pelo empenho, o Prefeito Luiz Henrique da Silveira, o Vice-Prefeito Marco Antônio Tebaldi, toda a administração pública municipal e as empresas Gideão e Transtusa por tomarem essa feliz iniciativa.

Queremos, também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, cumprimentar os Vereadores

de Joinville e de São Francisco do Sul, que fizeram aquela ação juntamente com V.Exa., Deputado Jaime Duarte, para a anexação da área que pertencia ao Município de Araquari, denominada Jardim Edilene. E lá residem mais de 5.000 pessoas, que viviam no território pertencente ao Município de Araquari, mas economicamente e socialmente dependiam de Joinville e esta dificuldade foi sentida pela comunidade.

Quero registrar o empenho do Deputado Jaime Duarte, que lá esteve muitas vezes com a sua equipe e trabalhou pela anexação daquela área ao Município de Joinville.

Estivemos lá, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e podemos contemplar a alegria e a satisfação daquelas 5.000 pessoas, uma boa parte representada no momento em que o Prefeito Francisco Aírton Garcia entrega ao Prefeito Luiz Henrique da Silveira aquela porção territorial, com todos os seus equipamentos, e também a administração daquela região para o Município de Joinville.

Na oportunidade, já foram inauguradas algumas melhorias no Colégio Joaquim Félix Moreira, como a ampliação de salas de aula e outras reformas, pois o Município de Araquari, dadas as dificuldades financeiras do momento, não tinha condições de fazer investimentos, não tinha recursos para operar, que agora serão operados através da Prefeitura de Joinville.

Quero deixar registrado, aqui, também, o empenho, a dedicação de duas lideranças daquela região no Jardim Edilene. Trata-se de dois líderes conchidíssimos: Antônio Luiz e Daniel. Antônio Luiz defendendo a anexação ao Município de Joinville e Daniel defendendo a permanência daquela área ao Município de Araquari, mas depois que foi decidido que seria realizado um plebiscito, que aconteceu de forma harmoniosa, democrática, educada, civilizada. Tanto o Daniel quanto o Antônio Luiz se abraçaram porque a vitória foi consagrada: aquelas 5.000 pessoas vivem, hoje, no Jardim Edilene.

Creio, portanto, Deputado Jaime Duarte, que V.Exa., como Autor do Projeto de anexação nesta Casa e que muito se empenhou, vem defendendo a anexação, tem seus méritos e deve receber, também, os nossos parabéns. Mas está muito mais de parabéns, com a sua permissão, aquela comunidade, porque ganhou um suporte maior de uma administração mais forte, até porque está muito mais próxima de Joinville.

O Sr. Deputado Jaime Duarte - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Deputado, V.Exa. tem toda razão. Está de parabéns a comunidade que passa a ter uma atenção muito maior. O que nós vimos lá é uma escola renovada, ampliada, a começar pela educação que em qualquer País sério é um setor que precisa ser priorizado.

Quero lhe dizer que o Prefeito Luiz Henrique da Silveira e a sua administração estão de parabéns, também, por terem assumido aquela área com tanta dedicação, com tanto interesse. Ao mesmo tempo o Prefeito de Araquari, pela forma que conduziu o processo, sempre na linha do que é melhor para a comunidade.

Com certeza, V.Exa. tem toda razão, a comunidade, que é carente, ganhou. E espero que daqui para frente, como nós já vimos, a comunidade seja cada vez mais bem atendida.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Nós temos um exemplo disto, Deputado Jaime Duarte, que é a comunidade de Jardim Paraíso,

a qual teve o privilégio de também ser o Autor do projeto de anexação, comunidade essa que pertencia ao Município de São Francisco do Sul e cuja administração atravessava por dificuldades enormes porque tinha que passar pelo território de dois outros Municípios para fazer qualquer ação naquela área do Jardim Paraíso. Hoje o que se vê lá são colégios amplos, modernos e ruas pavimentadas. É a iluminação que chegou até aquele local, é água potável que está servindo a comunidade, é delegacia de polícia para a população.

Então, creio que essa melhoria também estaremos vendo, Deputado Jaime Duarte, acontecer como já se iniciou pelo sistema...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Moacir Sopelsa.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Moacir Sopelsa, com a palavra o Sr. Deputado Nelson Goetten.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Nelson Goetten, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna, nesta tarde, para fazer referência a uma edição do Jornal de Santa Catarina de ontem.

Uma das matérias, em primeiro lugar, não poderia ser diferente, faz referência ao Guga, que, para orgulho de nós, catarinenses e brasileiros, ganhou mais um torneio e vem se consolidando como grande tenista mundial da atualidade.

Mas eu gostaria de utilizar esta tribuna para falar, principalmente, com relação a uma outra matéria também do Jornal de Santa Catarina, que diz na primeira página: "Duplicação da BR-101 atrai indústrias ao litoral."

Isto é muito bom e muito importante. Todos sempre quisemos e sempre lutamos para a duplicação da BR-101 no trecho Norte e agora continuamos lutando para a duplicação no trecho Sul. Inclusive hoje os Deputados do Sul não estão aqui, porque estão em Brasília reivindicando para que o projeto e a licitação da duplicação deste trecho saiam o quanto antes do papel, Deputado João Rosa.

Na verdade, em relação ao trecho Norte, temos só que nos alegrar com o desenvolvimento que esta duplicação está trazendo para Santa Catarina. As facilidades criadas com a duplicação têm ampliado, sem dúvida alguma, o potencial econômico e industrial dos Municípios do litoral.

Muitas empresas estão se instalando ou em processo de instalação, em função da facilidade de escoamento da produção. Esta semana mesmo tive a oportunidade de percorrer todo o trecho Norte, pois estive em Curitiba e vi realmente a segurança e a facilidade que a duplicação trouxe.

Muitas indústrias, como em Barra Velha, a fábrica de vidros Cebrace, que está sendo instalada, gerará, a princípio, mais de 700 empregos diretos na região. Eu tentei levar essa indústria, lembro quando fui Prefeito de Ituporanga, para a região do Alto Vale do Itajaí e uma das alegações da empresa não se instalar na nossa região foi exatamente sobre a dificuldade no transporte. Então, este é o lado positivo, ou seja, o desenvolvimento que a duplicação está trazendo para Santa Catarina, o que nos alegra muito.

Mas, por outro lado, nesta mesma edição do Jornal de Santa Catarina li em uma coluna a citação que fez a Deputada Luci Choinasck, do PT, que diz o seguinte: o Estado de Santa Catarina, nestes últimos anos, de 1996 a 2000, foi o campeão brasileiro em termos de êxodo rural, de redução da sua população rural.

Nestes quatro anos tivemos 13.3% de redução da população rural de Santa Catarina, ou seja, 174.000 pessoas saíram do meio rural e foram, evidentemente, em busca dessas empresas, como fiz referência aqui à questão da BR-101. Foram para Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul e para outros Municípios em busca de uma oportunidade de trabalho, objetivando uma condição melhor de vida que, infelizmente, na nossa região hoje não existe mais.

Como fiz referência anteriormente, nestes quatro anos 174.000 pessoas deixaram o meio rural. Também é importante informar que 43.000 pessoas por ano abandonaram o meio rural catarinense. Praticamente igual a uma cidade como a nossa, Rio do Sul, do Alto Vale do Itajaí, saiu do meio rural, por ano, repito, em busca de oportunidade de emprego.

E o que nós estamos vendo com tudo isso? Nós estamos vendo um processo de litoralização do Estado de Santa Catarina. Nós estamos vendo todo o desenvolvimento catarinense ficar localizado nessa faixa litorânea, principalmente em função da BR-101. Vemos também que os grandes incentivos públicos, os grandes apoios para as empresas, para os Municípios acontecem exatamente nessa faixa litorânea.

E estamos vendo o processo inverso do que aconteceu com a colonização de Santa Catarina, quando os imigrantes italianos, alemães, poloneses, açorianos saíram do litoral e iam para o interior de Santa Catarina provocar o desenvolvimento da região Oeste, do Vale do Itajaí, onde se formaram as grandes empresas que hoje estão lá, ou seja, as agroindústrias, que deram a oportunidade para o nosso agricultor produzir.

Passados todos esses anos, estamos vendo um processo totalmente inverso. As pessoas que para lá foram estão voltando, e nas minhas andanças pelo interior tenho visto cada vez mais o abandono das propriedades agrícolas, o desânimo do nosso agricultor e tenho ouvido eles dizerem que não vale mais a pena continuar na sua atividade agrícola.

É isto que lamentamos e esta referência que gostaria de fazer. Uma delas, como já disse, o lado positivo da BR-101 e, por outro lado, o lado negativo, o grande êxodo de Santa Catarina, dos nossos agricultores em busca do litoral.

Mas eu li na Folha de S. Paulo que o Presidente George Bush sanciona, no Texas, um projeto que dá um incentivo de 5,5 bilhões aos produtores rurais dos Estados Unidos. Isso acontece nos Estados Unidos, na Europa. O grande apoio que se dá para a atividade agrícola é o incentivo com crédito, com subsídio mesmo. Diretamente com subsídio fazemos com que o nosso produtor, em nível mundial, quando se fala na globalização... A globalização é importante, sim, mas para esses países desenvolvidos porque a atividade agropecuária tem um grande incentivo e um grande apoio.

Por último, gostaria de fazer referência ao que foi citado da tribuna por alguns Deputados: o veto do Governador a diversos projetos de origem parlamentar. Chegou a se falar em 90% de projetos vetados. O Deputado Jaime Duarte e eu fomos

considerados campeões em número de projetos vetados. Cinco projetos de cada um foram vetados. Quero fazer referência aos projetos de minha autoria que foram vetados pelo Governador.

Um deles disciplina medidas educativas para crianças e adolescentes flagradas em atos de vandalismo. Este projeto prevê que o Poder Executivo possa administrar cursos a crianças, adolescentes, com o objetivo de despertar nas pessoas ideais de respeito e consideração ao patrimônio público, ao patrimônio privado e estimular a cidadania.

Um outro projeto de minha autoria que foi vetado é o que autoriza o Poder Executivo realizar despesas para a contribuição previdenciária complementar dos empregados da Epagri à Fundação Social - Ceres. Vejam só: quando fui presidente da Epagri, a empresa participava mensalmente com a contribuição da Ceres. Os presidentes anteriores e também o atual presidente, até hoje, através de repasse de recursos do Governo do Estado, tem feito esta contribuição para a Ceres.

O Governador vetou esse projeto que não era determinativo. Ele autorizava o Governo a fazer o repasse que hoje está fazendo. Se ele está fazendo, esse projeto permitiria que ele fizesse de uma maneira legal, porque está sendo questionado pelo Tribunal de Contas exatamente neste sentido. Tem sido dito pelo Tribunal de Contas que essas despesas são irregulares porque não existe lei permitindo, autorizando o repasse desses recursos para a previdência privada da Epagri. Agora, que o Governo tem a oportunidade de sancionar esse projeto e regularizar essa situação, não o fez.

Um outro projeto de minha autoria que foi vetado foi o que determina regras sobre a promoção de concursos vestibulares realizados pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Determina que 50% das vagas sejam escolhidas através do Sistema de Avaliação do Ensino Médio, feito pela Acafe.

O quarto projeto vetado é o que estabelece prioridade na adoção de procedimentos decorrentes de Comissão Parlamentar de Inquérito, dando 60 dias para essa viabilização.

E o quinto projeto vetado é o que estabelece a obrigatoriedade do uso de faróis baixos ligados nas rodovias estaduais.

É esta a minha participação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Ivan Ranzolin.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Ivan Ranzolin, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nilson Gonçalves, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente e Srs. Deputados, não poderia deixar de aproveitar a oportunidade para falar a respeito da nossa querida Joinville, da região Norte do Estado de Santa Catarina.

Primeiro, gostaria de convidar todos os Srs. Deputados que ainda se encontram na Casa, aqueles que estão nos gabinetes, funcionários, assessores, chefes de gabinetes, enfim, todos aqueles que de uma forma ou de outra trabalham nesta Casa, para que estejam presentes, hoje, às 19h, no saguão da Assembléia Legislativa, onde teremos a apresentação do Balé Bolshoi de Joinville e outras apresentações que dizem respeito à nossa querida e amada Joinville.

Gostaríamos de contar com a presença de todos os senhores nesta bela festa que, com certeza absoluta, trará as raízes, as tradições da nossa querida Joinville até esta Casa de Leis.

Mas eu não posso, de forma alguma, deixar de, cada vez que falar desta tribuna, me referir à questão da Segurança Pública no Município de Joinville.

Há um ditado que diz que cada vez que se fala em Segurança Pública, principalmente relacionada a Joinville, quando alguma autoridade pergunta como é que está a segurança pública em Joinville, a tendência das pessoas que estão ligadas a esse meio é dizer para não se preocuparem, que está tudo bem lá! A Segurança Pública está uma beleza, o que tem é uns caras bocudos que falam demais. Tem radialistas e apresentadores de programa de televisão que são bocudos, falam demais e tem a língua grande.

Mas a Segurança, em Joinville, está uma beleza, está tudo muito bem! Esta é a tendência e é o que escutamos normalmente. Quando, na verdade, a realidade é muito, mas muito diferente desses comentários que se fazem em relação à Segurança Pública de Joinville.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Antes que eu forme um raciocínio a este respeito, eu concedo a palavra ao meu irmão, de Joinville, o Deputado Adelor Vieira. Eu digo irmão porque gosto dele como se fosse um irmão. E é o nosso Companheiro da Assembléia também. Fique à vontade, Deputado.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Deputado Nilson Gonçalves, quando V.Exa. fala em irmão, volto o meu pensamento para o passado e lembro que na minha primeira campanha para Deputado Estadual V.Exa., lá, com o microfone, carro de som, estava dizendo: vote no meu irmãozinho Adelor Vieira para a Assembléia Legislativa! E, hoje, nós dois estamos aqui, nesta mesma luta, na batalha.

Quero agradecer pelo apoio que sempre o amigo me prestou e dizer que V.Exa. tem sido aquele baluarte que está naquele espaço que é próprio seu, que é todo seu, que diz muito com a sua personalidade, como homem de imprensa, cobrando quase que diuturnamente mais segurança pública para Joinville.

E esse clamor, Deputado Nilson Gonçalves, não é só para Joinville, todo o Estado de Santa Catarina está clamando por mais segurança. E agora, é claro, são bem-vindas as quatrocentas e tantas viaturas, mas divide isso por 293 Municípios, para ver se não dá pouco mais de uma viatura por Município, e isso é nada! Agora, nós precisamos de equipamento. Mas precisamos, principalmente, na região de Joinville, no 8º BPM, é de homens treinados para policiar aquela região, que tem sido um reduto aberto, livre.

Ao visitar, esta semana, um amigo meu que é gerente de uma companhia de seguros, ele me disse: Deputado Adelor, a minha diretoria está proibindo de fazer seguro de veículos aqui. Nós não vamos mais aceitar, porque é todo dia três, quatro veículos.

Então, quero cumprimentá-lo mais uma vez por ter trazido este assunto à tribuna. E eu tenho dito lá que não sei que providências teremos que tomar para que o Governo seja sensível e mande mais policiais para a nossa região, principalmente para Joinville, que continua sofrendo assaltos, estupros, arrombamentos e tudo o mais.

Parabéns pela sua atuação, por mais essa intervenção na questão da Segurança Pública de Joinville.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Obrigado, Deputado Adelor Vieira.

V.Exa. bateu, colocou o dedo bem na ferida, bem no ponto que todos nós estamos batendo e já se tornou uma ferida, pois cutucamos tanto no mesmo lugar que acaba se tornando uma verdadeira ferida para quem evidentemente não atende aos anseios, não nossos, mas aos anseios da nossa comunidade, da nossa população, porque é ela quem pede, quem exige.

Em Joinville, nós estamos cansados de pedir, mas não vamos desistir enquanto não vermos realizada esta vontade popular de termos policiais militares e civis em número proporcional ao da nossa população. Se tem policiais civis e militares, que pelo menos possamos vê-los, possamos senti-los nas ruas, para termos a sensação de que existe realmente segurança. Na semana passada, estava fazendo meu programa de rádio e alguém me falou: Nilson, você sabia que tem agora Operação Norte Seguro novamente? Eu disse que não.

Então, olhei uma página do jornal A Notícia e realmente estava ali: Operação Norte Seguro desencadeada a partir de ontem, com mais de 75 policiais. Empolguei-me com aquela nota que tinha no jornal, fui para o microfone da rádio e disse: finalmente, o nosso Governador se curvou à vontade popular, àquele anseio da nossa população. Eu sabia que ele tinha sensibilidade, eu sabia que ele ia atender a gente! Fiquei feliz, elogiei um monte, depois quando terminei de falar chamei o comercial e um cidadão ligou para mim e perguntou: Nilson, de onde surgiu essa Operação Norte Seguro? Eu disse: está no jornal. Ele respondeu que não tinha nenhuma operação lá, que não tinha ido policial nenhum para lá.

Eu disse para ele: você está brincando! Acabei de falar para milhares de pessoas aqui que o Governador tinha se sensibilizado e tudo mais. Ele respondeu: não, é Operação Cidade de Joinville. O Coronel Roque tirou policiais do serviço burocrático e colocou na rua 75 policiais do serviço burocrático e esses policiais é que estão fazendo este trabalho de Joinville, cidade dos Príncipes. É uma operação, mas não tem nada de novo não, não veio policiais para cá.

Eu tive que ir para a rádio e pedir desculpas para os ouvintes porque tinha cometido um equívoco. Tanto eu quanto o rapaz que escreveu aquela nota no jornal A Notícia cometeram um equívoco.

Não tinha Operação Norte Seguro coisa nenhuma! Não tinha mais policiais vindos de Florianópolis ou do raio que o parta! Nós estávamos, na verdade, com o mesmo número de policiais e o Coronel Comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar em Joinville, na verdade, tirou o pessoal do serviço burocrático, porque era Dia dos Pais e também época de recebimento. Então, ele resolveu fazer isso para botar um pouco mais de respeito nessa cidade.

Agora, como terminou o Dia dos Pais, já devem ter voltado para os seus gabinetes. E o pagamento também já foi feito. Tanto que ontem à noite um casal que estava caminhando na rua de tênis e camiseta foi assaltado com faca. Tivemos posto de gasolina assaltado de ontem para hoje, tivemos uma série de estabelecimentos assaltados. E assim vai. Voltamos para a nossa rotina. Esta é a grande verdade!

Ora, o que é isso, Deputado, V.Exa. está exagerando?! Mas estão sendo enviados para Joinville muitos equipamentos, armas,

etc. Ótimo, fico feliz por isso! Fico muito feliz! Mas o policial vai carregar dois revólveres, um em cada mão? Vai virar mocinho do oeste, agora? O policial vai andar com duas armas? Vai pegar um espingarda, um mosquiteiro, não sei como é que chamam? Vai botar de um lado do braço e vai pegar um outro revólver e vai sair.

Eu tenho o maior respeito pelo Governador, mas é necessário que se faça alguma coisa por Joinville quanto ao policiamento! Não estou fazendo um discurso de Oposição. Posso estar onde estiver, o discurso que faço aqui será sempre em nome daquelas pessoas que me colocaram aqui. E elas não me colocaram aqui para ficar quietinho e batendo palmas, não! Foi para falar em seu nome!

E é por isso que estou fazendo mais uma vez um apelo: que vão com as armas, com as viaturas e tudo mais, mas, por favor, mas é necessário mais policiais civis e militares, senão não vamos resolver nem em parte o problema da segurança pública na nossa cidade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 055ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 15 DE AGOSTO DE 2001

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afrânio Boppré - Altair Guidi - Antônio Aguiar - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Duarte - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - João Rosa - Joares Ponticelli - José Paulo Serafim - Júlio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Rogério Mendonça - Ronaldo Benedet - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Ivo Konell, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Ivo Konell, que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Ivo Konell) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado João de Oliveira Rosa, que "proíbe a comercialização de alimentos considerados prejudiciais à saúde, de acor-

do com a classificação da Organização Mundial da Saúde, nos estabelecimentos de ensino público de Santa Catarina e dá outras providências".

- de autoria do Sr. Deputado Paulo Bornhausen, que "declara de utilidade pública a Associação de Surf do Morro das Pedras, no Município de Florianópolis".

- de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, que "altera dispositivos da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 e adota outras providências".

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que "autoriza a concessão de honraria de mérito ao Sr. Valter Ros de Souza".

INDICAÇÕES:

- de autoria do Sr. Deputado Altair Guidi: - que solicita a construção de um muro ao redor da Escola de Educação Básica Gregório Manoel de Bem, Distrito de Ribeirão Pequeno, Município de Laguna - SC.

- que solicita a construção de uma terceira pista, no Morro, na rodovia SC-445, trecho Criciúma/Siderópolis, localidade de Vila São Jorge.

- de autoria do Sr. Deputado Julio Garcia, solicitando a pavimentação asfáltica, acostamento e iluminação, na rodovia SC 407, ligação BR 101 a São Pedro de Alcântara, com a implantação de trevo de acesso com iluminação no km 4, acesso à UNIVALI.

OFÍCIOS NºS:

- 0073/01, do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Abdon Batista, solicitando informações e providências em relação as divisas de nosso Município.

- 0195/01, do Sr. Deputado Federal Pedro Bittencourt Neto, acusando recebimento do Ofício GP/DP/627/01-238.

- 0277/01, do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Taió, comunicando a aprovação da Moção nº 0063/01, da bancada do PPB.

- 0365/01, do Sr. Reitor da Universidade Federal de SC, manifestando o apoio à proposta de emenda Constitucional PEC 006/01.

- 0560/01, do Sr. Deputado Federal Antônio Carlos Konder Reis, encaminhando cópia do Ofício/GAB/SAF nº 959/01.

- 600 a 603/01, do Sr. Governador do Estado, encaminhando resposta aos Pedidos de Informação de nºs 063, 039,062 e 058/01, respectivamente.

- 1020/01, do Sr. Deputado Federal Hugo Biehl, acusando recebimento do Ofício nº 364/01.

- 1045/01, do Sr. Deputado Federal Hugo Biehl, acusando recebimento do Ofício GP/DP/622/01-278.

- 1125/01, do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando parecer lavrado nos autos do Processo nº 146344-2201.6.

- 1138/01, do Sr. Coronel Comandante-Geral da Polícia Militar, em atenção ao TELEFAX nº 976.0/01.

- 1139/01, do senhor Coronel Comandante-Geral da Polícia Militar, em atenção ao TELEFAX nº 981.0/01.

- 1754 e 1763/01, do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, comunicando a aprovação dos Requerimentos nºs 341 e 342/01, respectivamente.

- 6181/01, da Sr. Coordenadora de Habilitação e Celebração da Fundação Nacional da Saúde, em atenção ao Ofício nº 457.

CORRESPONDÊNCIAS:

- da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, divulgando a sua contrariedade e inconformidade com a decisão do Supremo Tribunal Federal, que decidiu que, para atentado violento ao pudor enquadrar-se como crime ediondo.

- do Sr. Deputado Federal Antônio Carlos Konder Reis, acusando o recebimento dos Ofícios de nºs 840-Aap/GM/MF, GP/DP/614 e encaminhando cópia do Ofício de nº SECRE/ASPAR-2001/1864.

- do Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, encaminhando Moção Pública de Repúdio ao Requerimento nº 402-1.

- Telegrama do Sr. Senador Geraldo Althoff, acusando recebimento do FAX enviado dia 07 de agosto e ratificando o seu apoio.

TELEFAX:

- do Sr. Deputado Federal Pedro Bittencourt, acusando o recebimento de correspondências de nºs TE/1034.4, TE/1035.7, TE/1043.5 e TE/0969.4.

do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Tijucas, comunicando a aprovação do Requerimento nº 208.

TELEFAX:

- do Presidente da Federação Catarinense de Futebol, encaminhando em anexo cópia do documento referente à Discussão do Relatório Final da CPI-NIKE, da Câmara dos Deputados.

- do Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União, Adhemar Ghisi, agradecendo pelos votos de congratulações desta Casa por sua recente designação para integrar a comissão de Ética do Poder Executivo Federal.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Terminada a leitura do expediente, esta Presidência gostaria de fazer dois registros: primeiro, da presença do Dr. Vanderlei Agostini, Presidente do PFL da minha cidade, Curitiba, que vem acompanhado do Major Jorge, nosso amigo, comandante da nossa briosa Polícia Militar do Estado, que faz um trabalho extraordinário na minha cidade, Curitiba.

Portanto, quero desejar que o Vanderlei e o Major Jorge se sintam bem na Casa do Povo.

Em segundo lugar, quero registrar, com muita alegria, a participação de 39 alunos, três professores e duas mães de alunos da Escola Estadual Albano Schmidt, de Joinville, Bairro Boa Vista.

Enfim, gostaríamos de fazer o registro da presença das professoras e mães de alunos, bem como dos prezados jovens. Inclusive, caros jovens, eu tenho um grande amigo, um ex-Juiz de Paz chamado Venceslau de Oliveira Braz, que mora nesse bairro. Por isso eu registro, com muito alegria, a presença de vocês. Se vocês conhecerem o Sr. Venceslau de Oliveira Braz, dêem um abraço a ele que este Presidente mandou, que é uma grande figura, uma pessoa extraordinária e que eu gosto muito.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Rogério Mendonça.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Rogério Mendonça, com a palavra a próxima oradora inscrita, Deputada Ideli Salvatti.

(Pausa)

Na ausência da Deputada Ideli Salvatti, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Ronaldo Benedet.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Ronaldo Benedet, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nelson Goetten.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Nelson Goetten, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Gelson Sorgato.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Gelson Sorgato, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Adelor Vieira.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Adelor Vieira, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Volnei Morastoni.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Volnei Morastoni, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Ivan Ranzolin.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Ivan Ranzolin, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Jaime Duarte, por até 10 minutos.

Antes, porém, solicito ao Sr. Deputado Ivo Konell que assuma a Presidência, pois este Parlamentar ainda tem algumas audiências para atender, mas logo em seguida estarei de volta para dar continuidade à sessão.

Com a palavra o Deputado Jaime Duarte.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero fazer um registro a respeito de um espaço que estamos criando na Assembléia Legislativa, a fim de debater uma das temáticas mais importantes e creio que do ponto de vista social é uma das mais coretas. Refere-se à Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente em Santa Catarina.

Esta Frente Parlamentar, por força de uma resolução aprovada por esta Casa e ratificada pela Mesa da Assembléia, pressupõe-se, em última análise, um arcabouço, um volume de preocupações com a situação das crianças e adolescentes catarinenses, criando, com isso, um espaço permanente na Casa com essa área.

Na semana passada, na quinta-feira, procedemos à instalação da Frente Parlamentar na Assembléia e, por deferência dos demais integrantes da Comissão, fui escolhido Presidente.

Quero dizer que a intenção é fazer-mos um rodízio entre os membros da Comissão, que é integrada por um Deputado de cada Partido e um Deputado representante da Mesa. Portanto, de quatro em quatro meses esta Presidência se altera com a ocupação de um outro Parlamentar.

Quero destacar, Srs. Deputados, os principais pontos da Carta de Princípios que aprovamos, que é uma espécie de certidão de nascimento desta Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente de Santa Catarina. É uma carta contendo 21 itens e quero destacar os principais, pelo menos na consideração deste Deputado.

(Passa a ler)

"1. Desenvolver ações políticas efetivas que viabilizem o cumprimento dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90)".

Com certeza a Constituição de 88 no que se refere a essa área é extremamente cidadã. Como também é o Estatuto da Criança e Adolescente, que no ano passado completou 10 anos de vigência, mas, infelizmente, junto com esse avanço legislativo do Direito Positivo não acompanhou as condições de apoio aos diferentes Municípios.

É uma lei avançada para um País atrasado em nível de infra-estrutura. De maneira que podemos observar que não basta simplesmente a lei, não basta a concepção de uma boa lei, tem que haver a vontade política de criar os instrumentos de apoio e dar condições de efetividade à lei.

(Continua lendo)

"2. Destinar recursos suficientes no Orçamento do Estado de Santa Catarina para garantir esses direitos, notadamente os que visem proteger a vida, a saúde, a alimentação, o lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, o respeito, a liberdade, a convivência familiar e a cidadania da infância e juventude brasileiras;

3. Cobrar a alocação de recursos de outras esferas governamentais destinados ao custeio de projetos voltados à proteção da criança e do adolescente, no âmbito do Estado de Santa Catarina;

4. Fiscalizar a aplicação de todos esses recursos, de modo a inibir qualquer desvio de finalidade no uso dos mesmos;

5. Propor a criação de subsídios e incentivos fiscais destinados a garantir um maior apoio às crianças e adolescentes que vivem uma situação de alto risco e aos adolescentes que chegam ao mercado de trabalho em sua iniciação profissional;

6. Combater, com rigor, todas as formas de violência ou agressão contra a criança, o adolescente e o lamentável ciclo de impunidade, que acoberta os autores desses delitos;

7. Estimular e apoiar a participação da sociedade civil na proposição, gestão e fiscalização de políticas voltadas para a criança e o adolescente, através dos Conselhos de Direito Tutelares nos Municípios catarinenses;

8. Propugnar contra modificações propostas na legislação em vigor, que visem reduzir a idade de impunidade penal. Ao mesmo tempo, lutar pela urgente implantação de todas as medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente".

Na verdade, a população confunde medidas sócio-educativas previstas no estatuto com impunidade em relação ao adolescente em conflito com a lei.

O que não há previsão no estatuto é aquele tratamento dado ao maior na aplicação da pena da segregação da liberdade, na segregação dos presídios, nas penitenciárias. Mas há, sim, uma relação muito avançada em termos de medidas sócio-educativas que precisam ser implementadas.

Nós precisamos diminuir as hipóteses de repressão e aumentar as hipóteses de recuperação, de reeducação com os infratores. Como tal, a nossa tese é contra a redução da idade penal por entender que o sistema carcerário atual não recupera sequer o maior quem dirá incluir os menores ainda nas cadeias e nas penitenciárias. É só verificar que no nosso Estado o índice de reincidência ultrapassa a 70% dos egressos e daqueles que cumprem a pena, 70% retornam aos presídios. Significando dizer que o período que permaneceram presos, detidos não significou nada ou quase nada em termos de ressocialização.

"9. Garantir a manutenção da idade de 18 anos como mínima para responsabilização penal e assegurar o acesso dos adolescentes em conflito com a lei às medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

10. Articular ações conjuntas com as Câmaras Municipais, o Ministério Público e Pastoral da Criança visando eficientizar o cumprimento da legislação protetora das crianças e dos adolescentes em todo o território catarinense”.

Como eu já disse, leis nós temos muitas e, aliás, o estatuto precisava mostrar que se trata de um estatuto extremamente avançado, mas com pouca instrumentalização.

“11. Não discriminar nenhuma criança ou adolescente por sua etnia, gênero ou posição social e econômica, por ser portador de deficiência ou por qualquer outra condição;

12. Combater a pobreza, investindo recursos, com prioridade absoluta, em políticas públicas para crianças, adolescentes e suas famílias”.

Nota-se aqui, Srs. Deputados, que hoje no Brasil mais de 12 milhões de crianças vivem perambulando pelas ruas, sem esperança, sem sonho e sem futuro. A não ser aqueles conhecidos com morte precoce ou mesmo quando caem nas penitenciárias deste País.

“13. Garantir a participação das crianças e adolescentes em suas famílias, escolas e comunidades;

14. Assegurar o acesso de todas as crianças e adolescentes a serviços de saúde de qualidade e protegê-las de doenças como a AIDS;

15. Garantir a todas as crianças nos seis primeiros anos de vida acesso a serviços adequados à primeira infância, a fim de que desenvolvam todo seu potencial”;

Todos sabemos que a pré-escola é uma questão a ser ainda muito resolvida pelo Ministério da Educação. São poucas as crianças que têm direito à pré-escola. Precisa-se aumentar o número de vagas, o acesso das crianças à pré-escola.

“16. Erradicar a mortalidade infantil”;

Este é um País que, com certeza, tem um índice, uma marca da vergonha no que se refere à mortalidade infantil, comparado até a países do centro da África, que são miseráveis e têm percentuais de mortalidade infantil maiores do que do Brasil. Esta é a marca social da vergonha do mundo, que temos para mostrar.

“17. Erradicar o trabalho infantil no Estado em todas as suas formas”;

É evidente que não somos contra a atividade laboral do adolescente, mas desde que isso não prejudique a saúde, o horário escolar e não traga prejuízo ao desenvolvimento físico, através de atividades penosas.

“18. Erradicar a exploração sexual de crianças e adolescentes”;

É outra questão também que colocamos na Ordem do Dia, porque é comum, especialmente na própria casa, no próprio lar, a exploração sexual de crianças e de adolescentes. Até nas esquinas verificamos que há casos de exploração sexual de menores.

“19. Proteger meninos e meninas de todas as formas de violência;

20. Promover em conjunto com outros órgãos públicos e entidades campanhas educativas pelo controle de natalidade.”

Sempre na linha de que não é com a esterilização em massa, como alguns pregam, que vamos controlar a natalidade neste País. Tem que ser um trabalho de educação familiar, que é o que defendemos através desta frente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Afrânio Boppré, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, como forma a homenagear a data do Dia do Economista, em 13 de agosto, quero iniciar minha intervenção nesta tribuna, no dia de hoje, com uma citação de um brilhante economista reconhecido como o maior do século XX, John Maynard Keynes, que dizia que é muito fácil às pessoas aproximarem-se das novas idéias, o difícil são se desfazerem das velhas idéias.

Essa frase do Keynes é muito forte e tem muito a ver, inclusive, com a matéria que o Jornal Folha de S. Paulo traz no dia de hoje estampada na sua capa: “Exército espiona o MST desde 1998.” Esta matéria é composta por duas páginas inteiras, mostrando dados e informações de um relatório sobre um serviço secreto de espionagem que o Exército Brasileiro vem fazendo em cima do MST.

Quero, nesta tribuna, repudiar essa ação do Exército brasileiro que, na verdade, ainda está vinculada às velhas idéias. Sobretudo quero chamar a atenção do Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que se aproximou tão-somente de novas idéias, mas na verdade conduz o seu Governo acobertando ações desse tipo, inclusive utilizando verbas públicas para criar setores de espionagem para o MST, tratando não só o MST mas a CUT e o PT como se fossem organizações criminosas. Estão usando recursos públicos para investigar.

Por isso quero deixar aqui registrado que os movimentos sociais como o MST, como o movimento sindical, não podem ser tratados como caso de polícia. Ao contrário, nós temos que nos perguntar por que uma sociedade como a nossa produz movimentos sociais, que são nada mais, nada menos do que consequências da gravidade da crise estrutural que a própria sociedade brasileira vive que em boa medida este Governo tem uma parcela substantiva de responsabilidade.

Precisamos condenar esse tipo de prática! Precisamos dizer não a este tipo de espionagem! O Exército brasileiro não tem esta prerrogativa legal, não tem esta função! Não cabe ao Exército brasileiro fazer esse tipo de coisa. Nós temos é que nos perguntar por que numa sociedade como a nossa, brasileira, tão rica, tem tanta terra improdutiva se temos trabalhador sem terra! Por que é que nós temos tantas crianças fora da sala de aula se temos professores desempregados querendo trabalhar?!

Nós temos que nos perguntar como é que uma sociedade tão rica como a brasileira tem tanta gente sem teto se não temos falta de tijolo! Por que é que tem tanta gente passando fome, tantos miseráveis, se os dados oficiais do Governo mostram, inclusive, que 54 milhões de brasileiros, na maioria deles negros e mulheres, vivem com até R\$80,00 por mês. Como pode uma sociedade tão rica produzir tanta desigualdade, tanta situação social injusta?!

É da própria lógica do sistema, do modo de produção capitalista. Esta é a nossa resposta. O capitalismo, como modo de produção, produz de um lado uma massa crescente de miseráveis e um grupo cada vez menor de grandes ricos, milionários.

É por isso que eu quero aqui repudiar e, ao mesmo tempo, apoiar a manifestação do Deputado Jaime Duarte, porque as preocupações que ele anunciou aqui na sua falação com a questão do trabalho infantil, os problemas sociais que estamos vivendo representam dizer que criminoso não é o MST. Não é ele que precisa de espionagem, porque ele nada mais é do que uma reação dessa população sofrida com as injustiças da sociedade capitalista.

Criminoso é esse regime capitalista! Criminoso é este Governo que faz com que a sociedade brasileira emita milhões de dólares por ano para pagar os juros da dívida externa!

E, vejamos só, o curioso é que eles tratam esse assunto da dívida externa, Deputado Ronaldo Benedet, como se fosse um problema de moral. Eles dizem assim: o Brasil precisa honrar o seu compromisso com a dívida. A dívida externa não é um problema de honra, não é um problema de moral. É claro que ninguém quer ser desonrado.

A dívida externa é um problema político, social, econômico, ideológico deste Governo subserviente, vendido aos interesses internacionais. Essa dívida brasileira que produz consequências sociais perversas ao povo brasileiro, essa dívida externa nada mais é do que uma dívida matematicamente impagável.

Não tem dinheiro nesta sociedade para pagar essa bola de neve em que se transformou a dívida externa. Precisamos dizer não à espionagem do Exército! Não está aí o crime na sociedade brasileira?! Essa espionagem, os movimentos sociais estão, na verdade, corrigindo as injustiças que, por incompetência, esse sistema capitalista não é possível de corrigir e tão pouco este Governo tem competência para fazer. Governar de costas para os problemas sociais, governar de frente para os interesses do Fundo Monetário Internacional e do Sistema Financeiro Internacional dos grandes banqueiros.

É por isso que estamos discutindo dentro desta Assembléia Legislativa. Realizamos, no dia de hoje - e eu volto a falar no horário do Partido dos Trabalhadores -, uma audiência pública para discutir a crise do setor energético, que não é uma crise de energia tão-somente, é uma crise do modelo econômico, deste modelo econômico perverso do Governo Federal que está avalizado pelo FMI, pelo Fundo Monetário Internacional, pelos banqueiros internacionais.

Então, eu quero repudiar esse tipo de atitude e dizer, Deputado Lício Silveira, que recebemos a informação que os estudantes, hoje, pela manhã, em Curitiba, ocuparam a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para reagir àquilo que o Deputado Lício Silveira, no dia de ontem, já havia manifestado a sua preocupação. O que o Governador Jaime Lerner está fazendo é nada mais do que transformar em escala estadual a política perversa do Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso.

Aqui, em Santa Catarina, direta ou indiretamente, vamos receber as consequências desse tipo de política.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Lício Silveira, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a permissão do Deputado Adelar Vieira, não vou falar sobre a Farra do Boi. Eu vou falar sobre a farra dos milhões no setor elétrico!

Ontem, ainda apontei a todos os senhores o grande problema que está acontecendo com as empresas privatizadas, onde recursos do BNDS estão financiando essas empresas, não gerando nenhum megawatt no setor elétrico. Agora, esse artigo do Jornal do Brasil de hoje é impressionante. O título é esse mesmo: Farra do Boi no setor elétrico. O relatório mostra desvio na administradora do mercado atacadista de energia que nós, aqui, às vezes, somos obrigados a entrar, através deste mercado negro para comprar energia para a Celesc a preços abusivos. Infelizmente, os diretores têm que devolver o dinheiro.

E diz assim a notícia:

(Passa a ler)

"Salários abusivos, compras sem nota fiscal, gastos na compra de carros, faturas de bares e casas de carnes e contratação ilegal de empresas terceirizadas. A lista de abusos consta um relatório da auditoria feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na Administradora de Mercado Atacadista de Energia (Asmae), ao qual o Jornal do Brasil teve acesso. Os gastos foram bancados com dinheiro dos consumidores. Desde julho de 1999 são destinados 0,05% das tarifas de energia para custear a implantação do MAE. E já foram mais de R\$150 milhões.

A farra com o dinheiro público é apresentada em 85 páginas. O documento foi enviado ao Ministério Público Federal de São Paulo para incriminação judicial dos responsáveis.

O relatório concluiu que 'os recursos não vêm sendo geridos de forma competente. Existem falhas de controle interno'. O documento mostra que o conselho administrativo da Asmae autorizou, em agosto de 2000, a remuneração de três diretores, com salários acima de R\$25 mil, e o pagamento de um retroativo que chegou a R\$1,6 milhões. Detalhe: a Asmae é uma entidade sem fins lucrativos, que não pode remunerar diretores.

O diretor-presidente da Asmae, Mitsumori Sodeyama, recebia R\$25,3 mil por mês, com direito a cinco bônus anuais, cada um no valor do salário. Ele recebeu R\$830.372,50. Também receberam a mais o diretor de operação Carlos Roberto G. Paschoal (R\$402.372,50) e o diretor de tecnologia da informação Antonio Carlos M. Siqueira (R\$440.295,50). Os diretores recebiam um bônus extra de R\$4.850,00 para 'cobertura de custos trabalhistas'.

Foram comprados três carros Honda Civic ao preço de R\$47.1555 cada. 'Constatamos que no processo de compra dos veículos existem estudos para que os mesmos sejam transferidos para cada diretor', diz o relatório.

A diretoria tinha cartão de crédito liberado. O relatório aponta gastos pouco comuns. No dia 24 de janeiro deste ano foi registrada uma compra no valor de R\$505,47 na Casa de Carne Central(Manaus).

Na mesma semana, o cartão de crédito registrou compra nos Estados Unidos. 'Conforme notas fiscais anexas à fatura do cartão, constatamos a existência de despesas realizadas no Brasil pelo diretor-presidente, em período idêntico em que o mesmo se encontrava no exterior'. A lista inclui gastos com o canal Discovery Channel (U\$226,84), compras em livrarias, lojas de material fotográfico e bares. O relatório constata, ainda, a falta de notas fiscais.

Além de receber o maior salário da Asmae, Sodeyama autorizou a assinatura de um contrato de prestação de serviço com a Mibys Serviços Gerais no valor de R\$639.035,72. A Aneel constatou que a empresa pertenceu ao próprio Sodeyama, que era diretora da Asmae na época do contrato, e à Belkiss Yuquie Sodeyama.

A sede da empresa, na Rua dos Franceses, no bairro Bela Vista, em São Paulo, é coincidentemente a residência do Sr. Sodeyama e Belkiss. Cinco meses depois da assinatura do contrato, Sodeyama assumiu a presidência da Asmae. A empresa seria responsável por serviço de coordenação dos trabalhos, reuniões, atividades do comitê técnico. A Aneel, felizmente, determinou o ressarcimento do valor pago à Mibys.

A Asmae também não cumpriu a determinação de realizar pelo menos uma reunião ordinária mensal da diretoria. Nenhuma reunião foi feita! E olha a grana que

eles ganhavam! Em quase 10 meses de funcionamento foram realizadas apenas oito reuniões. Diante do relatório, a agência determinou a devolução aos clientes dos R\$150 milhões repassados ao MAE."

Isso é uma vergonha! E passa no setor elétrico. Como foi outra vergonha ontem e que muitas pessoas aqui disseram: você está se esquecendo da Celesc e está defendendo a Copel? Estava defendendo a não-privatização da Copel porque sei perfeitamente os reflexos econômicos e como consequência os reflexos sociais para o nosso Estado de Santa Catarina quando uma empresa distribuidora é privatizada. Ela pode adentrar a qualquer instante, como pode agora, com muito mais facilidade. E se eles recebem dinheiro do BNDES financiados e as nossas aqui não recebem, o que vai acontecer? Eles tomam conta de nós. Mercado é mercado.

Por isso ontem, quando eu vi as cenas hilariantes que, aliás, já aconteceram neste Plenário há algum tempo, onde estudantes, o povo em geral e os Deputados chegaram a se engalfinhar... Já fiz duas moções e hoje uma carta pessoal a cada Deputado daquele Estado para que possam ler o relatório, as comprovações do Senador Álvaro Dias e as acusações do Senador Requião.

É bom, também, que prestem atenção à pesquisa feita, pois 90% daquela população não quer aquela privatização porque é uma empresa que dá lucro. E o pior de tudo é que a concorrência é dirigida. Está no relatório dos dois Senadores. Aliás, os dois pronunciamentos dos Senadores falam de concorrência dirigida. E isso nos deixa bastante triste porque uma empresa dessa atua no mercado atacadista de energia, com dinheiro de recursos públicos, felizmente detectados pela Aneel. Mas isso nos deixa triste porque se fossem detectados os reflexos dentro do mercado energético, veríamos que eles seriam nefastos. Tanto como ontem, tanto como hoje.

O que falei a V.Exas. a respeito do setor energético é que passa por sérios problemas. E digo mais, o nosso Governo é o único que tem a cara e a coragem de discutir abertamente, com transparência um novo modelo de gestão empresarial.

Sobre a gestão empresarial, Deputado Jaime Duarte, V.Exa. está achando engraçado porque é uma coisa interessante. Mas V.Exas. não têm coragem de ir lá participar junto à Fiesc, junto aos outros órgãos, juntos aos funcionários da empresa para discutir um novo modelo. Aposto que encherão este Plenário para votar contra. V.Exas. têm medo de discutir um novo modelo de energia elétrica para o setor de Santa Catarina. Mas um modelo que seja controlado pelo Estado e não pela iniciativa privada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quatro minutos é um tempo muito exigido, mas quero aproveitar a oportunidade para dizer que hoje, pela manhã, a Comissão de Saúde desta Casa realizou uma audiência pública para debater a questão do amianto, esse mineral mágico ou maldito que é acusado também de ser responsável por graves problemas à saúde pública.

Então, a razão desta audiência pública é um projeto de lei que, pela segunda vez, tramita nesta Casa e que propõe a proibição do amianto.

Mas quero dizer que hoje, pela manhã, nesta audiência pública, ficou claro para mim que mais uma vez está se abortando o debate sobre essa matéria. Foram várias falações dos Srs. Deputados, porque se está apenas regionalizando os interesses relacionados com esse assunto, como se nós aqui não representássemos os interesses do povo de Santa Catarina e apenas representássemos os interesses locais, regionais.

Então, como há uma empresa em Santa Catarina, em Criciúma, a Imbralite... Está certo, sim, que oferece centenas de empregos, até mil, direta ou indiretamente, mas houve toda uma mobilização e depoimentos dos Srs. Deputados que querem abortar o debate sobre essa matéria ainda na Comissão de Constituição e Justiça, simplesmente alegando inconstitucionalidade.

Não há razão para a inconstitucionalidade. Nós poderemos depois no mérito realmente avaliar com dados. Eu fui buscar dados no Instituto Nacional do Câncer - Inca -, em São Paulo, e tenho documentos do Inca, do Ministério da Saúde e de outras associações.

Então, sobre esse assunto há os dois lados da moeda. Têm os que são a favor e os que são contra. E nesta Casa temos que preservar os espaços para debater com imparcialidade, com todas as posições e não apenas meramente por atender a interesses de uma região que nós também queremos respeitar. E, aliás, nós defendemos hoje que temos que tratar da reconversão tecnológica da empresa e o Governo tem responsabilidade nessa reconversão. Se hoje ela opera com um tipo de equipamento, de material, produzindo um tipo de produto que está condenado no mercado mundial, mais cedo ou mais tarde, em pouco tempo... Inclusive o Mercado Comum Europeu já determinou o ano 2005 para o banimento do amianto naquela esfera.

Não adianta escondermos o sol com a peneira! Eu também não estou aqui querendo dizer que necessariamente será banido. Mas abortar o debate não é possível! E os Parlamentares do Sul do Estado interessados na matéria por questões locais e regionais manifestaram claramente a intenção de abortar mais uma vez essa matéria ainda em nível da Comissão de Constituição e Justiça.

Devido à exiguidade do tempo que me coube neste horário das Breves Comunicações, apenas quero fazer um apelo à Comissão de Constituição e Justiça para que este assunto possa tramitar na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, a fim de que possamos continuar debatendo.

Vamos continuar debatendo, vamos continuar ouvindo diferentes opiniões, diferentes posições de especialistas, de trabalhadores dos mais diferentes setores nessa área, mas não podemos abortar mais uma vez o debate sobre essa matéria, que é da maior importância.

Não queremos alarmar o povo catarinense, o povo brasileiro, mas há razões para que tenhamos preocupações sobre isso, porque comprovadamente a própria Organização Mundial de Saúde coloca entre os fatores carcinogênicos do tipo 1, classe 1, o asbesto, o amianto, e casos de asbestose, que é de fibrose pulmonar por inalação desse material ou câncer de pulmão ou mesotelioma, que é um tipo de câncer de pleura que envolve os pulmões. São casos que estão registrados na literatura médica e há tendência de pesquisas também nesse campo.

Então, nós temos que continuar fazendo o debate com toda a neutralidade para que possamos, no final, ter um encaminhamento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PT.

Com a palavra o Deputado Afrânio Bopprré, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna para relatar sobre a audiência que fizemos hoje na Assembléia Legislativa, que a TVAL transmitiu ao vivo para todo o Estado de Santa Catarina, com a presença de importante figura, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ou seja, o físico Luiz Pinguelli Rosa.

Foi uma atividade organizada pelo nosso gabinete, pela Deputada Luci Choinaski, pelo Movimento Unificado contra a Privatização (Mucap), pela Federação Nacional dos Urbanitários, pela CUT, pelos movimentos sindicais em geral. Conseguimos fazer um grande evento, houve um debate profundo, sobre o qual quero fazer algumas considerações.

O tema que estamos tratando, a chamada crise do setor elétrico, não é necessariamente uma crise própria do setor elétrico. O setor elétrico entrou em crise em decorrência do modelo econômico brasileiro! A crise do setor elétrico nada mais é do que uma manifestação, uma materialização deste modelo econômico.

A economia brasileira até a década de 40 era uma economia moldada ao chamado modelo agrário, exportador, quando toda a nossa produção era agrária e ainda voltada ao mercado externo. Essa economia sofreu uma substancial mudança na década de 40, que foi a implantação de um novo modelo, um modelo de substituição de importações.

Para substituir as importações, ou seja, deixar de comprar de fora produtos industrializados e começar a produzir, era necessário fazer investimento em infraestrutura! Precisávamos investir em vários setores para depois industrializar o Brasil, para depois instalar as plantas industriais. Precisávamos, primeiro, ter infra-estrutura, ou seja, rodovias, energia, petroquímica, ferrovia, enfim, um conjunto de investimentos indispensáveis para o processo de industrialização brasileira.

O que aconteceu? As empresas privadas, de capital brasileiro ou internacional, não se apresentaram para o investimento. Quem se apresentou, pela covardia da iniciativa empresarial, foi o Estado brasileiro, nascendo o conjunto das empresas estatais - Eletrobrás, Petrobrás, Ciderbrás, e assim por diante. Empresas que entraram na economia para atender aos interesses da iniciativa privada!

No dia de hoje, esse modelo econômico para atender aos interesses dos industriais caducou! Não mais diz ao interesse das grandes empresas brasileiras, dos grandes capitalistas, dos grandes monopólios.

Hoje, estão defendendo a idéia de tirar o Estado da economia. A velha tese do neoliberalismo, aquela idéia de que o melhor Governo, é aquele que menos governa. Uma tese que já ficou falida, ficou para trás na crise de 1929.

Então, o que assistimos é um projeto neoliberal. Colocar um prefixo neo na frente da palavra liberal, de novo não tem nada, não tem absolutamente nada. Esta proposta, este modelo econômico é algo ultrapassado, conservador, que já faliu na década de 20 em termos mundiais. Isso ao invés de ser neoliberalismo, é palioliberalismo, é um liberalismo caquético, jurássico, atrasado, reacionário e conservador.

É este modelo que não quer mais a intervenção do Estado na economia, que está sendo questionada pela crise do setor elétrico. E esta crise, volto a dizer, nada mais é do que uma manifestação, um sintoma da crise do modelo econômico brasileiro. É ele que está falido, que precisa ser revisto e que nós temos que mobilizar a sociedade brasileira para dizer não a este modelo.

Volto a dizer que o Governo Federal, o Governo Fernando Henrique Cardoso, nada mais é do que um refém da sua própria estratégia. Prometeu o paraíso para a sociedade brasileira, que caso o Estado se desfizesse das empresas estatais o Brasil teria um modelo econômico perfeito, inabalável, e não foi o que ocorreu.

Dizem inclusive que é importante a assinatura de um acordo com o Fundo Monetário Internacional para dar credibilidade externa à economia brasileira. Não dá, nunca deu e nunca dará essa credibilidade para ninguém.

Sabe por quê? Porque a Argentina, a Rússia, a Coréia, o México e o Brasil tinham acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional e veja o que aconteceu! Isso não sinaliza saúde econômica para ninguém, pelo contrário.

Na audiência de hoje discutimos a superação da crise energética, que é a superação do modelo econômico.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Na ausência dos Deputados do PFL, os próximos minutos são destinados ao PMDB, por até 15 minutos.

Inscrito para falar o Sr. Deputado Ronaldo Benedet, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ouvia com atenção as palavras do Deputado Volnei Morastoni e quero dizer que o assunto da nossa audiência pública foi sobre o amianto. Mitos e verdades sobre o tema.

É sobre este assunto que vamos falar, mas é importante que se diga ao Deputado Volnei Morastoni que este debate na Assembléia está sendo bem democrático e bem aberto. O fato de alguns Parlamentares e alguns cidadãos da cidade de Criciúma terem pedido para que o projeto fosse arquivado e pedido ao Deputado Rogério Mendonça que o retirasse de pauta, não quer dizer que seja retirado o debate.

Se não quiséssemos o debate, Deputado Volnei Morastoni, não teríamos organizado uma audiência pública, quando foram remetidos mais de 200 convites e publicado na imprensa. Todos que tinham opinião contrária podiam estar ali. Tanto é verdade que V.Exa. estava presente e pode dar a sua manifestação contrária a nossa posição, mas favorável ao que o Deputado Rogério Mendonça quer, ou seja, acabar com o uso do amianto em Santa Catarina.

O amianto em Santa Catarina é basicamente usado na maior empresa do Estado neste setor, chamado Imbralite, que usa o amianto de 7% a 10% na composição, juntamente com o cimento, para fazer telhas e caixas d'água.

O projeto do Deputado Rogério Mendonça pretende o banimento deste produto em Santa Catarina. Em consequência, se o próprio Estado não puder produzir a indústria teria que fechar. E V.Exa. me perdoe, Deputado Volnei Morastoni, admiro muito V.Exa., mas foi indelicado comigo dizendo que eu estava conduzindo de forma parcial.

Sou Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, fiz uma audiência pública para o debate, mas ninguém pode me proibir de ter a minha opinião em relação ao tema. A minha opinião é contrária ao projeto do Deputado Rogério Mendonça. Se eu não quisesse o debate não teria trazido em audiência pública para esta Casa.

A demonstração que foi democrática, que é democrática, é a abertura de uma audiência pública. Se as pessoas que participaram da audiência são favoráveis à manutenção dessa indústria em Santa Catarina, contrárias ao projeto do Deputado Rogério Mendonça, contrárias à opinião de V.Exa. Não tenho culpa se veio mais gente a nosso favor do que a favor de V.Exa., Deputado Rogério Mendonça, que se conduziu de uma forma democrática, aberta, dando sua opinião, dando sua posição.

Mas quero deixar o meu protesto com relação à sua manifestação na Comissão e também a minha discordância em V.Exa. usar a tribuna para dizer que não concordava com a forma que queriam acabar com o debate na Assembléia. O debate está começando. Quem pediu o debate fui eu e o Deputado Rogério Mendonça, na suspensão do semestre passado, que esse projeto não viesse à votação sem debate.

Nós estamos trazendo ao debate para dizer que já passou na Comissão de Constituição e Justiça, onde foi decidido que deveria continuar o seu prosseguimento. Tanto é que eles estavam na nossa Comissão para o debate, agora. Está na Comissão, teve a audiência pública, vamos levar o relatório, pois sou o Relator, à Comissão, e vai ser debatido lá. Não se preocupe, Deputado Volnei Morastoni, que não vai ser feito às escondidas. V.Exa. também vai participar na Comissão, que é assíduo e vai estar lá presente.

Nós, no início desse semestre, praticamos uma série de atos como Parlamentares e queremos dizer que nesta Casa existem muitos ativos e que se preocupam muito com a imagem deste Poder. Estão presentes e tem feito atividades fora desta Casa, fora deste Plenário, como nós temos praticado.

Exemplo: na semana passada, na segunda-feira, no dia 02, fizemos uma reunião da Comissão Parlamentar Externa, que trata da segurança pública na região de Criciúma. Fizemos uma série de diligências com esta Comissão composta pelos Deputados José Paulo Serafim, que é o Relator, Deputado Júlio Garcia, Deputado Valmir Comin e este Deputado que vos fala, que é o Presidente desta Comissão.

Estivemos visitando em Criciúma o Presídio Santa Augusta, a Universidade Unesc, o Delegado Regional e a Juíza. Hoje, estaremos convocando todos os membros para uma reunião às 17:30 da Comissão Parlamentar Externa, que trata da segurança pública na cidade de Criciúma, na sala das Comissões, para tratarmos das medidas e das diligências que estaremos realizando na cidade de Criciúma com relação à segurança pública na nossa cidade e na região.

Outro tema que preocupa os Deputados da região Sul do Estado e, com certeza, os demais Deputados, é a duplicação da BR-101, trecho Palhoça/Osório, que é um trecho importantíssimo para o corredor do Mercosul, exatamente para o desenvolvimento da nossa economia da região Sul do Brasil, para o Estado do Rio Grande do Sul, na sua ligação com Santa Catarina e com o resto do Brasil. É de extrema importância, de importância vital - no sentido da vida - para nós, moradores do Sul do Estado de Santa Catarina, que vivemos este perigo constante, que é a BR-101, que hoje já não causa mais perigo àqueles que moram na região Norte, uma vez que já tem a duplicação, o que já está poupando muitas vidas.

Temos realizado uma série de atividades, uma série de viagens a Brasília, uma série de audiências públicas em Florianópolis. A última foi proporcionada pelo Deputado Jaime Duarte, no Sul do Estado, através da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, com a Funai, a Fatma, o Ibama e com o Ministério Público Federal, em Santa Catarina.

Isso porque um dos pontos que está trancando o andamento do processo de duplicação da BR-101 é exatamente a questão da Funai, dos índios no Morro dos Cavalos, que é o lote II. Está-se debatendo a construção de um túnel ou de um trecho alternativo, que seria um viaduto ao longo da descida do Morro dos Cavalos.

Tivemos esta audiência pública e quase nada ficou decidido, mas ajudou muito no passo seguinte, porque a Dra. Ana Lúcia Hartmann já conversou com a Funai, o que, ontem, em Brasília já acabou refletindo em bons resultados.

Mas depois dessa reunião de quinta-feira, tivemos uma sessão especial da Assembléia Legislativa, em Criciúma, muito concorrida, com muito sucesso. O auditório São José estava completamente lotado e na praça Nereu Ramos teve a manifestação da população do Sul do Estado, onde haviam mais de cinco mil pessoas participando juntamente com a sessão especial da Assembléia Legislativa.

Estava lá o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Onofre Santo Agostini e os Deputados da região Sul do Estado, garantindo a realização da sessão especial da Assembléia Legislativa. Haviam nove Deputados Estaduais presentes, que acabaram consolidando a participação da Assembléia Legislativa na cidade de Criciúma e para o povo do Sul do Estado, firmando este nosso trabalho, que culminou com todos na praça, com a presença dos Deputados Estaduais e Federais, inclusive com a presença do Prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira. Foi notada a ausência do Sr. Governador.

Houve até uma polêmica, um debate com o Deputado Julio Garcia e o Vice-Governador pela ausência do Governador, que deveria se envolver mais nesta questão, porque ela é fundamental para o Estado de Santa Catarina; é uma questão estratégica para o Governo, pois seria um mérito para ele, mas, infelizmente, ele não tem participado destas ações realizadas. Inclusive as idas à Brasília que temos empreendido de forma riquíssima, numa atitude bastante corajosa e inusitada, juntamente com os Srs. Deputados, Vereadores, Prefeitos, com empresários, universidades, enfim, com a sociedade civil organizada, em caravanas para Brasília. Ontem lá estivemos no Ibama e na Funai, quando todos os órgãos de imprensa do Estado, inclusive a imprensa nacional como a Rede Globo noticiou a nossa manifestação, a nossa ida a Brasília.

Entendo que foi uma ida com sucesso, pois o Ibama prometeu que semana que vem dará posição favorável para a duplicação da BR-101. Estivemos na Funai que também se comprometeu para a semana que vem. Recebi um telefonema, agora, em torno das 14h, do Sr. Carlos Laselva, que é o representante do Ministério dos Transportes nesse episódio da BR-101, que me disse que o Ministro estará viajando no próximo Sábado, se não me engano, dia 25 de agosto, para Washington, para ir em busca desses recursos, para a assinatura desse contrato de 660 milhões de dólares para a duplicação da BR-101, trecho Osório/Palhoça, muito esperado por todos nós.

Esperamos que esse trabalho dos Parlamentares do Sul do Estado, de todos os Parlamentares em nível municipal e estadual com a participação efetiva dos Deputados Federais e dos Senadores Geraldo Althoff e Casildo Maldaner, tenhamos a força que dará a garantia da duplicação da BR-101, do andamento do processo do lançamento do edital e a assinatura do contrato para o início das obras no final desse ano ou início do ano que vem.

Hoje, pela manhã, tivemos uma audiência pública, como já me referi no início do meu pronunciamento, com relação a mitos e verdades sobre o amianto, porque temos em Santa Catarina uma empresa que produz telhas e caixas d'água que tem em sua composição cerca de 7 a 10% de fibra de amianto, o amianto branco, produzido no Brasil.

Nós entendemos que todos os levantamentos técnicos e dados científicos que temos demonstram claramente que o amianto é um elemento prejudicial à saúde. Contudo, depende das quantidades. Como neste ambiente este carpete me faz mal, este ar condicionado me causa males excessivos em virtude dos ácaros, como na natureza temos uma série de produtos que fazem mal dependendo da intensidade e da quantidade.

O amianto, está comprovado pelas estatísticas oficiais e pelos dados científicos, é um elemento cancerígeno que faz mal dependendo da concentração que ele é usado, que ele é assimilado pelo ser humano. Está comprovado, foi dito hoje, que o uso de caixas d'água e de telhas que ficam ali inertes não causam mal à saúde. O que causa mal à saúde é a poeira, é o pó do amianto como era usado, aspergido, na 2ª Guerra mundial para o isolamento térmico dos navios e, na Europa, para isolamento térmico nas minas. Como era feito antigamente ele realmente causava muito mal pela concentração excessiva no ar.

Então, nesse aspecto o debate foi bom para sabermos o que é mito e o que é verdade. Não justifica que se feche uma empresa por causa dos mitos e medos que se tem em relação a isso.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Só quero fazer um apelo à V.Exa., Deputado Ronaldo Benedit, como Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, até porque essa Comissão conjuga esse binômio saúde e meio ambiente. Já que o projeto está nesta Comissão, quero que possamos continuar esse debate em nível de Comissão, ampliando também com outras audiências públicas sobre essa matéria.

Entendo que a audiência pública de hoje mostrou uma proposta prevalecente àqueles que defendem a continuidade do amianto como se não houvesse nenhum problema. Não

poderemos simplificar a esse ponto, porque existem outros problemas e outras substâncias que causam problemas como o carpete, os fungos que causam rinite e por isso justificar que então o amianto hoje nos níveis que está sendo utilizado não causam problemas não é verdade.

Os estudos mostram que mesmo o amianto do tipo crisotila, que é diferente daquele utilizado em outros países do mundo, que é o predominante da única mina brasileira em Goiás, tem problemas sim, e nós precisamos continuar debatendo. Faço um apelo para que não se detenha esse debate e que nós possamos, numa próxima audiência pública, eu já proponho, trazer a Dra. Fernanda Giannasi, que é do DRT de São Paulo, engenheira, especialista nesta área dos estudos e, juntamente, também, com o representante da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Deputado Volnei Morastoni, V.Exa. sabia da audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - V.Exa. tem 30 segundos para a conclusão.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Foi comunicado ao Deputado Rogério Mendonça. E V.Exa. era para ter trazido na data de hoje. Hoje é a audiência pública! Nós não podemos ficar fazendo várias audiências públicas sobre o mesmo assunto, mas não me recuso ao debate.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Eu sabia e fiquei surpreso com a tendenciosidade, com a parcialidade dessa audiência pública, a começar por V.Exa.,...

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Não é verdade! V. Exa. está faltando com a verdade!

O SR. Deputado Volnei Morastoni - ... que na condição de Presidente da Comissão de Meio-Ambiente e Presidente da audiência pública, conduziu com total parcialidade desde o início.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Qual a parcialidade, por exemplo! V.Exa. não diz! V.Exa. que está sendo tendencioso. V.Exa. ficou em minoria....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Goetten, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente e os Srs. Parlamentares e também poder dizer que visitei - junto com o Deputado Ronaldo Benedit, Deputado Rogério Mendonça, e alguns outros Parlamentares, parece-me que o Deputado Volnei Morastoni não estava naquela oportunidade - uma destas fábricas de amianto, no Sul de Santa Catarina. Alguns outros Parlamentares do Sul estavam presente e tivemos a oportunidade de, pelo menos nas palestras, nas informações, nos dados que nos foram fornecidos, confirmar que realmente o amianto da forma que é usado, que é produzido em Santa Catarina e a qualidade usada em Santa Catarina não traz nenhum risco à saúde do cidadão ou à saúde do usuário.

Então, este assunto requer, realmente, que através de um debate sério, responsável, a gente possa contribuir para que não se cometa nenhuma injustiça em relação a um segmento empresarial da importância deste para Santa Catarina.

Eu, ao usar esta tribuna, precisava fazer um reparo ao nosso querido amigo Parlamentar, que usava a tribuna para fazer uma acusação ao Presidente da República, dizendo que no entender dele o Presidente é um criminoso.

Penso que não tenho procuração para defender o Presidente da República, mas usar a expressão de criminoso para uma autoridade que Governa o País, pronunciada por um Parlamentar desta Casa Legislativa, é extremamente desproporcional, desleal, desleal, desleal e irresponsável.

Penso que temos que respeitar as autoridades! Claro que a autoridade revestida de Poder comete injustiças, comete erros, mas tenho certeza de que sempre se trabalha na busca da construção de um Brasil melhor. Não quero entrar nos detalhes, porque parece-me que perdemos a capacidade de analisar, de avaliar e de reconhecer as coisas boas que estamos vivendo e que estão acontecendo no Brasil.

Parece que só conta para aquilo que são os atos de Governo que não conseguiram ainda amenizar ou mudar o quadro social deste País. E penso que é um direito de cada um de nós reivindicar, trabalhar, para melhorar o Brasil, sem dúvida alguma.

Agora, chamar o Presidente da República de criminoso?! Penso que aí estamos cometendo um grave e sério erro e, acima de tudo, estamos abusando da nossa autoridade e da nossa liberdade de poder usar livremente a tribuna.

Mas quero dizer que quando analisamos a questão do endividamento do Brasil, é verdade que estamos preocupados com a sua situação econômica, mas quero e torço todos os dias para que o PT não tenha que receber a missão de administrar este País, porque se tiver, é só a partir daí que vamos ver que eles também, tanto quanto a Marta Suplicy, em São Paulo, não encontraram a vara mágica para fazer o milagre, como também o Lula não encontrou.

Há uma situação, uma conjuntura e um problema estabelecido neste País, que as mudanças não estão dependentes apenas de um Governo, e, sim, das mudanças de estrutura e de sistema. Este sistema corrupto em que vive essa Nação é que esta levando este País a cometer as injustiças que esta se cometendo.

A corrupção é a grande drenagem dos recursos que seriam e que deveriam estar a serviço da saúde, da segurança e do desenvolvimento social econômico do cidadão. Também esta Constituição, que ao ser elaborada, cometeu tantos equívocos, injustiças, que escrevia apenas o direito do cidadão e não os deveres, que deu oportunidade a mantermos e convivermos com as distorções que estamos vivendo neste País, onde alguns ganham demais e a grande maioria ganha muito pouco.

Para mudarmos e vivermos num Brasil melhor precisamos corrigir estas distorções patrocinada por esta Constituição, que faz com que nós tenhamos que conviver com a injustiça de ver alguém ir na boca do caixa buscar R\$33.000,00 de salário, como vimos alguns Procuradores, que a revista "Veja" mostrava lá do Estado de São Paulo. Na mesma hora, na mesma fila, está o cidadão que vai receber R\$180.000 de salário, que mal dá para levar a comida para casa para sustentar os seus filhos.

Enquanto não enfrentarmos isso não vamos mudar o Brasil, enquanto virarmos as costas para isso não teremos mudanças nesse País. Este é o País da injustiça. Mas uma injustiça que se comete, principalmente, por ações

políticas equivocadas, irresponsáveis, muitas vezes com interesses partidários. Mas também não encontramos nas ações políticas a coragem suficiente de buscar mudanças, de encarar os problemas, de encarar os equívocos, os erros e tentar acertar. Para acertar precisávamos mudar essas questões, principalmente, dos direitos adquiridos na Constituição.

Que direito adquirido pode se sobrepor ao direito do salário digno do cidadão, de saúde, de segurança, do trabalho e da moradia? Como é que alguém pode sobreviver neste Brasil de hoje recebendo um salário de R\$380,00 como uma professora? Enquanto que outros estão recebendo um salário de mais de R\$30.000,00. Enquanto não mudarmos, enquanto estivermos patrocinando o que foi mostrado ontem pela Rede Globo em rede nacional, que numa Assembléia Legislativa deste País, um Parlamentar recebe R\$60.000,00 de salário. Enquanto vergonhas como esta, enquanto fatos como este são notícias, não conseguiremos ter esperança de um Brasil melhor.

Então para mudar o Brasil temos que mudar a maneira de agir. Se temos um problema de ordem política também temos no Judiciário, que está na esteira do político, que está insensível, que está incompetente, que tem uma legislação ultrapassada, que faz com que a inoperância, a morosidade, fique sempre para a sociedade a sensação de impunidade. E assim permitindo que a marginalidade haja de forma impune.

Então, esta é a verdade. Nós não conseguimos através das legislações, através das leis, encontrar agilidade necessária, mecanismos que pudessem nos dar agilidade para podermos penalizar aqueles que roubam, que desviam, que abusam da sociedade de uma forma ou de outra.

Então, esta é uma realidade que só podemos mudar no decorrer dos tempos, mas acima de tudo, com responsabilidade e seriedade.

Mas também hoje no horário do nosso Partido quero fazer justiça com um cidadão profissional, catarinense, administrador do Hospital São José, Eduardo Bittencourt.

Este cidadão, que de forma injusta, foi acusado por alguém de má fé, que mostrava, através de uma câmara de televisão que ele usava para montar imagens, com o objetivo de denegrir aquele que está hoje enfrentando a máfia de médicos montada dentro daquele Hospital Regional, que tocavam aquela instituição como se deles fossem.

Mas encontraram nessa figura de homem público, de servidor público, chamado Dr. Eduardo Bittencourt, seriedade, responsabilidade, determinação, que está fazendo um trabalho que Santa Catarina reconhece, porque é ela que precisa daquela instituição.

Santa Catarina é testemunha, os usuários daquele hospital são testemunhas, que o grande trabalho deste profissional, deste diretor, foi humanizar aquele hospital que era um depósito de lixo. Filmagens, fotografias, documentários de cada ato daquele profissional, daquele diretor, está tudo registrado, onde mostram a vergonha que é aquela instituição.

Este diretor, com muita competência, não só humanizou como ampliou, colocou ordem e higienizou aquele estabelecimento, como fez os profissionais trabalhar, tirou o médico dentro daqueles apartamentos, porque tinha uma ala que era só dos médicos. Estavam estabelecidos ali dentro. E colocou essa ala a serviço da sociedade. Aumentou em mais de 2000 metros a ala de serviços de cirurgia, ampliou a recepção, conseguiu oferecer conforto para as

peças menos favorecidas que na hora da doença precisam daquele hospital, que precisam ficar naquela fila. Hoje, lá, estas pessoas são respeitadas.

Esqueceram de dizer que este cidadão levanta às 5h e dorme às 22h. Este é o período integral de dedicação desse profissional para dar esta condição de bom atendimento ao cidadão neste hospital que voltou a ser orgulho de Santa Catarina.

É isto que precisamos de um chefe, é isto que precisamos de um diretor, que tenha a responsabilidade de comando, que tenha pulso, que não se intimide. Você, Eduardo Bittencourt, na sua função recebe o nosso respaldo, porque também está respaldado o seu trabalho pela participação da sociedade que está solidária e junto com a sua diretoria e com você.

A sociedade voltou a contribuir com aquela instituição, que é de Santa Catarina, mas que tem a participação efetiva de muitos colaboradores que não vamos citar os nomes, mas que vamos registrar com satisfação o trabalho de solidariedade que tem dado aquele Hospital São José, que é o maior hospital de Santa Catarina e que atende toda a sociedade catarinense, conduzido por um cidadão que vem sendo perseguido por pessoas de má-fé, irresponsáveis, por profissionais que não merecem o cargo a que respondem e o diploma que têm.

Vejam V.Exas., Deputados, que temos exceções dentro dessa classe! Na sua grande maioria os médicos de Santa Catarina e de Florianópolis são profissionais exemplares. Mas aqueles que tinham formado essa máfia, essa organização, que dominavam aquele hospital, colocaram o paciente muitas vezes em situação de muita dificuldade sem conseguir o atendimento que precisava. E agora esse profissional se esmera para oferecer e colocar toda a estrutura daquele hospital a serviço do cidadão e fazer com que os profissionais que lá são empregados, que lá ganham o seu salário, possam de fato estar trabalhando em favor daqueles que precisam do seu serviço, que é o cidadão que procura resolver o seu problema e o da sua família na hora da doença.

Então, portanto, precisávamos fazer justiça. Era necessário irmos a esta tribuna registrar e fazer justiça e dar o nosso apoio a esse cidadão, que é um profissional que nos orgulha, que é um homem de uma humildade extraordinária, um homem que dentro da sua simplicidade, do seu caráter e da sua responsabilidade, é a pessoa necessária para conduzir essa instituição da importância que tem para Santa Catarina, e que vem se esforçando para fazer o melhor.

Com certeza, como ser humano, não tem acertado tudo. Com certeza, também tem os seus erros, porque é humano. Mas todos sabem e são testemunhas da dedicação, do esforço e do carinho que o Dr. Eduardo Bittencourt tem por aquela instituição e pelos seus servidores.

Queremos cumprimentar cada enfermeiro, faxineiro, cozinheiro, enfim, cada um que trabalha, dedicando-se, fazendo o melhor pelas pessoas naquela instituição e cada médico responsável, sério, que tem dentro daquela instituição. A cada um de vocês que tentam fazer com que essa instituição possa realmente fazer o melhor pela gente de Santa Catarina o nosso reconhecimento.

Mas estou aqui para fazer justiça e dizer que o Diretor, Dr. Eduardo Bittencourt, recebe o nosso apoio e a nossa solidariedade, que tem a nossa vigilância também, porque somos testemunha, acompanhamos o primeiro

dia, o primeiro mês, o primeiro ano, enfim, acompanhamos o dia-a-dia do trabalho daquela instituição, da melhoria que foi acontecendo lá.

Estamos presente não só porque precisamos dela, não só porque ela atende aos nossos pacientes, mas também cumprindo com o nosso dever de Parlamentar, daquele que também tem o dever de fiscalizar, que teve a oportunidade de verificar cada leito, departamento, apartamento e andar daquele hospital e ver as mudanças que lá aconteceram. Ele merece, sim, ser trazido a esta Assembléia para prestarmos uma homenagem, porque é um homem determinado, sério e corajoso. É um administrador que teve a coragem de enfrentar aqueles que usavam aquilo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos cinco minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente e Srs. Deputados, deu entrada uma indicação nesta Casa sugerindo ao Governador Esperidião Amin a reintegração dos ex-policiais civis e militares à corporação.

Existe um anseio muito forte por parte dos ex-policiais, tanto civis como militares, de voltarem à corporação. São policiais que não têm mancha no seu currículo, não tiveram qualquer tipo de problema com a Justiça. Têm a sua folha corrida limpa, têm a sua folha de serviços prestados à corporação, de mérito, limpa também. São policiais que saíram porque foram tentar melhorar, de alguma maneira, a sua vida financeira, porque dentro dos quadros das Polícias Militar e Civil, na época, não conseguiam receber aquilo que achavam necessário para a sua sobrevivência.

Acontece que esses ex-policiais militares e civis, como cidadãos comuns na sociedade, tentaram de alguma forma outro tipo de atividade e não se deram bem, porque são pessoas vocacionadas para a atividade, para o ofício de policial militar e civil. E tem mais um detalhe: o Governo investiu nessas pessoas, formando esses profissionais, para que estivessem devidamente capacitados a exercerem as suas funções de policiais militares e civis.

Hoje existe um contingente de policiais militares e civis capacitados para exercerem a função, mas não podem ser reintegrados às Polícias Militar e Civil, não sei por que raios d'água.

Então, são feitos concursos e nesses concursos os policiais admitidos passam por uma readaptação, por cursos pagos pelo Estado, enquanto esses policiais militares e civis já são formados, têm a sua qualificação, e podem perfeitamente ser aproveitados, até porque são pessoas honradas, decentes e vocacionadas para essa atividade, que é o principal.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não! V.Exa. conhece mais profundamente essa atividade.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Cumprimento V.Exa. pela importância do assunto trazido à tribuna e ao debate, na medida que tem a preocupação de resolver uma dificuldade que hoje os ex-policiais militares têm, quando já estiveram na Polícia Militar, ao retornar acabam sendo esbarrados.

Isso está preso, basicamente, em uma regra que está vigindo, que ninguém pode

retornar ao serviço policial militar passados três anos da sua saída do serviço ativo. Então, essa é a regra que está criando todo esse impedimento.

É um assunto que já está sendo tratado, e a manifestação de V.Exa. vem ajudar sobremaneira na solução definitiva. Essa limitação está sendo removida da legislação estadual, e deixa em aberto a todos aqueles que já pertenceram aos quadros da Polícia Militar e que saíram por livre e espontânea vontade, com bom comportamento, dentro dos padrões éticos e morais, poderão retornar com mais facilidade.

Então, estamos tratando desse encaminhamento. É um assunto que já está sendo elaborado em nível do Comando Geral da Polícia Militar.

Mas, a manifestação de V.Exa., a sua iniciativa, vem contribuir sobremaneira para que essa questão seja definitivamente resolvida e automaticamente atendido o interesse desses ex-funcionários do serviço público estadual, como também as necessidades de efetivo para melhorar as condições de segurança pública do Estado.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Agradeço a V.Exa., Deputado Jaime Mantelli, que tem conhecimento de causa profundo.

Espero de alguma maneira estar colaborando para que possamos ver resolvido esse problema. Conheço muito ex-policiais militares e civis na cidade de Joinville que anseiam em voltar para a corporação e dar a sua contribuição para que diminua o problema da segurança pública.

Teria outros assuntos que dizem respeito à minha amada Joinville, mas, lamentavelmente, o tempo conspira contra a minha pessoa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. Deputados, esta Presidência quer fazer um apelo ao Sr. Deputado Afrânio Boppré, Presidente da Comissão de Finanças, porque ontem num esforço de todos os membros da Comissão, mas de modo muito especial do Deputado Herneus de Nadal, Vice-Presidente da Comissão de Justiça, reuniram-se extraordinariamente e apreciaram mais de 45 matérias.

A Comissão de Justiça praticamente limpou a pauta, mas de nada adiantou, porque hoje não teve reunião na Comissão de Finanças. Não quero acusar nenhum Deputado, cada um tem os seus motivos, mas o fato é que trançou todas as matérias novamente. Estou trazendo algumas matérias, mas a imprensa e a sociedade catarinense estão cobrando deste Parlamento a ação dos Deputados.

Por isso quero fazer um apelo ao Deputado Afrânio Boppré, embora compreenda que V.Exa. estava trabalhando no Orçamento Regionalizado, que convoque hoje a Comissão de Finanças, extraordinariamente, para apreciar as matérias que estão lá. Tenho certeza que V.Exa. e todos os demais membros da Comissão haverão de compreender o apelo deste Presidente.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pedimos a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, não quero justificar, mas explicar o porquê no dia de hoje não tivemos oportunidade de fazer a reunião da Comissão de Finanças.

Acontece que às 8h, que é o horário regimental para o início das reuniões, estavam presentes apenas os Deputados Rogério Mendonça, Gelson Sorgato, Ronaldo Benedet e este que vos fala. O Deputado Jaime Mantelli, sempre assíduo, havia justificado a sua ausência já no dia de ontem.

Portanto, dos nove membros que compõem a Comissão de Finanças estavam presentes somente quatro, não havia *quorum*, e curiosamente os quatro Deputados presentes eram da Bancada de Oposição. Então, quero reiterar o apelo, que já foi feito em ocasiões anteriores, para que os Deputados atuem nas Comissões, em particular, na Comissão de Finanças.

Quero reiterar também a sua preocupação da semana passada quando chamou, para discutir, todos os Presidentes das Comissões. E nós assumimos o compromisso, assim como todos os Presidentes de Comissão, perante a Presidência desta Casa...

Tenho certeza de que a Comissão de Finanças vai recuperar esse período. Quero acatar a sua sugestão de convocarmos uma reunião para o dia de hoje, logo após acabar esta sessão. Seria uma reunião extraordinária da Comissão de Finanças, para deliberarmos as matérias que estão pendentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Agradeço a decisão de V.Exa. e passo, portanto, a convocação aos Srs. Deputados membros da Comissão de Finanças para uma reunião às 16h30min.

Apenas quero justificar, haja vista que esta sessão está sendo transmitida ao vivo, que muitos Deputados não estão, não compareceram, porque estão em missão oficial em Brasília, tratando da duplicação da BR-101, que é também um fato relevante, importante, que o Sul do Estado e o Sul do Brasil, o Brasil todo, por que não dizer, está solicitando a participação de cada membro deste Parlamento.

Portanto, não quero acusar de irresponsabilidade nenhuma e sei que os Deputados estavam cumprindo com o seus deveres.

Passaremos à Ordem.

Justificamos a ausência dos Srs. Deputados Reno Caramori que está acompanhando o Governador do Estado; Francisco de Assis, que se encontra em Brasília; Moacir Sopelsa, que está representando este Poder na comemoração do aniversário da Perdigo; Sandro Tarzan, que se encontra em Brasília; e Romildo Titon, que se encontra no Meio-Oeste, em Videira, em comemorações daqueles Municípios.

Discussão e votação em primeiro turno do substitutivo global ao Projeto de Lei nº 138/2001, de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, que altera dispositivo da Lei nº 10.609, de 1997, que dispõe sobre despachante de trânsito.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. Deputados, em seguida teremos 3 vetos. Mas antes de entrarmos nos vetos, esta Presidência traz ex-ofício o Projeto de Lei nº 252, de autoria do Governo do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Tunápolis.

Srs. Deputados, faço um apelo a V.Exas. no sentido de que aprovem esta matéria que tem o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Na Comissão de Finanças não houve votação, porque solicitei ao Presidente Afrânio Boppré e ele gentilmente encaminhou a minha matéria, fazendo com que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça seja o da Comissão de Finanças, porque é uma matéria urgente, eis que o Governo precisa ser autorizado, porque os prazos estão vencendo.

Portanto, Srs. Deputados colocou essa matéria em discussão.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero fazer uma referência à presteza do Deputado Afrânio Boppré, Presidente da Comissão de Finanças, que atendeu ao apelo, e à sensibilidade dos Líderes, que permitiram que possamos deliberar sobre esta matéria importante que atende uma necessidade muito grande de um Município do interior do nosso Estado, que com certeza vai poder, aí, sim, credenciar-se a receber os recursos de Brasília para que possa dar andamento às obras neste imóvel, cujo projeto lhe permite a autorização para receber em doação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

(Pausa)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Também quero fazer esse registro, esse reconhecimento, na condição de Líder do Governo.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Finanças, os demais Deputados integrantes da Comissão, em que pese não ter sido realizado na Comissão hoje, mas convalidado o parecer aprovado na Comissão de Justiça, cumprimento especialmente os Líderes das demais Bancadas que concordam com esse encaminhamento feito por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Onofre Santo Agostini) - Pois, não, Deputado!

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Também ex-officio, temos o Projeto de Resolução da Mesa Diretora nº 08/2001, ao qual foram apresentadas duas emendas, uma de autoria do Sr. Deputado Manoel Mota e outra de autoria deste Deputado.

É o projeto que apenas coloca na Primeira Secretaria os bens inservíveis, que estavam afetos à Segunda Secretaria, passando, com este projeto, para a Primeira Secretaria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação as emendas nºs 1 e 2.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Em votação o projeto sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Sr. Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - A minha preocupação, Sr. Presidente, é com relação aos projetos de origem governamental e teremos inclusive votação de vetos. Há dois projetos de minha autoria. É visível a falta de *quorum* para a votação destas matérias e acho que não temos os 24 Deputados necessários aqui em Plenário para uma possível derrubada de veto.

Portanto, pediria que pelo menos estes dois projetos de minha autoria fossem retirados da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não, Deputado.

Como V.Exa. é o Autor do projeto de lei, vou atender o seu pedido, portanto, retirarei todos os vetos de pauta para serem submetidos amanhã, com maior número de Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Peritiba, parabenizando-os, bem como a toda a comunidade daquele valoroso Município, pelo aniversário de emancipação político-administrativa, neste dia 19 de agosto.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que requer, nos termos do Regimento Interno da Casa, a retirada de trâmite do Projeto de Lei nº 232/01, que dispõe sobre a alteração das Resoluções: DP 40 e 42/92.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, Esperidião Amin Helou Filho, e à Secretária de Estado da Educação e do Desporto, Miriam Schlickmann, pedindo celebração de convênio de auxílio financeiro com a Prefeitura de Ituporanga, no valor de R\$200.000,00, para auxiliar parte das despesas com a construção de uma escola municipal de educação fundamental na localidade de Ilha Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Governador do Estado, pedindo a inclusão do Município de Ituporanga no Programa Financeiro para aquisição de veículos para transporte escolar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Governador do Estado e à Secretária de Estado da Educação e do Desporto, Miriam Schlickmann, pedindo celebração de cooperação financeira com o

Município de Ituporanga, no valor de R\$85.000,00, para reforma completa do Ginásio de Esportes Henrique Holetz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado de Santa Catarina, Esperidião Amin Helou Filho, pedindo a celebração de convênio de cooperação financeira para a aquisição de microônibus que servirá às pessoas que necessitem de consultas médicas em Florianópolis, na ordem de R\$80.000,00.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Paulo Serafim, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Casan, pedindo que seja instalada na localidade de Ponta da Laranjeira, no Município de Laguna, estrutura necessária para o recebimento de água tratada.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jaime Mantelli, que requer, com amparo no § 3º, art. 130, do Regimento Interno, que seja reiterado o Pedido de Informação nº PI/071/01, acentuando a circunstância do prazo constitucional.

A Presidência defere de plano.

Fim da matéria da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Rogério Mendonça, a quem concedo a palavra por até 10 minutos.

Antes, porém, fazemos mais uma vez apelo aos Deputados membros da Comissão de Finanças para que se reúnam agora, às 16h30min, para votarem as matérias que se encontram naquela Comissão.

Vejam V.Exas que duas matérias foram votadas porque o Presidente requereu ex-officio, assim como também a matéria requerida pelos Deputados Heitor Sché e Jaime Mantelli, votada hoje, que é o problema dos despachantes.

Por isso faço um apelo aos Srs. membros da Comissão de Finanças para que se reúnam extraordinariamente e votem todas as matérias que lá se encontram.

Com a palavra o Sr. Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria também de utilizar este espaço para fazer referência à audiência pública que tivemos hoje na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que foi solicitada pelo Deputado Ronaldo Benedet, onde toda a discussão era sobre um projeto de minha autoria, projeto este que rerepresentei este ano, projeto que dispõe sobre a proibição da distribuição de produtos à base de amianto, no Estado de Santa Catarina.

No ano de 1999 já tinha apresentado um projeto com teor semelhante, somente o reapresentei dando uma condição de dois anos para que fosse totalmente proibida a utilização, a produção, a comercialização do amianto no Estado de Santa Catarina.

Tivemos a audiência com a participação e a presença, basicamente, de funcionários da empresa do gênero, localizada no Município de Criciúma. Lá estavam não só os funcionários como também, de uma maneira coesa, os Deputados que representam a Região Sul. Todos eles juntos defendendo a continuação da empresa. Os funcionários reivindicando a manutenção dos seus empregos e a preocupação de que, evidentemente, uma vez proibida a comercialização a empresa, a indústria, teria que ser fechada e os empregos não mais existiriam.

Lá estava um número muito grande de funcionários. Veio, inclusive, um professor da Unicamp, Sr. Bagatin, que nessa audiência apresentou o seu trabalho de pesquisa na Unicamp, apresentou dados, tentando justificar a manutenção da empresa, tentando justificar a não-existência de malefícios na utilização do amianto.

Por outro lado, estavam defendendo o meu projeto o Sr. Edson Macari, funcionário da Secretaria da Saúde, e também o Deputado Volnei Morastoni, que com muita ênfase defendeu o meu projeto, apresentou justificativas, apresentou dados, provando, justificando a necessidade da aprovação desse projeto.

É verdade, e o Deputado Volnei Morastoni também manifestou-se dessa maneira, que o Deputado Ronaldo Benedet, Presidente da Comissão que solicitou a audiência, no seu afã de defender a indústria, por outro lado também permitiu que os grupos que defendem a manutenção do amianto tivessem mais espaço nessa audiência.

Portanto, também quero aqui manifestar a minha contrariedade pela maneira como o Deputado Ronaldo Benedet conduziu a audiência, privilegiando as pessoas que defendiam o amianto. Reconheço que ele tem uma justificativa porque está defendendo a sua região e os empregos daquelas pessoas que lá estavam.

Eu também dizia, naquele momento, que da mesma maneira que as pessoas estavam ali pedindo para que o projeto fosse arquivado, que não fosse aprovado aqui nesta Casa, dizia que tinha certeza e convicção, Deus queira que eu esteja errado, mas daqui a alguns anos nós teremos estes mesmos funcionários, quem sabe, ou outros que não puderam vir, mas funcionários desta indústria virão, com certeza, solicitar uma audiência pública, audiência pública, aí sim, solicitando indenização pelos malefícios e os problemas que tiveram na utilização do amianto.

Esta é a preocupação que temos, até porque também, na mesma oportunidade, li determinados depoimentos dramáticos, de pessoas, lá em São Paulo, que hoje já estão fazendo este apelo naquele Estado.

Apresentei rapidamente e li um depoimento, por exemplo, do Sr. Sebastião Alves da Silva, uma pessoa de 64 anos, que foi funcionário da Brasilit, em São Paulo, e que até hoje exhibe na penteadeira do quarto uma fotografia em que aparece dançando com a esposa Irene. Ela gosta de mostrar o retrato a todas as visitas que lá vão, é a prova do tempo em que respirar era ainda um ato normal para o ex-operário da Brasilit.

Sebastião não pode mais dançar, caminha com dificuldade, mesmo por poucos metros, tosse a cada passo, perdeu uma fatia do pulmão esquerdo, retirada com um tumor cancerígeno, há dois anos.

Poderia citar outros depoimentos semelhantes como do caso do Sr. Severino, do Sr. Antônio, do João Batista e centenas de outros depoimentos de operários, acudados pela falta de ar e pelo medo, que hoje estão pedindo indenização.

O que estamos fazendo, através deste projeto de minha autoria - tenho certeza de que terá a aprovação desta Casa - é caminhar na mesma esteira que a Europa hoje já caminha. Praticamente, hoje, nós temos 21 países da Europa em que o amianto é proibido. E não só isso, nos países em que ainda não é proibido, a comunidade europeia estabeleceu o limite máximo até o ano 2005 para a sua proibição total.

Portanto, por que no Brasil nós teríamos que continuar sendo vítimas desse processo? Os mesmos funcionários, na audiência pública, disseram que o leão é uma fera que tem que ser domado, domesticado, que temos que ter cuidados. E eu digo a todos eles que se o amianto não for proibido através da força de lei, com certeza ele ainda será proibido em pouco tempo, através da opinião pública.

Citava, inclusive, até porque as pessoas que lá estavam faziam referência a outros malefícios... Chegaram a citar a questão da BR-101, que mata, mas que nós utilizamos. Então, teria que proibir a utilização da BR-101 também. Vejam só o absurdo das pessoas querendo fazer este tipo de comparação.

Mas também fiz uma comparação, como engenheiro agrônomo, a respeito de uma substância que já está prescrita, hoje, da sua utilização na agricultura. Os produtos clorados, os inseticidas clorados, o DDT, que a maioria dos senhores talvez conheça muito bem. Lembrou-me quando na época surgiu uma campanha de proibição dos clorados DDT aqui no Brasil. E lá na Europa e nos Estados Unidos eles já estavam proibidos.

Aqui no Brasil se fez um grande movimento, dizendo que os clorados eram interesse das grandes multinacionais e que a sua proibição iria inviabilizar a agricultura brasileira, que o Brasil, com esta vasta região agrícola, não permitiria, com isso, que os nossos agricultores subsistissem e sobrevivessem da agricultura, porque a proibição dos clorados aqui era interesse dos grandes grupos multinacionais.

Mas mesmo assim, mesmo com toda a resistência, o clorado foi prescrito, não existe mais, e hoje nem se discute mais a possibilidade de que esse produto ainda possa ser utilizado.

Tenho certeza de que em relação ao amianto o tempo dirá a mesma coisa. Mas não podemos deixar que o tempo diga, nós não podemos esperar mais cinco, dez anos pela opinião pública, não podemos esperar aumentar os danos para a população e para a saúde pública.

Temos que nos antecipar, Deputado Volnei Morastoni! Temos que nos antecipar e o momento é agora. A cidade de São Paulo já proibiu, a Prefeita Marta sancionou um projeto de igual natureza. Cinco Municípios, ao todo, no Estado de São Paulo já proibiram.

O Estado de Mato Grosso também proibiu, no Rio Grande do Sul temos um projeto semelhante, em Santa Catarina também, de minha autoria, e em todo o Brasil teremos projetos, é questão de tempo, mas não vamos esperar mais. Ao mesmo tempo também ouvimos um dos engenheiros da empresa dizer que já estão preparados para daqui a quatro, cinco anos apresentarem produtos para substituírem a questão do amianto e eles continuarem produzindo material semelhante.

Não vamos esperar quatro, cinco anos, vamos fazer imediatamente esta situação. Mas gostaria também de fazer referência a uma matéria do Deputado Líder do Governo, Joares Ponticelli. Ele está assinando um convênio no valor de R\$69.000,00, no seu gabinete, para o Prefeito Leonardo Neci, do PPB.

Queremos obras, sim, mas me parece, Deputado Ronaldo Benedet, que o que nós estamos vendo é aquele Show do Milhão se concretizando. Mas as obras devem acontecer.

O que estamos vendo é aquela nossa denúncia em relação ao Show do Milhão que está acontecendo. Nós queremos, sim, que muitas obras aconteçam em todo o Estado de Santa Catarina, não só em Prefeituras do PPB, mas que Prefeituras de todos os Partidos recebam também recursos do Estado e que não sejam contemplados desta maneira, com a denúncia que já efetuamos nesta Casa, a respeito do Show do Milhão, que está efetivamente acontecendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quero apenas registrar a presença em nosso meio do Presidente do PPB, do Diretor Municipal de Balneário Camboriú, Rudes Cabral, que se encontra aqui nesta Casa buscando benefícios para a sua cidade, o nosso querido Município de Balneário Camboriú.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Fica registrado nos Anais desta Casa, Deputado Gilmar Knaesel.

Inscrita para falar a Sra. Deputada Ideli Salvatti, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência da Sra. Deputada Ideli Salvatti, com a palavra o Sr. Deputado Ronaldo Benedet, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, não poderia deixar de voltar a esta tribuna até para rebater as argumentações trazidas aqui pelo Deputado Rogério Mendonça, meu amigo particular, mas que no nosso entendimento, nesse tema do amianto, está equivocado, como também o Deputado Volnei Morastoni, com todo o respeito.

A discussão não é no campo pessoal, mas é no campo de idéias. O Deputado Rogério Mendonça apresentou um projeto, embalado numa onda de países da Europa, que foram premiados pelo seu País, pelo que aconteceu no passado. Porque esses países destruíram as suas florestas e hoje só sobra a nossa a Amazônia.

Eles enriqueceram destruindo as florestas, vendendo e fazendo dinheiro com esses seus produtos; enriqueceram com o amianto, com as suas minas, e hoje eles querem proibir o Brasil. Acho que com relação às florestas, temos que preservar a nossa Amazônia, sim. Mas quem tem que ocupar somos nós, quem domina e quem é o dono da Amazônia é o Brasil. E vão ter que pagar compensações esses países, porque nós preservamos, e eles não preservaram.

E agora, em relação ao amianto, eles querem substituir o amianto, que é uma fibra, por uma fibra extraída da celulose, feita de celulose, que polui, que destrói florestas, que eles não têm mais para destruir, mas querem destruir as nossas, esse é o argumento.

O argumento na Europa é que o amianto faz mal à saúde. E faz, nós não estamos negando, nós não estamos aqui para iludir a sociedade. Só o que não aceitamos é que a sociedade seja iludida com um mito de que eles, por estarem pressionados pelo povo lá na França, pela Brasilit e pela Eternit, pela má forma do uso do amianto, pelas más condições que essas empresas deram para os seus trabalhadores ao longo de anos, tanto é que tiveram os seus trabalhadores, os seus cidadãos contaminados pelo amianto, porque usavam em forma de pó, como foi usado nos Estados Unidos também na II Guerra Mundial, para a fabricação de navios... Chegavam a fazer um navio por dia. E a pessoa ficava no meio com 400 unidades por cm³ de oxigênio.

Aqui as condições são as exigidas pelos trabalhadores, pela Organização Mundial de Saúde, com relação ao nível de concentração de amianto aceitável. E está comprovado que não tem prejuízo à saúde.

Você não pode se expor a determinadas concentrações e a determinados produtos. Até o oxigênio em excesso mata a pessoa; água, que é essencial para mantermos a vida, em excesso mata. Tudo em excesso mata as pessoas.

Obviamente que um agente tóxico como é o amianto também causará doenças, seqüelas gravíssimas, dependendo da sua concentração. Está comprovado pelos trabalhadores, pelos dados estatísticos e científicos que a partir do momento que se passou a ter os cuidados com os trabalhadores, que se obedeceram as normas em relações de trabalho, de proteção coletiva e individual ao trabalhador, com as normas adotadas dentro das indústrias, passamos a não ter mais perigo para o trabalhador.

Passamos a exigir as condições de proteção nas fábricas e nas minas também. E nas fábricas que usam o amianto, obedecidas às condições de saúde e de respeito às normas de proteção ao trabalhador, não há qualquer perigo.

Está comprovado também que não existe nenhum caso no mundo de pessoa que se contaminou por usar uma telha de amianto ou uma caixa d'água de amianto.

Então, nós temos que ter bases científicas. As bases científicas daqueles que condenam o amianto são verdadeiras, porque eles partem de fatos, porque é na verdade uma dialética que está se colocando diante da situação.

Aquilo que traz o Deputado Rogério Mendonça naquela reportagem daquele homem que dançava e que teve um câncer é verdadeiro, mas vamos ver em que condições, em que época. Qual era a condição da sua fábrica, da Brasilit, da Eternit, em São Paulo? Eram condições subumanas.

Está aqui o Deputado José Paulo Serafim para dizer as condições que mineiro tinha. Há alguns anos, na cidade de Criciúma, na região carbonífera, era inaceitável que as minas não eram fechadas naquelas condições que o mineiro colocava o trabalhador.

Mas as condições foram mudadas, estão mudando, estão cada vez melhor. As cerâmicas também. O PVC é mais cancerígeno do que o amianto. No entanto não fechamos as fábricas de tubos e conexões do Norte do Estado.

Então, é com base científica que temos que discutir. Nós não podemos vir aqui com dialética. Negar que faz mal, nós nunca negamos. Hoje esse técnico veio aqui defender as empresas? Não, ele veio trazer estudos científicos e elaborados. E estudo científico tem que ser respeitado, estatísticas têm que ser feitas, e elas são feitas e têm que ser respeitadas. Não é por serem pública que vamos dizer que não podem ser acreditadas.

Lá em Criciúma no INSS não existe um só caso, quando existem inúmeros casos de pneumoconiose pelo carvão, pneumoconiose nas cerâmicas. Não existe um só caso de pneumoconiose ou asbestose envolvido no caso da única empresa que usa amianto, que é a Imbralit. Então, nestes casos a Organização Mundial de Saúde, como já falei, ela asteia os níveis aceitáveis do uso do amianto no ambiente em que vivemos. E na rua existe amianto, são aceitáveis esses níveis e não são comprometedores.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não! Interrompo a minha falação para conceder um aparte a V.Exa., até para não dizer que eu não dou um espaço e não sou democrático na hora de discutir. Eu gosto do debate e acho importante para esclarecer à sociedade, desde que não se traga uma versão ou só um momento, só um detalhe no espaço.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Muito obrigado, pela oportunidade do aparte, Deputado Ronaldo Benedet.

Gostaria de apresentar aqui uma estatística que dá uma outra visibilidade às doenças do amianto. A fonte é a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto, que de um grupo de 960 ex-trabalhadores da Eternit, de Osasco, examinados até janeiro de 2001, apresentaram: 98 casos de asbestose, que é a fibrose do pulmão por inalação do pó, das fibras do amianto...

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Permita-me só um detalhe: eu não digo que isso não é verdade. Mas vamos ver em que época isso aconteceu. Se foi no momento em que já haviam as condições de trabalho exigidas pelos trabalhadores ou se foi anteriormente.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Ronaldo Benedet, não importa! É uma doença silenciosa, sorrateira. Não é uma doença aguda, é uma doença em que os que hoje estão sendo expostos provavelmente terão sintomas daqui a 20 ou 30 anos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Eram as condições de trabalho, porque não dava para enxergar dentro das fábricas. Hoje você vai dentro da fábrica e as condições de trabalho são outras, Deputado.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Não é verdade!

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - V.Exa. não pode partir de uma inverdade. Isso é inverdade!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Não é verdade. A inverdade é querer afirmar o contrário, quando aqui - continuando a estatística - diz que houve 98 casos de asbestose; 188 de placas pleurais; 222 de distúrbios respiratórios; quatro de câncer de pulmão em pacientes ainda vivos; dois de óbitos por mesotelioma de pleura; seis mortes por asbestose; cinco mortes por câncer de pulmão; um morte por câncer de laringe; 23 mortes (seis cânceres de pulmão e oito gastrointestinais) que não foram ainda reconhecidas como causadas pelo amianto; e outras 20 mortes que estão sob investigação.

Então, há necessidade de que nós continuemos cotejando os dados, não podemos ficar só com uma versão. Essa versão do professor Bagadin, da Unicamp, que participou hoje, que não quero desmerecer o estudo, é um estudo que também tem a sua contestação. A maior financiadora desse estudo é a mesma empresa que controla a mina de amianto do Brasil.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Deputado Volnei Morastoni, V.Exa. não pode questionar os dados que foram apresentados. Ele nunca disse que o amianto não fazia mal. É exatamente o momento em que há controles, o momento em que há proteção coletiva do trabalhador. Ele apresentou uma estatística e mostrou que havia realmente doenças, como V.Exa. está dizendo. Mas há os momentos, e V.Exa. tem que conhecer a empresa. Convido V.Exa. para ir à empresa, em Criciúma, para ver as condições que essa empresa recebe e que dá aos trabalhadores, para V.Exa. ver. Se existe um caso, se existe a contaminação, como V.Exa. está dizendo, daí então nós vamos mudar o nosso discurso.

V.Exa. precisa conhecer as condições. Nós temos que estudar os fatos - para V.Exa. trazer corretamente esses dados - no tempo e no espaço. Existem condições diferentes do que na Europa, condições diferentes dessa fábrica lá de São Paulo, que é desde 1940.

Em 1940 o trabalhador trabalhava de sol a sol e não havia interesse nenhum na saúde dele. Esses trabalhadores têm 60 anos e eles trabalharam quarenta e poucos anos dentro dessas fábricas em condições de concentração de amianto no ar infinitamente superiores às permitidas que têm hoje. E aí a razão dessa doença e a explicação pelos médicos, pelos cientistas.

V.Exa. é um médico, V.Exa. tem que ter fundamentos científicos. Nós não podemos estar aqui só por ouvir dizer. Eu acho que a estatística é essa. Mas vamos ver as condições no tempo e no espaço, essa é a realidade. O mundo mudou em uma série de questões, Deputado.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Eu só gostaria de fazer um apelo a V.Exa.: para realizarmos mais uma audiência pública e poder ouvir a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra o Deputado Nelson Goetten, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho à tribuna para fazer um registro importante, no meu entender, como cidadão catarinense, como Parlamentar, como homem público. Claro que não me foi delegada a missão de vir aqui falar dessa importante empresa catarinense. Mas como acompanho pela imprensa o trabalho desse empresário, que é mais ou menos o espelho, o exemplo de uma grande parte do empresariado catarinense, com absoluta certeza, merece ser citado da tribuna desta Casa Legislativa como exemplo de cidadão, de empresário.

Esse cidadão até 1970 era empregado de uma empresa e de repente torna-se proprietário em 1975. Portanto, há 26 anos começa uma empresa, que constrói uma bonita história em Santa Catarina, a Marisol, em Jaraguá do Sul.

Vicente Donini é o nome do empresário que se transforma em um exemplo para Santa Catarina, para o Brasil e para o mundo. É um empresário que mostra o potencial, a capacidade de criar do cidadão catarinense, a capacidade de empreendedor do cidadão catarinense.

Através da sua empresa, que nestes poucos 26 anos, com certeza, teve que enfrentar muitos desafios, para conseguir se firmar como empresário neste País das injustiças, das cargas tributárias absurdas,

que através de atos, de canetações, mudam e constituem planos e mais planos. Enfim, dentro de todas essas dificuldades, surge em Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, esse importante empreendedor.

Vi esse senhor duas vezes a distância. Não tive a oportunidade de conversar com ele até hoje. Mas acompanho as suas ações e tive o privilégio de visitar algumas das entidades que esse empresário ajuda.

É por isso, como homem público, que estou aqui nesta tribuna para cumprimentar e registrar o trabalho desse empresário, que de forma silenciosa, sem autopromoção - ele já se autopromove pelo seu empreendimento -, pelo seu trabalho, pela capacidade, pela qualidade dos produtos que exporta para o mundo e para o Brasil afora.

Esse empresário já construiu em 26 anos 293 mil metros quadrados de área; emprega 3.700 famílias, que só por isso já é uma ação social. Penso que ninguém ajuda mais socialmente uma comunidade do que aquele que consegue se transformar, através da sua capacidade, em um empreendedor, e assim gerar, criar oportunidade para que o cidadão possa ter onde trabalhar.

Um empreendedor é aquele que cria oportunidades, que ajuda a desenvolver, que faz o social, que cumpre o seu papel, que ajuda a sociedade, que ajuda a comunidade, que ajuda o Estado, que ajuda a Nação.

Esse é o verdadeiro patriota catarinense de quem temos orgulho. Com o seu exemplo, podemos citar muitos iguais, muitos que fazem o que ele faz, mas o cito aqui por ter acompanhado as suas ações sociais. Mesmo conseguindo, até podemos dizer aqui, um império empresarial, continua mantendo a sua humildade, a dedicação pelas causas sociais da sua terra, dos seus servidores e também de Santa Catarina.

Não são poucas as entidades que têm recebido a contribuição deste empresário, que não só mantém a sua humildade, mas mantém o seu espírito de solidariedade, uma coisa tão rara nos dias de hoje.

Há poucos dias eu escutava a notícia jornalística que um empresário brasileiro comprou em um leilão um quadro de um pintor brasileiro por R\$25.000.000,00. Isto me doeu muito. Isto me entristeceu muito. Isto entristece muito o cidadão, sabendo que vivemos em um País de 50 milhões de miseráveis.

Será que alguém que convive e mora dentro deste mesmo País terá coragem de pendurar em uma parede R\$25.000.000,00, sabendo que este dinheiro poderia ser usado para gerar emprego, para ter menos famílias passando fome e necessidade?

São dois exemplos opostos, um que cresce, esbanja e quer mostrar as suas riquezas através das jóias, dos veículos, das mansões, dos quadros e das aparições nas colunas sociais e outro que cria o seu império através do trabalho, que tudo que ganha vai investindo para que as pessoas possam ter a oportunidade de junto com ele crescer, de junto com a empresa trazer o alimento para os seus filhos, de poder levar alegria para dentro dos lares e de poder viver melhor.

Este é o tipo do empreendedor que merece o nosso respeito a cada dia, porque vive neste País da ilusão, de enganção, de equívocos, um País regido pela Constituição que só escreveu os direitos, mas esqueceu dos deveres, uma Constituição que não teve a capacidade de reconhecer que precisávamos acima de tudo respeitar o empreendedor, o gerador de emprego, de trabalho, de renda, porque sem ele não há uma sociedade feliz e com oportunidade.

Portanto, mesmo com todas as dificuldades, essa empresa se transforma num orgulho para Santa Catarina e num exemplo para o Brasil. Hoje manda dessa Santa Catarina para os quatro cantos do mundo os seus produtos, produzidos pela maioria do povo de Jaraguá do Sul. E esta querida cidade acolhe muitos filhos da nossa querida Santa Catarina, porque através dos empreendedores muitos catarinenses tiveram uma oportunidade de trabalho.

Se hoje estou nesta tribuna falando de um cidadão catarinense, que não conheço pessoalmente, é por uma questão de justiça, de dever e de responsabilidade. Nós que produzimos tantas injustiças, porque infelizmente o homem político tem se mostrado tão insensível para tantas coisas, neste momento em que vivemos tantos desmandos, atos de corrupção, podemos pelo menos falar de algumas coisas que nos orgulham, dão alegria e que são um patrimônio catarinense. Este é o exemplo de Santa Catarina, um Estado de trabalho, mas não simplesmente, porque foi colocado no seu slogan.

Santa Catarina, é, sim, um território pequeno dentro deste imenso Brasil, com 1,2% do imenso Brasil, de 10% da população brasileira, mas através da capacidade de trabalho desse povo construímos, produzimos e somos a 5ª maior riqueza. É este Brasil e esta Santa Catarina que tenho orgulho de defender nesta Casa Legislativa.

Por isso, tento trazer para esta Casa um pouco do empreendedorismo, um pouco da seriedade, um pouco da lealdade, um pouco do amor que o povo catarinense tem pelas coisas, pelo seu Estado e pela Nação. Busco, assim, cumprir com o meu dever de homem público. Se não estou fazendo tudo que devia, mas estou tentando fazer tudo que posso em favor de uma Santa Catarina um pouquinho melhor.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, Deputado Adelor Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero trazer nesta tarde para a reflexão, para o debate, um assunto que julgo da maior importância, um assunto que diz respeito aos pisos salariais.

As categorias estão se mobilizando, os aposentados estão se mobilizando, porque o arrocho salarial está cada vez mais sendo intensificado. E nós precisamos nesta Casa discutir esta questão e propor sugestões ao Poder Executivo.

Estamos fazendo um levantamento de todas as categorias, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que ainda não têm estabelecido o seu piso salarial e vivem na dependência do salário mínimo. E nós sabemos que o Brasil é um País de dimensão continental com diferenças regionais enormes. Não se pode comparar o salário mínimo em um Município do Norte, Nordeste do País com aqueles que trabalham no Sul, no Sudeste do nosso País.

Por isso, há necessidade de se estabelecer esta questão dos pisos salariais. Poderíamos citar os que trabalham na agricultura, os que trabalham na pecuária, nas indústrias extrativas, nas empresas de pesca, nos empregados domésticos, os que trabalham com turismo e hospitalidade, nas indústrias de construção civil e assim por diante.

Então, nós temos que parar um pouquinho para discutir esta questão da Lei Complementar nº 103, de 14/07/2000, que autorizou os Estados a instituir, Deputado Ivo

Konell, o piso salarial para os empregados, especialmente, Deputado Manoel Mota, para aqueles que não têm ainda o seu piso definido em lei. E são muitos os empregados que estão nesta condição, Deputado Valmir Comin, e hoje essa prerrogativa está lançada para vários Estados.

Alguns Estados já estão estabelecendo os pisos salariais para estas categorias, Deputado João Henrique Blasi. E eu penso que nós precisamos também discutir esta questão aqui na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Senão, vejamos: a Lei Complementar Federal de nº 103, de 14/07/2000, autorizou, delegou aos Governos Estaduais esta competência. E o art. 7º da Constituição Federal define os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos e coloca entre eles o inciso V como um piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

Não se pode mais conviver num Brasil de tamanha dimensão e complexidade, com um salário mínimo da ordem de R\$180,00, uniforme para todo o trabalhador.

A Lei Complementar referida traz este benefício, delega aos governos estaduais. No Rio de Janeiro, o Governador Antony Garotinho estabeleceu que o projeto pudesse contemplar as diversas categorias. Lá o projeto tramitou, segundo nosso entendimento, de forma errada, pois colocaram todas as categorias em um único piso, praticamente definindo um salário-mínimo estadual. E não é este o princípio da lei complementar. Não era esta a intenção do legislador Federal ao propor a Lei Complementar nº 103.

O Estado do Rio Grande do Sul tem projeto tramitando na sua Casa legislativa instituindo o que, mais ou menos, se parece com aquilo que o legislador Federal propôs, ou seja, está estabelecendo pisos por categorias distintas, mas ainda de forma global.

Da forma como está sendo feito, segundo entendo, pode ter questionada sua constitucionalidade, como ocorreu com o do Rio de Janeiro.

Sobre esta questão do piso salarial, penso que, em Santa Catarina, poderíamos debater com o Executivo, estabelecendo prazo para que o enviasse projeto de lei, tendo em vista ser de sua competência. A lei é clara a este respeito.

Enquanto isso não acontece deveremos discutir chamando essas categorias que ainda não têm o seu piso salarial estabelecido. E neste caso, quem sabe, apresentar um anteprojeto oferecendo sugestões ao Governo do Estado para contemplar as categorias que não têm seu piso salarial.

Se isto acontecer, tenho certeza que a sociedade catarinense será a grande beneficiada, porque temos muitos empregadores que teriam condições de pagar um pouco mais para seus empregados. Limitam-se ao salário mínimo, quando poderiam ter um leque de mais benefícios, salários mais elásticos, mais condizentes com a realidade.

Quanto viajamos para outros países e perguntamos o valor do salário mínimo e, mais uma vez usarei o exemplo do Chile, dizem: "o nosso salário-mínimo é de US\$180." Eles também têm seus pisos e categorias. No Brasil o mínimo é de R\$180,00 e nem todas as empresas pagam apenas os R\$180,00. As empresas que consideram mais o trabalho dos seus empregados e servidores, recompensam. Mas têm aqueles que dizem: se quiserem os R\$180,00 muito bem, se não quiserem procurem outra empresa ou outra forma de trabalho. Então acontece o que estamos vendo, ou seja, muitas pessoas passando necessidade, pois trabalhar por um salário de R\$180,00 nos 30 dias do mês... Isso é salário de fome!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado Adelor Vieira, a par de cumprimentar V.Exa. por trazer esta matéria à baila, registro que haverá de ser sempre momentosa porque trata da questão salarial, que está sempre na ordem do dia. E V.Exa. retrata um aspecto muito importante que presidiu a discussão dessa matéria no Congresso Nacional, ou seja, a do modelo federativo que temos. É absolutamente correto que cada Estado, à luz da sua realidade, possa fixar um piso salarial que entenda o mais adequado.

A realidade econômica de Santa Catarina, por exemplo, é, e quase sempre tem sido, diferente da realidade de Piauí. Portanto, Santa Catarina pode dar-se ao luxo de ter um piso salarial superior ao piso praticado, por exemplo, no Piauí. Para dar apenas um exemplo.

Essa questão é importante e acho que o pronunciamento de V.Exa. pode começar a empolgar um debate em torno dessa matéria de interesse de toda a população catarinense.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Muito obrigado, Deputado João Henrique Blasi, nosso eminente líder. É exatamente essa a finalidade de trazermos nesta tarde este assunto. Não percebo essa manifestação por parte do Executivo, a quem compete pois a lei estabelece.

Reafirmo o que disse no início: não é obrigatório! A Lei Complementar nº 103 não obriga o Executivo Estadual a estabelecer pisos, mas creio que está na hora. Está na hora, como muito bem disse o Deputado João Henrique Blasi.

Há muitos anos, creio que sempre foi assim, os Estados do Sul e, especificamente o Estado de Santa Catarina, tem um diferencial. Tem um *modus vivendi* diferente. É verdade que, às vezes, um Município do Norte, do Nordeste ou de qualquer outra região que não o Sul e o Sudeste, tem dificuldade até de pagar um salário mínimo de R\$180,00.

Mas creio que nenhuma Prefeitura, nenhum poder constituído no Estado de Santa Catarina estará fazendo justiça com os seus servidores pagando o que a lei estabelece como salário mínimo. Mesmo que seja legal não é justo. Não é justo porque, se recorrermos à Escritura Sagrada, Ela diz que o trabalhador é digno do seu salário. É por isso que estamos aqui a defender um salário justo. Se existe diferença de atribuições, de esforço em cada trabalho que se realiza, pode-se fazer um salário diferenciado.

Diferenciando o salário estaremos promovendo maior justiça social e, assim estaremos dando melhor qualidade de vida para nosso povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - O próximo orador inscrito é o Deputado Manoel Mota a quem concedo a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados. A sessão especial que esta Casa promoveu em Criciúma segunda-feira foi uma das sessões especiais mais concorridas que essa Casa já realizou. Consegui 28 mil assinaturas em defesa da duplicação do trecho Palhoça/São João do Sul da BR-101. Com isso podemos avaliar o desdobramento desta sessão especial.

Não podemos nos esquecer do papel fundamental da imprensa do Sul, coordenada pelo jornalista Adelor Lessa, que promoveu encontro depois da sessão, dando condições

para as autoridades expressarem seu sentimento. E percebemos o sentimento de toda sociedade em relação à duplicação da BR-101.

Os colégios se manifestaram e foi muito lindo. Quando as autoridades desceram para a sessão especial haviam na platéia aproximadamente 101 cruzeiros. Foi um impacto muito forte.

Façam idéia se houvessem 1150 cruzeiros, representando os que morreram nos últimos cinco anos. O impacto que causaria. Mas as 101 cruzeiros simbolizavam as 1150 mortes na BR-101. Foram 14000 acidentes e 7000 feridos.

Ontem, em Brasília, na audiência com o Ibama e a Funai compareceram aproximadamente 100 pessoas, Deputado Valmir Comin.

O Presidente da Câmara de Criciúma, Antônio Izidorio, foi peça fundamental em todos os movimentos. Rodrigo Turati, de Araranguá, outra peça importante, fundamental. Ronério, Presidente da Câmara de Tubarão, outra peça importante, Deputado Joares Ponticelli.

Em nome deles saúdo o Presidente da Comissão Parlamentar da Câmara de Vereadores de Criciúma, Vereador Faraco, outra peça importante. Saúdo...

O Sr. Deputado Joares Ponticelli (Intervindo) - A dona Reneusa Borba, que V.Exa. sempre cita!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Exatamente! Esta senhora de Tubarão, Presidente da Associação de Mulheres. Outra peça importante. Mas, em nome dos Presidentes das Câmaras de Vereadores, Tubarão, Criciúma e Araranguá, saúdo e reconheço o trabalho memorável dos Vereadores das três microrregiões do sul do nosso Estado.

A presença dos Prefeitos Décio Góes, Primo Menegalli, Altamiro Schmidt, Eriberto Schmidt, Vanildo Pizenti, e tantos outros, levou solidariedade. O jornalista Adelor Lessa, que representou a imprensa do Sul não pode ser esquecido.

Da primeira audiência, no Ibama, saímos frustrados, é verdade. Não fomos atendidos pelo Presidente, mas por um Diretor. Mas deu para perceber que é vontade do Ibama conceder a licença provisória ambiental o mais rápido possível. Na Funai não estavam o Presidente e o Diretor. Ficamos praticamente duas horas num impasse, até que o Deputado Edinho entrou em contato com o Ministério da Justiça. Apareceu o Dr. Vagner, diretor da área que estuda o projeto e, em torno das 19h chegou o Presidente.

Lá estavam os Deputados Joares Ponticelli, Valmir Comin, Ronaldo Benedet, José Paulo Serafim e outros que, depois, voltaram para Santa Catarina. Ficamos, eu, o Presidente da Câmara de Criciúma e o Faraco até às 19h, batendo na mesma tecla.

Deputado Adelor Vieira, eram 19h10m, quando um emissário do Ministério da Justiça veio com o parecer para entregar à Funai, a favor do túnel.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Deputado Manoel Mota, creio até que V.Exa., no afã de conseguir o objetivo, pelo seu relato certamente, passou alguns momentos difíceis ontem. Mas creio que valeu o esforço, Deputado, porque V.Exa. tem sido um baluarte. Permaneceu e conseguiu o objetivo. É aquilo que sempre temos dito: querer é poder.

Passamos por este momento em relação ao trecho norte. Passamos por humilhações, gozações. Isso não importa. O que importa é o alvo que queremos atingir e, isso, às Lideranças do sul conseguiram. Cumprimento os Presidentes das Câmaras de Vereadores de Tubarão, Criciúma, Araranguá, os nossos Deputados, as lideranças, porque creio que foi dado um grande passo. E isso é um benefício para o sul e uma vitória de todo o Estado de Santa Catarina.

Parabéns!

SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, Deputado Adelor Vieira. Peço aos Deputados Joares Ponticelli e Valmir Comin que me concedam, se o Presidente permitir, cinco minutos para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Consulto o próximo orador, Deputado Joares Ponticelli. Se estiver de acordo, nenhum problema.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - O Sr. me dará mais cinco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com certeza! Tudo certo então.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Obrigado. Às 19h10min chegou o emissário com o parecer. A Funai, quando recebeu o parecer do Ministério da Justiça, disse que enviaria naquele momento para o Ibama conceder a licença ambiental.

Em torno das 20h ficou acertado. O Presidente da Funai disse: o Ministério dos Transportes terá as duas opções: ou um túnel, que é o que gostaríamos, pois a viabilidade econômica, o impacto ambiental é bem menor.

Se não for o túnel faremos as vias paralelas. Marcaram para hoje uma reunião entre Funai, Ibama, Ministério dos Transportes e DNER para readequar os últimos retoques para sair a licença ambiental na próxima semana.

Então, conseguimos reverter o processo que com sentimento de vitória do Sul do Estado, do Estado de Santa Catarina, do Brasil. Porque aquela significa uma luta de todos. Essa obra não tem pai.

Vamos ter a licença ambiental, vai haver a negociação com o BID e vamos ter a duplicação da BR-101 no trecho Sul do Estado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado Valmir Comin, com muita honra ouça V.Exa, que sempre esteve presente, que tem contribuído e que, com certeza vai enriquecer meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Parabenizo o nobre companheiro pelo brilhante pronunciamento e pela forma aguerrida com que tem tratado esta questão relacionada à duplicação da BR-101.

Fazemos parte deste movimento com todas essas lideranças. Enalteço o movimento desencadeado pelas Câmaras de Vereadores das três microrregiões, de Tubarão, de Criciúma, e do Vale do Araranguá, que culminou com a audiência, na segunda-feira próxima passada em Criciúma, quando constatamos número expressivo de lideranças, de associações comerciais, industriais, líderes, estudantes, diretores de escolas, políticos, Prefeitos, Vereadores, numa manifestação onde não existiu cor ou sigla partidária, mas a bandeira por uma causa comum, nobre, que é, acima de tudo, o respeito para com a vida do ser humano.

Ontem, como V.Exa. acabou de relatar, estivemos em Brasília. Fiquei surpreso com o pronunciamento do Deputado Federal Antônio Carlos Konder Reis, quando chamou à responsabilidade o Ibama, a Funai, o DNER, pelo descaso que estavam tendo com a duplicação da BR-101.

Faço menção especial aos técnicos da Fatma, órgão que é exemplo para Santa Catarina e que, em tempo recorde, seis dias, deu parecer favorável quanto à questão ambiental do Morro dos Cavalos.

Infelizmente constatamos desencontro entre os órgãos federais. Somente através da manifestação das bases junto ao Congresso Nacional, ao Senado, à Bancada Federal Catarinense e pressionando esses órgãos do Governo é que vimos nascer a esperança da liberação dessa licença que, sem sombra de dúvida, vai desencadear esse processo para finalmente realizar esta tão esperada e sonhada obra.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Na reunião de hoje, que se realizará daqui a poucos minutos, vamos ter conhecimento do encaminhamento.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Joares Ponticelli, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, dando seqüência a esse assunto abordado pelo Deputado Manoel Mota e aparteado pelos Deputados Valmir Comin e Adelor Vieira, manifesto alegria em ter tido a oportunidade, Deputados Nelson Goetten, Valmir Comin, Adelor Vieira e Ivo Konell, de ouvir aquele lúcido e brilhante pronunciamento, num tom de desabafo, do eminente Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O Deputado Antônio Carlos Konder Reis, com respeito à manifestação de todos os demais, sempre muito positivas, conseguiu transmitir em poucas palavras, externar em algumas frases, o sentimento da gente do Sul de Santa Catarina e de todo o nosso Estado e do Sul do Brasil.

S.Exa. foi muito feliz, quando disse que a sensação que tinha é de que o Governo Federal mais parece um arquipélago. Parece que não há nenhuma articulação, nenhum entendimento. Foi isso que constatamos na reunião da Funai, quando o diretor contestou as informações prestadas na sessão da Assembléia Legislativa realizada em Criciúma na segunda-feira pelo Sr. Laselva, Diretor do DNER.

Naquele momento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tomamos conhecimento de que, na verdade, a Funai havia autorizado o DNER a fazer os estudos geológicos necessários para a implantação do túnel.

Espero que não tenhamos sido enganados mais uma vez porque, confesso aos senhores e à sociedade catarinense, há muito estou me sentindo enganado em todo esse processo.

Sobre a licença concedida no mês de abril, excluindo o lote 2, não tenho dúvida de que nada mais foi feito pelo Ibama, a não ser conceder uma licença pela metade, apenas para esvaziar o movimento naquele momento. E o Secretário Leodegar Tiscoski nos alertava em Brasília que a licença, excluindo o lote 2, não viabilizaria a seqüência do processo, o que constatamos agora.

Então, foi concedido mais um prazo. O limite é até o início da próxima semana. Os que me conhecem sabem da minha forma de fazer política. Acho que o radicalismo só pode ser usado em circunstâncias extremas, como última alternativa.

Estamos correndo contra o tempo. A cada 29 horas há uma morte. Os argumentos para duplicar, o compromisso, a sociedade catarinense inteira conhece. Estamos em contagem regressiva. Penso que, passada esta

semana, não teremos outra alternativa senão começar a implementar medidas mais agressivas, mais firmes, talvez até radicais, para que possamos, definitivamente, sensibilizar aqueles que têm o dever e o compromisso de fazer com que esse processo possa tramitar; com que a contratação do financiamento possa acontecer e com que as obras possam, efetivamente, iniciar.

Temo muito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que outros motivos estejam influenciando para que esse jogo de empurra continue.

Fico satisfeito com a manifestação do Ministério da Justiça em relação ao túnel mas, pelo que nos consta, e ficou muito claro na sessão da Assembléia na segunda-feira, estava descartado! Estamos há algum tempo discutindo a segunda alternativa, o traçado paralelo, o viaduto. A manifestação do Ministério da Justiça, de ontem, foi com referência ao projeto primeiro, do túnel - a melhor alternativa, é verdade. A Fatma já se manifestou sobre isso.

Quero engrassar à manifestação do Deputado Valmir Comin. Em tempo recorde, Sr. Presidente, a parte do Governo de Santa Catarina, a parte da Fatma e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, foi realizada.

O nosso reconhecimento ao Secretário João Macagnan, ao Diretor Jacó Anderle, a todos os técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, à Fatma pela agilidade, pelo compromisso, pela responsabilidade de, em menos de 48 horas, Sr. Presidente, oferecer sua manifestação, seu voto.

Um deferimento todo especial ao Governo de Santa Catarina, que fez com que o Secretário João Macagnan se deslocasse a Brasília para entregar pessoalmente ao Ibama o parecer da Fatma. Isso tem que ser dito, tem que ser reconhecido, porque a prova cabal do compromisso do Governo de Santa Catarina com essa obra, para aqueles que quiseram insinuar ou afirmar que não há compromisso do Governo, essa é a prova cabal.

O processo, na minha avaliação, continua emperrado. Desconheço, Deputado Valmir Comin, a manifestação do Ministério Público Federal. E só vou me manifestar depois de conhecer o parecer do Ministério Público Federal.

O que precisamos é, de vez por todas, e penso, agora com a coordenação firme do Fórum Parlamentar Catarinense, sob coordenação do Deputado Serafim Venzon e com envolvimento dos 16 Deputados Federais e dos três Senadores, suprapartidariamente, faça-se acontecer a obra. E assim tem que acontecer, como aconteceu com o trecho Norte, como está acontecendo com a barragem do rio São Bento.

Somente assim, com o envolvimento, com a coordenação, com o comprometimento, com a cobrança da Bancada Parlamentar de Santa Catarina, porque votam o orçamento, discutem, aprovam ou não as matérias do Governo Federal e estão lá permanentemente, como vimos ontem, testemunhamos a presença maciça dos Deputados Federais e dos Senadores, todos comprometidos. E os que lá não puderam estar, que foram poucos, justificaram, e nós entendemos perfeitamente, mas constatamos que todos estão comprometidos.

É a prova de que essa obra não interessa apenas à gente do Sul. Essa obra interessa à gente catarinense, interessa ao Sul do Brasil, interessa ao corredor do Mercosul.

Oxalá, seja essa manifestação do Ministério da Justiça a definitiva, e que possa o Ibama, de vez por todas, manifestar-se

oficialmente concedendo a licença ambiental prévia para que se possa contratar o financiamento.

Tomara, Deputado Valmir Comin, que não haja outros impedimentos e que a gente catarinense e nós, os detentores de mandato, não saibamos, porque daí, não tenho dúvidas que não restará alternativa melhor do que a radicalização para podermos sensibilizar aqueles que detêm o poder de fazer essa ação acontecer.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Quero fazer coro com V.Exa. que mencionou a Bancada Federal Catarinense, e quero dizer, por uma questão de justiça, da participação efetiva da Bancada Federal quando da implementação do processo da barragem do rio São Bento. Houve uma união suprapartidária por uma emenda encabeçada pelo Deputado Federal Carlito Merss e abonada por todos os demais Deputados, viabilizando um compromisso do Governo Federal, do Governo do Estado e do Senador, que está a todo vapor.

Queira Deus que, em setembro do próximo ano, tenhamos a oportunidade de ver inaugurada essa obra para o abastecimento a toda a nossa população, principalmente da região carbonífera. Sua vida útil é estimada, numa análise mais aprofundada, para os próximos 53 anos, podendo abastecer até 1.53 milhão de habitantes.

Quero crer, e tomara a Deus, que a partir do dia 17 tenhamos essa licença desencadeada. Mesmo assim vai ter que haver o engajamento da nossa Bancada Federal, dos nossos Senadores, porque este o Fórum legítimo para debater sobre o assunto.

Este Deputado conversava alguns dias atrás com um dos representantes do Banco Mundial, que não quis se identificar. Dizia da sua preocupação, porque além de todo esse episódio sobre a duplicação da BR-101 existe uma condicionante mais grave do que possamos imaginar.

Queira Deus que estejamos enganados, mas este cidadão dizia que, na renegociação da dívida nacional com o FMI, fora feito um acordo da privatização, da concessão das rodovias em todo o Brasil. Esse processo não deslanchou, ocorreu nas rodovias 280 e 470.

Quando passou o processo e fomos escolhidos como um dos Relatores no ano passado, e acabou não dando em nada até o momento, a nossa preocupação foi a proximidade de um ano eleitoral. Enquanto o Governo Federal não desencadear esse processo, o Banco Mundial poderá não liberar o financiamento.

Quero dizer que estamos às vésperas de um ano eleitoral e, para liberar o dinheiro, é preciso estar condicionado às concessões. Imagine privatizar as rodovias do País.

Será uma catástrofe eleitoral e isso poderá culminar com a não-execução da duplicação da BR-101. Queira Deus que estejamos enganados. Vamos, a partir do dia 17, fazer uma fiscalização assídua com as nossas Lideranças, desde a base, desde os nossos Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais, Governador, Senadores e a Bancada Federal catarinense, para que possamos iniciar essa obra, que vai desencadear o progresso e a preservação de muitas vidas humanas no Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradeço sua manifestação e a incorporo ao meu pronunciamento.

Concluindo, registro que estranhei a manifestação do Deputado Rogério Mendonça. Não sei se foi pelo resultado da audiência pública, que não foi nada positiva. Talvez estivesse nervoso. Mas fazer manifestação contrária à liberação de recursos consignados no Orçamento do Estado de Santa Catarina é um absurdo.

Penso, Deputado Nelson Goetten, que a preocupação do Deputado Rogério Mendonça é pelo fato da administração da coligação Mais Santa Catarina estar programada e que, o último roteiro do Governo Itinerante será cumprido na região do Vale do Itajaí, contemplando o Alto Vale.

O Deputado Rogério Mendonça sabe que a administração de hoje é diferente de outrora: não discrimina. O Governo Itinerante passa levando convênios, ações e fazendo investimentos em todos os Municípios, independentemente da cor partidária como era feito em outras épocas. Quando ele fazia parte do Governo.

Naquele desastroso Governo que o Deputado Rogério Mendonça integrou a liberação do convênio era feita somente pela identificação partidária e, na maioria das vezes, não era cumprida. Essa é que a diferença!

No Município de Tubarão, por exemplo, foi assinado um convênio desses de mentirinha. Daqueles em que soltaram foguetes, comeram churrasco, fizeram a festa e não pagaram.

Evidentemente, até reconheço esse certo desespero manifestado pelo Deputado Rogério Mendonça. Deixou claro que não quer ver investimento, que não quer ver parcerias com os Municípios, porque isso preocupa. Afinal de contas esse é um governo diferente: assina convênio e cumpre, paga. Diferente daquele que integrou o eminente Deputado Rogério Mendonça.

Então, a chegada do Governo Itinerante ao Alto Vale do Itajaí deve estar lhe preocupando, lhe deixando ansioso. Para falar em Show do Milhão é necessário, primeiro, ler as notícias do Ministério Público de Joinville.

Em Joinville estão se explicando sobre aquela ordem de serviço nº 5, que disseram que era para atender somente os Vereadores da base. Temos acompanhado, o Ministério Público tem cobrado, tem investigado.

Então, o Deputado Rogério Mendonça, tem que ter muito cuidado, porque é preciso saber, primeiro, quais são as ações que seus líderes estão empreendendo, para depois cobrar.

Nosso governo diferentemente, tem assinado com todos e o que é mais importante.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço uso desta tribuna para manifestar-me sobre a Audiência Pública promovida hoje pela Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Deputado Ronaldo Benedet, que tratou do assunto relacionado ao manuseio do amianto.

Desde o ano passado viemos trabalhando, buscando subsídios concretos, sob a ótica de mitos e verdades relacionados a esse produto.

Chegamos a conclusão de que existe um lobby internacional, mais especificamente na França, que desenvolveu uma nova tecnologia, um novo produto à base de fibra sintética e que tem investido milhões de dólares em marketing, especialmente no Brasil, para banir a produção de telhas de caixas d'água, de fitas e freios e tantos outros produtos, uma variedade de produtos com a utilização do amianto.

Isso, hoje, abriga muitos empregos, dezenas de milhares de empregos em nível de Brasil. E temos uma empresa no Sul do Estado a Imbralit, com aproximadamente 450 funcionários, 450 pais de famílias situados numa região onde dados da Fiesc, dos últimos 10 anos, mostram que, proporcionalmente no Estado, foi a região que menos cresceu, que menos se desenvolveu.

Não bastasse isso, tramita nesta Casa um projeto de autoria do Deputado Rogério Mendonça para banir o amianto no Estado de Santa Catarina. Estabelece um prazo de aproximadamente dois anos.

Ora, Srs., fala-se de que o amianto é um produto extremamente cancerígeno. Podemos, e vimos, tivemos a possibilidade de ver o pronunciamento de representante da universidade de São Paulo que aqui esteve, da Vigilância Sanitária Estadual, que se fez presente trazendo dados técnicos e científicos com relação a utilização e o manuseio.

Entendemos que o maior causador de câncer no País e do mundo, no ser humano, não é a utilização deste ou daquele produto, mas o stress.

Este stress pode ser causado pelo desemprego. Quando tiram aquilo que é de mais sagrado, ou seja, a dignidade do ser humano, a oportunidade de ter seu trabalho, sua renda, quando tiram o meio de sustento da sua família, imaginem o estrago que isso faz no metabolismo do ser humano. Causa depressão, distúrbios mentais e, muitas vezes, onera os cofres do Estado devido aos problemas de saúde, que geram custos.

Creio que devemos tomar a iniciativa de alavancar projetos que venham ao encontro de proporcionar o desenvolvimento e melhor qualidade de vida do povo catarinense. Não fazer projetos que venham banir empregos de uma região que vem sofrendo com essa depressão nacional, esta falta de oportunidade de emprego.

Acredito que a maioria esmagadora dos Parlamentares estão conscientes da necessidade de promovermos, de incentivarmos e de fomentarmos iniciativas que venham desencadear oportunidades de renda e de emprego.

Srs. Deputados, certamente este projeto, que passou por unanimidade, infelizmente, na Comissão de Constituição e Justiça, contribuirá para o desemprego de muitas pessoas. Tenho certeza de que passou despercebido. Mas ao vir para este Plenário deverá, sem sombra de dúvida, ser derrubado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre Deputado, no ano passado, convencido especialmente pelos Deputados que representam o Município de Criciúma e região, fechamos o bloco dos oito Deputados do Sul. E a maioria dos Deputados desta Casa rejeitaram esta matéria.

Este ano, na minha concepção equivocadamente, o Deputado Rogério Mendonça o apresenta novamente. E sentimos hoje, na audiência pública, a manifestação contrária, revoltada até, de mais de 500 pessoas que diretamente dependem desta empresa para garantir aquilo que é mais sagrado na vida de um homem, ou seja, sua condição de poder colocar o alimento na mesa para os filhos.

Sabemos, Deputado Valmir Comin, que de cada 10 pessoas que nos procuram, oito ou nove vêm nos pedir uma oportunidade de trabalho para que possam ter um salário e ganhar dignamente sua condição de sustentar a família.

Na condição que estamos no Sul, apresentar um projeto para inviabilizar de pronto mais de 500 empregos, significa uma certa falta de sensibilidade.

Saiba, Deputado - e V.Exa. tem consciência disso - que se formos fechar, interromper todas as atividades insalubres neste País, não tenho dúvida de que muitos postos de trabalho seriam fechados. O que precisamos é de condições de precaução e cuidados para que as pessoas que trabalham com esta atividade possam empreendê-la sem risco. É isto que a empresa tem feito e ficou muito claro!

Por isso, cumprimento V.Exa. e reiterei meu compromisso de estar junto nesta empreitada, para que não possa prosperar um projeto que, definitivamente, é contrário aos interesses do Sul e, por consequência, de toda Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, Deputado Joares Ponticelli. Gostaria de dizer que, no ano passado, tivemos a oportunidade, junto com a Comissão de Meio Ambiente, presidida à época pelo Deputado Nelson Goetten, de ir até a empresa. Lá pudemos constatar que o manuseio do amianto é feito com seriedade, com responsabilidade, na empresa Imbralit, de Criciúma.

Tivemos relato de pessoas que trabalharam por mais de 25 anos diretamente no manuseio do amianto e que gozam de perfeita condição física de saúde. Acredito que o Parlamento catarinense não vai se abster nesse processo, não vai se omitir nesta votação, vai se fazer presente e vamos derrubar esse projeto. Faço menção aos oito Deputados do Sul do Estado, a exemplo da ação conjunta que foi feita para aquisição do acelerador linear que hoje nos dá oportunidade de ter equipamento radioterápico para o tratamento do câncer em Criciúma, que vai estar em funcionamento a partir de setembro.

A exemplo da cirurgia cardíaca, e nos próximos dias haveremos de ter credenciadas pelo SUS de 10 a 20 cirurgia, desde as consultas, os exames laboratoriais, o operatório e o pós operatório.

Das manifestações, com o consentimento de todos os Deputados, no processo da barragem do Rio São Bento e no processo da duplicação da BR-101, por uma causa justa, por uma bandeira única, que é proporcionar, sem sombra de dúvida, a melhor qualidade de vida para o nosso povo e para a nossa gente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, às 9h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

RESOLUÇÃO DP

RESOLUÇÃO DP N. 067/2001

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando de prerrogativa outorgada pelos arts. 12, inciso XI, e 14, inciso VI, letra "I", do Regimento Interno, aprovou e eu, Deputado Onofre Santo Agostini, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Fixa normas sobre a destinação dos bens móveis em desuso ou considerados inservíveis pertencentes ao patrimônio do Poder Legislativo e adota outras providências.

Art. 1º Os bens móveis pertencentes ao Patrimônio do Poder Legislativo, declarados em desuso ou inservíveis, mediante processo próprio, somente poderão ser cedidos ou doados através de autorização expressa da Presidência da Assembléia Legislativa, nos termos desta Resolução.

Art. 2º O desuso ou a inservibilidade, será declarada mediante parecer da Comissão Permanente de Avaliação que será presidida pelo 1º Secretário da Mesa, e composta pelos Diretores da Divisão de Recursos Materiais, da Divisão de Serviços Técnicos e de Manutenção, Assistente Contábil e Financeiro e quatro servidores efetivos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

§ 1º É competência exclusiva do Presidente da Assembléia Legislativa, a designação dos servidores para compor a referida Comissão.

§ 2º Os membros da Comissão defenida no caput deste artigo serão assessorados em trabalhos por quatro servidores lotados na Divisão de Recursos Materiais/Setor de Patrimônio, os quais terão as seguintes atribuições:

I - levantamento e fornecimento de dados inerentes à área afim;

II - acompanhamento no processo de destinação do material classificado inservível ou em desuso;

III - procedimento da baixa dos respectivos bens no acervo patrimonial do Poder Legislativo; e

IV - outras atividades correlatas.

Art. 3º A cessão ou doação dos bens móveis, considerados em desuso ou inservíveis, destinar-se-á às entidades públicas ou aquelas sem fins lucrativos, para uso de interesse social.

§ 1º A cessão será feita sempre por prazo determinado, sem ônus para o Poder Legislativo mediante termo.

§ 2º A doação, igualmente não poderá acarretar ônus para o Poder Legislativo, cabendo à entidade beneficiada, inclusive, arcar com as despesas de frete ou transporte.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de junho de 2001.

Art. 5º Ficam revogadas as Resoluções DP n. 059, de 06 de julho de 1993; DP n. 029, de 21 de agosto de 1995; DP n. 037, de 29 de junho de 2000 e demais disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 16 de agosto de 2001.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Francisco de Assis - Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATAS DA PROCURADORIA

Harry Egon Krieger, Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer -Secretária

ATA DA 1391ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de julho do ano dois mil e um, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Harry Egon Krieger, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1391ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores Paulo Rocha Faria e Michel Curi e os advogados designados Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Foram apreciados os seguintes processos: 1) Relatoria do Procurador Paulo Rocha Faria - aprovados pareceres aos processos 952/00, de Célia Nascimento Bento e 1274/00, de Márcia Otília Sasso. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Klein - processos 935/01, de Maria Rozana Farah, rejeitado parecer do Relator e aprovado Voto do Dr. José Carlos da Silveira, 1207/01, de Paulo Ricardo Gwosdz, e proc. s/nº - Contrato CL nº 017/97-PHS - Engenharia de Projetos Ltda, "pagamento saldo contrato", pareceres aprovados. 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, processos 1174/01, de Luciane Dutra Meurer e 1184/01, de Sérgio Francisco Ambrosi, pareceres aprovados pelo indeferimento. 4) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira - processos 1042/01, de Álvaro Antonio José Pille, 1074/01, de Pedro Bittencourt Neto, pareceres aprovados; deu-se por impedida no segundo pelo grau de parentesco com o requerente, a Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia dezoito de julho, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida T. Archer, secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos procuradores e advogados presentes. Sala das sessões, 11 de julho de 2001.

*** X X X ***

Harry Egon Krieger, Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer -Secretária

ATA DA 1392ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de julho do ano dois mil e um, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Harry Egon Krieger, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1392ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores Paulo Rocha Faria e Michel Curi e os advogados designados Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Foram apreciados os seguintes processos: 1) O Procurador Harry Egon Krieger, comunicou que elaborou informações no MS nº 2001.012325-0. 2) Relatoria do Procurador Paulo Rocha Faria - aprovados pareceres aos processos 1222/01, de Richard Silva; 1237-1238/01, ambos de Maria Aparecida Leitão Pacheco; o

Relator deu conhecimento ainda da orientação dada ao DA, na resposta às incorreções apontadas pelo Tribunal de Contas, no processo APE 01/01456565. 3) Relatoria do Procurador Michel Curi - processos 631/01, de Guilhermina Marisa dos Santos Engel; 761/01, de Maria Cândida Goulart; 1118/01, de Luiz Carlos Paiva Junior, pareceres aprovados. 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, processos 1152/01, de Francisco Carlos de Oliveira; 1229/01 - 1230/01, ambos de Jorge Blank; 1249/01, de Samir Machado, pareceres aprovados, o primeiro pelo arquivamento. 4) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira - processos 978/01, de Oscar Inácio Machado Filho; 1225/01, de Nelson Henrique Moreira; proc. s/nº Of. 606/01 - Dep. Paulo Roberto Bornhausen "cópia de depoimentos na CPI/sonegação;" proc. s/nº Of. 29/01, Lásaro João Duarte, "expedição de certidão", pareceres aprovados; do mesmo Relator, saiu da pauta, com pedido de vista do procurador Michel Curi, o processo 1073/01, de Pedro Bittencourt Neto. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia primeiro de agosto, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida T. Archer, secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos procuradores e advogados presentes. Sala das sessões, 18 de julho de 2001.

*** X X X ***

DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 48, inciso VII, da Constituição do Estado e art. 114, inciso X, do Regimento Interno e eu, Deputado Onofre Santo Agostini, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.209 de 2001

Aprova Ajuste SINIEF, Protocolos ICMS e Convênios ECF e ICMS.

Art. 1º Ficam aprovados os Ajustes SINIEF nº 04 a 08/00, os Protocolos ICMS nº 52 e 55/00, os Convênios ECF nº 02 e 03/00, e os Convênios ICMS nº 77 a 103/00, celebrados na 100ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ -, realizada em Teresina, Piauí, no dia 15 de dezembro de 2000.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 16 de agosto de 2001.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - 1º Secretário

Deputado Francisco de Assis - 3º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII, da Constituição do Estado e art. 112, inciso IV, do Regimento Interno e eu, Deputado Onofre Santo Agostini, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.210, de 2001

Suspende execução de dispositivo de lei municipal

Art. 1º Fica suspensa a execução do art. 279 da Lei nº 1.898, de 30 de agosto de 1994, do Município de Brusque, por força do acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, prolatado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 98.015085-0, de Brusque.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 16 de agosto de 2001.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Manoel Mota - 1º Secretário

Deputado Francisco de Assis - 3º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 069/01

FUNDAÇÃO CULTURAL SENHOR JESUS DOS PASSOS

Florianópolis, 30 de julho de 2001.

Ao

Exmo. Sr.

Deputado Estadual Onofre Santo Agostini

DD. Presidente da Assembléia Legislativa

Palácio Barriga Verde

NESTA

A Fundação Cultural Senhor Jesus dos Passos, sediada nesta Capital, vem a presença de Vossa Excelência para encaminhar, conforme legislação vigente, os documentos constantes do Relatório Anual e Prestação de Contas do exercício de 2000, com o competente parecer do Conselho Fiscal, bem como o Orçamento para o exercício de 2001, aprovados em Assembléia Geral, realizada em 14 de maio do corrente ano.

Certo de Vossa especial atenção, e sendo o que nos apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Aloisio Acácio Piazza

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 07/08/01

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 310/01

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de válvulas de segurança de alívio de fluxo nos recipientes destinados à armazenagem de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

Art. 1º Todos os recipientes destinados à armazenagem de gás liquefeito de petróleo (GLP), abastecidos por massa em base de engarrafamento e transportados cheios para troca, devem:

I - Ser dotados de válvula de segurança de alívio;

II - Possuir registro indelével da data da fabricação e/ou reteste;

III - Apresentar etiquetas com instruções de uso, de segurança e de controle da data de validade do recipiente.

Art. 2º Transcorridos 365 dias da data de publicação desta Lei, fica proibido o envasamento e o comércio de GLP em recipientes que não atendam às prescrições desta Lei.

Art. 3º Transcorridos 365 dias da data de publicação desta Lei, todos os recipientes que não atenderem às prescrições desta Lei, abastecidos ou não, que se encontrem em bases de distribuição e venda, deverão ser recolhidos e tirados de circulação pelas respectivas empresas.

Parágrafo 1º Os que não forem recolhidos estarão sujeitos à apreensão pelos órgãos de fiscalização competentes, que nas esferas de suas atribuições tomarão as providências cabíveis, inclusive pelo descumprimento desta Lei.

Parágrafo 2º A medida estabelecida por este artigo, não alcança os recipientes instalados e/ou em uso em residências e/ou estabelecimentos comerciais.

Art. 4º Na troca de recipientes antigos, pelos novos recipientes, dotados de válvula de segurança de alívio de fluxo, nenhum ônus será imputado ao consumidor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 2001.

Deputado José Paulo Serafim

Lido no Expediente

Sessão de 16/08/01

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Hoje, no Brasil, apenas os recipientes com capacidade volumétrica correspondente ou superior a 20 Kg de GLP, são dotados de válvula de segurança de alívio. Essas válvulas dispõem de mecanismo de segurança que libera o gás para o ambiente quando há um aumento muito grande da pressão no interior do recipiente, estancando novamente o fluxo quando a pressão interna voltar a se estabilizar.

Recipientes com 13 Kg de GLP, o mais comumente usado em residências, são dotados de plugue-fusível, dispositivo constituído de liga metálica que derrete a uma temperatura entre 70º e 78º C, evitando o rompimento (explosão) do recipiente. Porém depois de aberto não é mais possível fechar, liberando todo o combustível para o ambiente;

Recipientes com até 5 Kg de GLP não dispõem de nenhum dispositivo de alívio de pressão interna, ou seja, nem válvula e nem plugue-fusível. Qualquer sobre pressão interna, além dos limites normais, determinará o rompimento (explosão) do recipiente;

A temperatura externa, é uma das causas mais frequentes e comuns de sobre pressão nos recipientes, que tem causado acidentes, incêndios e explosões. O aumento dessa temperatura, via de regra, tem sido, por sua vez, causada pelo próprio equipamento que utiliza o GLP, geralmente fogões e fogareiros;

O envasamento de recipientes menores, como os de 2 e 5 quilos, é feito, em grande parte, clandestinamente, por pessoas ou empresas não autorizadas. Este fato também tem sido uma das causas de sobre pressão, por inobservância do limite máximo de enchimento que é de 85% do espaço volumétrico disponível, pois os restantes 25% devem constituir margem de segurança para dilatações de volume provocadas pelas oscilações das temperaturas externas;

Do ponto de vista de controle e propagação de incêndios, os recipientes dotados de válvula de segurança de alívio, apresentam grande vantagem sobre os demais, por que permitem um controle de alívio de fluxo do combustível;

Enfim, têm-se notícias, não confirmadas, de que em outros países, todos os recipientes possuem válvulas de segurança de alívio (Argentina seria um desses países).

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 311/01

Altera o art. 1º, da Lei nº 11.264, de 13 de dezembro de 1999.

Art. 1º. O art. 1º da Lei nº 11.264, de 13 de dezembro de 1999, que "concede incentivo para estimular a geração de emprego por empresas catarinenses", passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renomeado o parágrafo único original:

"Art. 1º -....."

§ 1º -....."

§ 2º. O benefício de que trata o caput deste artigo será computado em dobro quando o incremento se verificar a partir da contratação de pessoas com mais de 40 anos."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de agosto de 2001

Deputado Cesar Souza

Lido no Expediente

Sessão de 16/08/01

JUSTIFICATIVA

Apesar de sermos uma economia em desenvolvimento que necessita de mão-de-obra qualificada para assegurar produtividade e qualidade com custos reduzidos, as políticas de recursos humanos que vêm sendo adotadas pelas empresas públicas e privadas, contrariam essa regra.

Hoje, o trabalhador com mais de 40 anos de idade consegue somente empregos informais, pois é considerado velho, e portanto, refugado pelos processos seletivos adotados pelos empregadores.

Desprezam-se a experiência e o conhecimento adquiridos ao longo de anos de trabalho.

O projeto que ora apresentamos tem o objetivo de minimizar o problema mediante a instituição de estímulos às atividades produtivas que contarem em seus quadros com empregados com idade superior a 40 anos.

A eventual arrecadação a menor decorrente da instituição do incentivo, insere-se dentro de uma perspectiva de utilizar os recursos públicos como incentivo a criação do mercado de trabalho, contrapondo-se às práticas paternalistas que até agora foram adotadas, que é a de recolher os tributos para depois, sob forma de assistência social, tentar reduzir os efeitos das políticas implementadas.

Ademais, a estratégia de transferir a solução dos problemas para as políticas de assistência social não assegura que os beneficiados serão os próprios prejudicados, juntamente com seus dependentes.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 312/01

Proibe o corte residencial do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias por falta de pagamento, nos dias que especifica.

Art. 1º As empresas de concessão de serviço público de água e energia elétrica ficam proibidas de cortar o fornecimento residencial de seus serviços, por falta de pagamento de suas respectivas contas, às sextas-feiras, sábados, domingos, feriados e no último dia útil anterior a feriado.

REDAÇÕES FINAIS

Art. 2º Ao consumidor que tiver suspenso o fornecimento nos dias especificados no artigo anterior, fica assegurado o direito de acionar judicialmente a empresa concessionária por perdas e danos, além de ficar desobrigado do pagamento do débito que originou o referido corte.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões, 15 de agosto de 2001
Deputado Cesar Souza

Lido no Expediente
Sessão de 16/08/01

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa impedir que o consumidor usuário dos serviços públicos de água e energia elétrica, tenha interrompido o fornecimento residencial desses serviços durante os finais de semana e feriados, por estarem efetiva ou supostamente, em atraso com o pagamento de suas contas.

Todos sabemos que as empresas detentoras dessas concessões mantêm nos finais de semana e feriados, apenas um pessoal mínimo em regime de plantão. Ademais, como o pagamento pode ser feito fora da rede bancária, o cotejamento das informações referentes as contas vencidas com as já quitadas pode não traduzir a verdade do momento em que está ocorrendo a decisão do corte do fornecimento.

Em vista disso, o corte, nessa circunstância, além de injusto, acaba deixando o consumidor sem o serviço durante todo um final de semana ou feriado, uma vez que as empresas, apesar de toda a tecnologia e agilidade que possuem, não dispõem, nesses dias, de pessoal em número suficiente para efetuarem a religação.

Mesmo aqueles que de fato estão em atraso e que tenham sofrido o desligamento do fornecimento de água e energia elétrica, se optarem por liquidar suas contas nos pontos credenciados (agências lotéricas, correios, etc.) não têm como provar, perante a empresa em questão, a quitação do débito pela mesma razão já exposta, ou seja, a transmissão das informações não são processadas "on line".

As consequências, nas duas situações são lesivas aos consumidores, uma vez que a interrupção dos serviços abrange um período prolongado.

No caso específico do corte de energia elétrica, existem prejuízos e desconforto, como a deterioração de alimentos e a falta de segurança para toda a família.

Contamos com o apoio dos nobres colegas para o acolhimento da matéria e sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 313/01

Dispõe sobre modalidade de produção e difusão de bens e valores culturais, como forma de garantir a preservação das tradições e costumes das etnias formadoras da sociedade catarinense e dá outras providências.

Art. 1º O Poder Executivo, para a produção e difusão de bens e valores culturais, como forma de divulgação das tradições e costumes das etnias formadoras da sociedade catarinense, sem prejuízo de outras ações, incentivará a criação ou manterá espaço físico sediado na capital do Estado, englobando aspectos pertinentes a todos os municípios de Santa Catarina.

Parágrafo único - Considera-se para os efeitos desta Lei espaço físico o museu, o centro de tradição e costume ou estabelecimento similar destinado a alojar os bens de valor cultural.

Art. 2º Fica autorizada a celebração de convênios entre o Poder Executivo e os municípios para execução da presente Lei.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2002.

Sala das sessões, em 14 de agosto de 2001.

Deputado João de Oliveira Rosa

Lido no Expediente
Sessão de 16/08/01

JUSTIFICATIVA

A inserção no ordenamento jurídico do Estado de Diploma que explicita modalidade de produção e difusão de bens e valores culturais, como forma de garantir a preservação das tradições e costumes das etnias formadoras da sociedade catarinense, certamente propiciará maiores condições de exteriorização desta importante peculiaridade de Santa Catarina, que especialmente se traduz nas heranças da colonização.

A Constituição do Estado, através do art. 173, inseriu a obrigatoriedade do Poder Público em garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e catarinense.

Assim, trata-se de proposição que vem ao encontro das prerrogativas do Poder Público. O Estado possui dever constitucional de fomentar a divulgação das tradições e dos costumes, condições estas que, no nosso caso, são conhecidas no país e até mesmo internacionalmente.

Neste sentido, para definitivamente ser fixada uma política cultural no Estado, de modo que venha a representar todas as suas características de tradições e costumes, é necessária a criação de espaço específico de divulgação, ou seja, localizados de forma setorializada, abrangendo todos os municípios do Estado.

Todos os municípios possuem, por exemplo, os seus requisitos de colonização, cuja divulgação, além de preservar a memória comunitária, também conclui em incrementar o turismo.

Desta forma, solicito aos nobres Pares o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 252/01

Autoriza a doação de imóvel no Município de Tunápolis e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Tunápolis a área de 1.688,19 m² (um mil, seiscentos e oitenta e oito metros e dezenove decímetros quadrados), sem benfeitorias, integrante de uma gleba maior matriculada sob o nº 242 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga e cadastrada sob o antigo nº 01356 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo permitir a construção de uma biblioteca pública e uma creche.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I- desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador; e
II- hipotecar, alienar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o artigo 3º desta Lei será realizada independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º Os encargos e as disposições previstas no artigo 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a ela relacionados.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se a Lei nº 10.803, de 13 de julho de 1998, e demais disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, EM 16 de agosto de 2001

Deputado Jaime Mantelli

Presidente da Comissão de Fiscalização,

Controle, Eficácia Legislativa e Redação de leis

Deputado João Henrique Blasi - Membro

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO 008/2001

Fixa normas sobre a destinação dos bens móveis em desuso ou considerados inservíveis pertencentes ao patrimônio do Poder Legislativo e adota outras providências.

Art. 1º Os bens móveis pertencentes ao Patrimônio do Poder Legislativo, declarados em desuso ou inservíveis, mediante processo próprio, somente poderão ser cedidos ou doados através de autorização expressa da Presidência da Assembléia Legislativa, nos termos desta Resolução.

Art. 2º O desuso ou a inservibilidade, será declarada mediante parecer da Comissão Permanente de Avaliação que será presidida pelo 1º Secretário da Mesa, e composta pelos Diretores da Divisão de Recursos Materiais, da Divisão de Serviços Técnicos e de Manutenção, Assistente Contábil e Financeiro e quatro servidores efetivos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

§ 1º É competência exclusiva do Presidente da Assembléia Legislativa, a designação dos servidores para compor a referida Comissão.

§ 2º Os membros da Comissão defenida no caput deste artigo serão assessorados em trabalhos por quatro servidores lotados na Divisão de Recursos Materiais/Setor de Patrimônio, os quais terão as seguintes atribuições:

I - levantamento e fornecimento de dados inerentes à área afim;

II - acompanhamento no processo de destinação do material classificado inservível ou em desuso;

III - procedimento da baixa dos respectivos bens no acervo patrimonial do Poder Legislativo; e

IV - outras atividades correlatas.

Art. 3º A cessão ou doação dos bens móveis, considerados em desuso ou inservíveis, destinar-se-á às entidades públicas ou aquelas sem fins lucrativos, para uso de interesse social.

§ 1º A cessão será feita sempre por prazo determinado, sem ônus para o Poder Legislativo mediante termo.

§ 2º A doação, igualmente não poderá acarretar ônus para o Poder Legislativo, cabendo à entidade beneficiada, inclusive, arcar com as despesas de frete ou transporte.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de junho de 2001.

Art. 5º Ficam revogadas as Resoluções DP n. 059, de 06 de julho de 1993; DP n. 029, de 21 de agosto de 1995; DP n. 037, de 29 de junho de 2000 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Florianópolis, 16 de agosto de 2001.

Deputado Jaime Mantelli

Presidente da Comissão de Fiscalização, Controle,

Eficácia Legislativa e Redação de Leis

Deputado João Henrique Blasi - Membro

*** X X X ***